



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Universidade Federal da Paraíba

D I P L O M A

A Reitora da Universidade Federal da Paraíba confere a **VITÓRIA GOMES ALMEIDA**, nacionalidade brasileira, natural de Brasília/DF, nascida em 23 de junho de 1995, identidade n.º 2007581744-0-SSPDS/CE, o presente Diploma de **MESTRA** em **CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, tendo em vista que satisfez a todas as exigências pertinentes a esse grau, estabelecidas no Estatuto e Regimento Geral desta Universidade, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas concedidos pela legislação vigente.

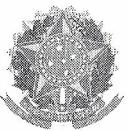
A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Vitória Gomes Almeida".
VITÓRIA GOMES ALMEIDA
Diplomada

Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, 04 de maio de 2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Tereza Cristina Ismael Espínola de Andrade".
TEREZA CRISTINA ISMAEL ESPÍNOLA DE ANDRADE
Coordenadora-Geral de Operacionalização das Atividades da Pós-Graduação



A handwritten signature in black ink, appearing to read "Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa".
MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA
Pró-Reitora de Pós-Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO
SUBCOORDENAÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DE CONCLUSÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Registrado sob n.º 11057 do livro B-47, fls. 169 por delegação de competência, nos termos da Portaria da Secretaria do Ensino Superior nº 30 de 23/05/1979.

Processo nº 23074.027306/2018-82

João Pessoa, 04 de maio de 2018.

Anderson Junior da Costa Stolte
Servidor Responsável

APOSTILA

Atestamos que **VITÓRIA GOMES ALMEIDA** defendeu sua Dissertação em **CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, Área de Concentração em **INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E SOCIEDADE**, no dia 12/03/2018, obtendo o conceito final **APROVADA**, homologado pelo Colegiado do Curso em 23/04/2018, e satisfez a todas as exigências legais vigentes, fazendo, assim, jus a este Diploma.

Tereza Cristina Ismael Espínola de Andrade

Coordenadora-Geral de Operacionalização das Atividades da Pós-Graduação

VISTO:

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
Pró-Reitora de Pós-Graduação

O Curso a que se refere o presente Diploma foi reconhecido em conformidade com a Portaria do MEC nº 1077 de 31/08/2012, publicada no D.O.U. em 13/09/2012.

Isento de selo, de acordo com a alteração 58ª da Lei nº 3.519, de 30/12/1958.

Políticas culturais e bibliotecas do Cariri cearense

Vitória Gomes Almeida

Mestranda; Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil;
vitoria.gomes.almeida@yahoo.com.br

Maria das Graças Targino

Doutora; Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil;
gracatargino@hotmail.com

Resumo: Este artigo discute a cultura e sua instrumentalização sob a forma de políticas públicas no âmbito das bibliotecas brasileiras. Objetiva saber em que medida as bibliotecas estão inseridas nas políticas nacionais de cultura - Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional do Livro e Leitura – e como vêm sendo aplicadas as metas desses planos. Estabelece um recorte de análise nos programas e projetos desenvolvidos em três bibliotecas do Cariri cearense - Biblioteca Inspiração Nordestina, Juazeiro do Norte; Biblioteca do Centro de Artes e Esportes, Barbalha; e Biblioteca Pública do Crato, Crato, em razão da pluralidade e diversidade cultural existente nessa localidade. Realiza o estudo por meio de revisão bibliográfica e da aplicação de questionários para bibliotecários e auxiliares das bibliotecas analisadas. Conclui-se que apesar de existirem muitas dificuldades e barreiras para o pleno funcionamento das bibliotecas, as ações e atividades contribuem para a efetivação das metas propostas nos planos, bem como constata a relevância dessa discussão dentro da Biblioteconomia, uma vez que falar em política cultural é referir-se aos fenômenos informacionais, que evocam questões de uso, apropriação e circulação da informação, assim como à produção e organização do conhecimento.

Palavras-chave: Políticas públicas de cultura. Bibliotecas. Ações culturais. Cariri cearense.

1 Introdução

A cultura, na condição de objeto de estudo, perpassa diferentes áreas do conhecimento adquirindo diferentes conceituações e entendimentos. Tal multiplicidade de significações constata a complexidade e a importância do termo em questão, reconhecido institucionalmente como mecanismo capaz de

atuar em esferas econômicas, políticas, sociais e educacionais, de tal forma que a cultura vem sendo instrumentalizada na contemporaneidade sob a forma de políticas públicas. Estas figuram, consensualmente e como Hochman, Arretche e Marques (2007) reafirmam, como conjunto de programas, ações e atividades a cargo do Estado, contando com a participação de entes públicos e privados, que visam assegurar aos indivíduos o direito de cidadania, tanto de forma genérica quanto para determinados segmentos sociais, culturais, econômicos ou étnicos.

No Brasil, as políticas culturais possuem ações pioneiras se comparadas empiricamente com os demais países da América Latina e assumem, a partir da Constituição de 1988, maior destaque político. Hoje, sua gestão é realizada em âmbito estatal pelo Ministério da Cultura (Minc), que dentre as diversas atividades de fomento e promoção da cultura em suas mais variadas expressões e linguagens, encontra-se direcionada para o cumprimento das metas propostas no Plano Nacional de Cultura (PNC). Outra política nacional de grande abrangência é o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído em 10 de agosto de 2006, pelo MinC, na gestão de Gilberto Gil. Aliás, nível maior de detalhamento acerca dos dois Planos está em suas páginas eletrônicas oficiais, respectivamente, <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc> e <http://www.cultura.gov.br/pnll>.

O destaque em torno das políticas culturais e do conhecimento de várias metas relacionadas às bibliotecas desperta o interesse em compreender de que maneira tais metas estão sendo efetivamente aplicadas nas bibliotecas da região do Cariri cearense. Isto é, justifica-se a escolha do tema, em razão do conhecimento de que é comum a referência entre pesquisadores, gestores culturais e artistas da região falar desse lugar como caldeirão cultural. Expresso em várias linguagens e gerido por grupos independentes, bem como por instituições públicas e privadas (Serviço Social do Comércio, Centro Cultural do Banco do Nordeste, secretarias de cultura municipais, Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri...), o cenário cultural da região é movimentado graças a ações e políticas desenvolvidas por essas instituições.

No contexto das bibliotecas, inquieta saber até que ponto são elas partes integrantes de políticas nacionais, especificamente do PNC e do PNLL, ou se

são apenas ações culturais pontuais. Para alcançar tal objetivo, analisam-se as metas das políticas públicas de cultura voltadas para três bibliotecas da região – Biblioteca Inspiração Nordestina, Juazeiro do Norte; Biblioteca do Centro de Artes e Esportes, Barbalha; e Biblioteca Pública do Crato, Crato. Em termos metodológicos, além de revisão bibliográfica acerca da temática, aplica-se a técnica de questionário aberto a bibliotecários e/ou auxiliares à frente da gestão das referidas bibliotecas para que respondam acerca das atividades e iniciativas realizadas na biblioteca onde atuam – identificação das ações (se existentes); público-alvo; vinculação ao MinC/recebimento de recursos do Ministério (se for o caso); aspectos positivos e negativos das referidas atuações.

Informações obtidas e reflexões sobre a temática estão estruturadas em seções. De início, levantamento historiográfico não exaustivo das políticas culturais brasileiras e eventuais resultados de sua implantação. Seguem, então, apresentação e discussão das ações das bibliotecas do Cariri cearense.

2 Políticas culturais no Brasil: contexto histórico e reflexões

O despertar de consciência relativa à cultura, memória, identidade, patrimônio e participação da sociedade como meio para o desenvolvimento endógeno dos países, levando à criação de planos, políticas e documentos internacionais com essa dimensão, é bastante recente e provém da atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Percebe-se que as estratégias de desenvolvimento econômico internacional, aplicadas numa perspectiva unicamente de crescimento econômico, constituem um modelo falido, uma vez que tendem a acentuar desigualdades sociais ao invés de minimizá-las rumo ao desenvolvimento. Por essa razão, adotam-se gradativamente a cultura, o patrimônio e a identidade nas iniciativas das políticas públicas como fontes essenciais para o crescimento e o progresso dos Estados-nações (MEDEIROS, 2004).

No Brasil, não é possível assegurar a existência de políticas culturais no período da Colônia assim como na Primeira República. Efetivam-se apenas na Era Vargas, 1930 a 1945 (RUBIM, 2007), por meio de políticas culturais

voltadas para consolidar o Brasil como Estado nacional e implementadas, sobretudo, visando à legitimação do autoritário regime do Estado Novo.

Na década de 30, destaca-se a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), com a finalidade de gerir e executar ações referentes ao patrimônio cultural do Brasil. Apesar de se identificarem como medidas de preservação voltadas unicamente para bens materiais, configuram-se como importante iniciativa por ser o SPHAN a primeira instituição criada no país para a proteção do patrimônio cultural, além de ser a entidade oficial mais antiga de proteção de bens culturais na América Latina.

Uma crítica recorrente é que, no anteprojeto do SPHAN, criado por Mário de Andrade, a atenção com a cultura imaterial se fazia presente, porém não se efetivava devido aos interesses políticos da época de desenvolver uma “alta cultura” no país. Manifestações e expressões populares como as oriundas do folclore, além de consideradas parte de uma “cultura menor”, viviam numa rígida política de vigilância e controle “[...] a qual foi imposta a obrigatoriedade do uso de temáticas cívicas e apologéticas da ordem e do trabalho (o novo fundamento da cidadania).” (MENDONÇA, 1990, p. 346). Na prática, a nova política é atribuída, à época, a meios, como o rádio ou a ritmos, como o samba.

No que se refere às bibliotecas, salienta-se a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), também no ano de 1937, cujos objetivos priorizam a edição de obras literárias e a elaboração de uma enciclopédia e de um dicionário nacional, além da expansão por todo o território brasileiro de bibliotecas públicas.

Aliás, se a democratização da informação deve ser exercida, continuamente e ininterruptamente em qualquer biblioteca ou centro de documentação, é na biblioteca pública que assume maior dimensão, como instrumento de estímulo à construção da cidadania. Em sua esfera, devem estar à disposição dos cidadãos, qualquer que seja sua escolaridade, informações que lhes propiciem ir à luta, em busca de seus direitos e da compreensão de seus deveres, para contribuição efetiva ao progresso da comunidade.

Isto é, no âmago de uma biblioteconomia moderna voltada para o social e da pretendida popularização da biblioteca, independentemente da terminologia

utilizada (biblioteca popular, biblioteca ação cultural, biblioteca verdadeiramente pública e outras denominações), a biblioteca pública é uma:

[...] instituição essencialmente social, a que compete a preservação e disseminação dos valores que integram a cultura de um país e/ou de um povo. Para tanto, em qualquer circunstância, deve maximizar a utilidade social dos registros gráficos, mantendo vivas a identidade e a memória da cultura local (TARGINO, 2006, p. 63).

Como aspecto positivo para as bibliotecas públicas, evidencia-se o fato de terem sido implantadas em grande número no país e nos diversos Estados brasileiros. Em contrapartida, essas medidas reforçam o projeto ideológico estado novista, o qual objetiva a formação cultural da população por meio da valorização de

[...] um *corpus* de ideias, crenças e valores centrados na unidade de um único Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse a omissão da divisão social, a direção das massas pelas elites e a valorização da "democracia racial", que teria homogeneizado num povo branco a população brasileira [...] O índio, objeto dos livros didáticos, era ainda o nativo encontrado pelos portugueses no século XVI, não o índio degradado pela conquista europeia, que persistia em sobreviver, nos séculos posteriores (ABUD, 1998, p. 3).

Nas décadas seguintes, 1940 e 1950, ocorre a criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), considerada como ponto de partida para o estudo do folclore e das manifestações culturais do país, e que resulta em 1958, numa Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), ligada ao então Ministério da Educação e Cultura. Desse período até 1964, se dá, na iniciativa privada, o avanço da área cultural, sem grandes intervenções do Estado, que mantém a estrutura vigente, porém, com ações pontuais de repasse de recursos para algumas instituições culturais, mas nada que possa ser chamado de política cultural de financiamento (CALABRE, 2007).

Em 1961, é a vez do Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB), cujo foco está voltado para a organização e o controle bibliográfico, através da criação, organização e estruturação de bibliotecas públicas. Entretanto, segundo Caldas e Tálamo (2007, p. 3), “[...] vale ressaltar que o interesse com os aspectos de incentivo à leitura ainda se encontrava distante das decisões governamentais. No

Brasil, a inconstância das leis e decretos é notável [...]", o que justifica a curta duração dessa medida, sete anos antes de o SNB ser submetido a grandes mudanças em sua política interna e estrutura, pós-golpe 1964.

Com o período da ditadura militar, seguem-se anos de repressão política e ideológica, assim como se percebe a existência de um mercado, como coloca Ortiz (2006), que incorpora tanto empresas privadas quanto instituições governamentais, no qual se verifica expressiva expansão no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens culturais.

A cultura passa a ser uma área privilegiada em relação a períodos anteriores do país, uma vez que o governo institui importantes órgãos estatais que administram e organizam a cultura. Dentre eles: em 1966, o Conselho Federal de Cultura (CFC) e o Instituto Nacional do Cinema; em 1969, a Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme); em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC); e como política, é lançado no mesmo ano, o Plano Nacional de Cultura (primeiro plano de ação governamental com bases norteadoras de uma política cultural); em 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória, entre outros.

O esforço de se construir uma política cultural em escala nacional (Embrafilme, Funarte [Fundação Nacional de Artes], Conselho Federal de Cultura, Fundação Pró-Memória) funda-se na reinterpretação das ideias de sincretismo e mestiçagem, procurando acomodá-las à perspectiva autoritária do Estado. Era preciso modelar uma imagem convincente de um Brasil autóctone, sem influências estrangeiras (o comunismo), harmônico e cordial (ORTIZ, 2013, p. 613).

É nesse contexto que o INL surge com novas atribuições se comparado com sua primeira fase de atuação, voltado, agora, para a estruturação no sistema empresarial dos livros, através da publicação (com ênfase nos didáticos) dos que são aprovados pela censura, proporcionando estímulo ao trabalho de editores e bibliotecas, contudo, sem desenvolver de fato uma política pública para elas (LEITÃO, 2010). Prioriza-se nessas instituições, por exemplo, o quantitativo ao invés de ações de mediação voltadas para as necessidades dos usuários ou do desenvolvimento de seus hábitos de leitura.

Na segunda fase do período da ditadura militar, as bibliotecas continuam ligadas ao INL por meio da incorporação do SNB, marcado por uma política descontinuada, passando por três diferentes gestões. Desse período, destaca-se: preocupação com uma política editorial de publicação, regida pela iniciativa privada e guiada pelos critérios da censura; descentralização no modelo de bibliotecas públicas, que propõe a implantação de bibliotecas volantes e de unidades culturais; modificação do papel da biblioteca pública que passa a ter função educativa em lugar da função cultural, com acervos voltados para a pesquisa escolar (na prática, meras transcrições); e a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014).

Com o fim da ditadura, cria-se, em 1985, o MinC no governo de José Sarney, o que não corresponde à possibilidade de estabelecimento de uma nova política cultural no país.

Nova fase mais democrática inicia apenas com a promulgação da Constituição de 1988, na qual fica previsto o direito à cultura e às suas fontes, através da promoção e do financiamento de atividades culturais, garantindo a diversidade cultural do país. Calabre (2015) destaca dois tipos de gestão pública que afloram nos anos 80 – gerencial e societal. E diz:

As propostas assentadas no modelo gerencial foram implementadas ao longo do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), alinhadas a uma política neoliberal que predominava no cenário internacional. A proposta central de tal modelo era a da redução do tamanho e das funções do Estado até alcançarmos o que se conceituava como um “Estado Mínimo” [...] Ao mesmo tempo, as gestões dos governos das frentes populares começaram a implementar experiências baseadas em processos mais participativos, com um desenho mais social e que se opunha tanto a um modelo altamente burocratizado, quanto ao da redução das ações estatais em direção à estruturação de uma política de “Estado Mínimo” (CALABRE, (2015, p. 7).

Diante de tal contexto, a pergunta inquietante é: se estávamos diante de uma Constituição tão democratizadora para com a cultura e que a coloca como um direito de todos, por que no período posterior à sua vigência, ações como a do “Estado Mínimo” foram postas em vigor em detrimento do campo cultural?

A este respeito, Machado (2007) traça uma distinção entre política pública de cultura e política governamental de cultura. Afirma que a segunda

mantém as características de baixa participação da sociedade e promoção dos governos, o que leva à execução de ações de curta duração (tempo da gestão governamental que a implanta). Por sua vez, uma política pública de cultura é o oposto. A prioridade é garantir a universalização dos direitos culturais por meio de ações de longo prazo e/ou serviços culturais permanentes, como resultado do envolvimento efetivo da sociedade.

Desta maneira, o que fica explícito é que uma política cultural efetivamente pública, possível em decorrência da Constituição, naquele momento histórico, só existe em tese. Apesar do direito à cultura estar previsto, na prática, observa-se a adoção de uma política governamental neoliberal e, portanto, voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e, também, assistencialista, a que compete controlar, em parte, o funcionamento do mercado.

Neste caso, a lógica gira em torno do fundamento ideológico da cultura como um bom negócio. Tendo como principal suporte as leis de incentivo, as empresas só investem em *marketing* cultural se acenarem com a chance de deduzirem o valor investido do imposto devido ao Estado (BARBALHO, 2015). Isto ocasiona o patrocínio de bens culturais que atendam às demandas mercadológicas e não às demandas da sociedade, uma vez que é a iniciativa privada que detém o poder de decidir o que deve (ou não) ser financiado.

No período pós-promulgação da Constituição, registra-se, em 1990, a extinção do MinC, da Fundação Nacional de Artes, do SPHAN, do Instituto Pró-Memória, da Fundação Pró-Leitura, bem como de diversos outros órgãos culturais, sob o governo de Fernando Affonso Collor de Mello.

Outrossim, a criação da Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991), que estimula investimentos da iniciativa privada em projetos culturais, com Sérgio Paulo Rouanet à frente do Ministério da Cultura e da Lei Sarney ou Lei n. 7.505 de julho de 1986 (BRASIL, 1986), proposta por Celso Furtado no período que foi ministro da cultura que estimula investimentos da iniciativa privada em projetos culturais, e configura-se numa adaptação da lei anterior de incentivo à cultura. A Lei Sarney, proposta por Celso Furtado, incorporava o modelo norte-americano de política cultural, baseada em leis de

dedução de impostos, a qual permanece mesmo após tantos anos e governos, como um dos principais mecanismos federais de financiamento da cultura (BARBALHO, 2015).

Como avanço, cria-se o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), mediante o Decreto Presidencial n. 520, de 13 de maio de 1992 (BRASIL, 1992), como órgão subordinado diretamente à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), vinculado ao MinC. No mesmo ano, a criação do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) pretende promover o hábito de leitura, ainda que não haja, naquele momento, uma ligação:

[...] entre os “bens culturais” contidos na biblioteca pública com ações que levariam a um programa consistente de formação de leitores. Inexistia uma política de leitura vinculada ao acervo existente, apesar do livro trazer consigo a ideia de leitura [...] [Com relação ao Proler] detectam-se problemas em que os convênios com instituições públicas e privadas são necessários para que este Programa dê certo. Não se percebe uma responsabilidade do governo em implantar e consolidar um Programa de Leitura, sustentado por ele mesmo. O governo repassa para a sociedade a responsabilidade em manter e implantar programas de leitura no país (CALDAS; TÁLAMO, 2007, p. 4).

Outro avanço culminado com o Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000), fruto de amplos debates, se dá graças ao reconhecimento institucional do patrimônio cultural imaterial brasileiro. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), amparado na Carta Magna vigente, os bens culturais de natureza imaterial referem-se às práticas e aos domínios da vida social que se manifestam em “[...] saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.” (IPHAN, 2017).

Com a gestão de Gilberto Gil, entre 2003 e 2006, pode-se falar em real construção do MinC, cuja estrutura é reformulada. Inicia-se, ainda, um diálogo com a sociedade, por meio de consultas populares (CALABRE, 2015). Nessa gestão, o Programa Livro Aberto, ano 2004, é o responsável pela ampliação do número de bibliotecas públicas e modernização das já existentes.

Em 2005, ocorre a I Conferência Nacional de Cultura, com ampla participação de diversos setores da sociedade, cujos diálogos geram as diretrizes

presentes no Plano Nacional de Cultura, aprovado por meio da Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010b). Retomando-se o PNC, acresce-se que está ele regido pelos seguintes princípios:

- I - liberdade de expressão, criação e fruição;
- II - diversidade cultural;
- III - respeito aos direitos humanos;
- IV - direito de todos à arte e à cultura;
- V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI - direito à memória e às tradições;
- VII - responsabilidade socioambiental;
- VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
- X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais. (BRASIL, 2010b, p. 2).

O Programa Livro Aberto, por sua vez, como resultado de esforço coletivo, abrange um entendimento de cultura baseado em três dimensões. São elas: simbólica (como expressão); cidadã (como direito); e econômica (campo para desenvolvimento sustentável), contemplando diversos grupos da sociedade, linguagens artísticas, equipamentos e instituições culturais.

Em se tratando das bibliotecas, dentre as instituições culturais, elas se fazem presentes diretamente ou indiretamente no PNC em sete metas (BRASIL, 2011). De forma sucinta, retomam-se seus conteúdos. Por exemplo: meta 2 – 100% das Unidades da Federação e 60% dos municípios com dados atualizados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC); meta 6 – 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no SNIIC atendidos por ações de promoção da diversidade cultural, incluindo-se a inserção ou a melhoria de bibliotecas em áreas quilombolas e indígenas.

Com vinculação direta ao PNLL, a meta 20 do PNC prescreve a média ideal de quatro livros lidos, por ano, por cada brasileiro, além dos muros das escolas, o que prevê a instalação de bibliotecas em todas as cidades, com equipamentos, acervo e funcionários suficientes para mantê-las em

funcionamento. É a capacitação de pessoas que atuem na democratização do acesso ao livro e na formação de leitores com vistas a apoiar novos espaços de leitura, como salas de leitura, bibliotecas circulantes, bibliotecas comunitárias, acervos em hospitais e associações comunitárias.

A meta 29 refere-se à existência de acessibilidade e desenvolvimento de atividades de fruição cultural em 100% das bibliotecas públicas e dos demais equipamentos culturais públicos do país. Indo além, a meta 32 prevê que todos os municípios mantenham pelo menos uma biblioteca pública em funcionamento, enquanto a de número 34 pretende que, até 2020, 50% das bibliotecas e museus estejam devidamente modernizados.

Por fim, a meta 41 estipula que 100% de bibliotecas públicas, ao lado de 70% de museus e arquivos, disponibilizem informações sobre seu acervo no SNIIC. Desdobrando-se em outras 11 estratégias e ações no PNC, a biblioteca é contemplada dentre as estratégias e ações previstas na Lei n. 12.343 (BRASIL, 2010b), ou seja, no PNC, a biblioteca se faz presente nos seguintes momentos/itens:

2.5.8 [...] criação de centros integrados da memória (museus, arquivos e bibliotecas); **2.5.9** Fomentar a instalação e a ampliação de acervos públicos [...] em bibliotecas; **3.1.12** Reabilitar [...] bibliotecas [...] criando programas estaduais e municipais de circulação de produtos, circuitos [...], eventos culturais; **3.1.15** Estabelecer critérios técnicos para a construção e reforma de [...] bibliotecas; **3.1.17** Implementar uma política nacional de digitalização e atualização tecnológica de [...] acervos culturais mantidos em [...] bibliotecas [...]; **3.1.18** Garantir a implantação e manutenção de bibliotecas em todos os municípios brasileiros como espaço fundamental de informação, de memória literária, da língua e do *design* gráfico, de formação e educação, de lazer e fruição cultural [...] **3.3** Organizar em rede a infraestrutura [...] bibliotecas [...] **3.5.9** cineclubes em [...] bibliotecas públicas [...] **3.6.5** Estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos que possam ser utilizados livremente por [...] bibliotecas de acesso público [...]; **4.4.11** Capacitar [...] bibliotecários [...] para a atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários; **5.1.3** Potencializar os equipamentos e espaços culturais, bibliotecas [...] como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos e consumidores culturais, ampliando sua participação direta na gestão destes equipamentos (BRASIL, 2010b, p. 20-33).

Tudo isto comprova que bibliotecas e bibliotecários (vide item 4.4.1 da citação supra) estão integrados à efetivação do PNC, com o objetivo de inclusão no setor cultural brasileiro com o intuito de incentivo à leitura, acessibilidade à fruição cultural e garantia à informação.

Outra política nacional que também contempla a biblioteca através de ações efetivas vem do PNLL. Suas metas organizam-se em quatro eixos principais de atuação: (1) democratização do acesso – privilégio às bibliotecas de acesso público; (2) fomento à leitura e à formação de mediadores – valorização de fomentadores que ajudem a formar leitores; (3) valorização do livro e da comunicação – trabalhar o livro como valor social e cultural e como bem público a se preservar como direito de cidadania; (4) desenvolvimento da economia do livro, ou seja, não separar a leitura de sua base material. O livro, em suportes impressos ou digitais, constitui, sempre, a base de uma economia da cultura a ser apoiada e defendida.

Em outras palavras, no PNLL, as

[...] diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas no Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável (BRASIL, 2010a, p. 1).

Com o PNC e o PNLL, constituem-se então políticas nacionais de significativa abrangência, que, pela primeira vez na história das políticas públicas de cultura no país, priorizam ações voltadas à biblioteca de forma tão desafiadora e complexa. Desta maneira, a partir de análise das três bibliotecas do Cariri cearense, antes mencionadas, investigam-se essas políticas de maneira a descobrir se conseguem ser elas efetivadas graças às medidas realizadas no âmbito das bibliotecas.

3 Políticas culturais e bibliotecas: experiências no Cariri cearense

O Cariri cearense é um território que abrange 27 municípios no extremo sul do Estado do Ceará, de onde se destaca, como região metropolitana, o chamado aglomerado urbano CRAJUBAR, oriundo das três cidades mais importantes que o constitui: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

No Cariri, a ocupação mais intensiva das atividades urbanas nos territórios dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, associada à histórica relação de interdependência e complementaridade entre eles, aliada à proximidade física entre os núcleos urbanos destes municípios, promoveu a formação do aglomerado urbano que se convencionou chamar de Crajubar (QUEIROZ, 2014, p. 96).

Por suas condições climáticas mais favoráveis, aliado a recursos naturais, hidrográficos e por condições sócio-históricas, que proporcionam o desenvolvimento da região, esse território é conhecido, hoje, por ser um polo industrial, turístico, educacional e cultural. Com relação a este último item, sua expressividade manifesta-se de maneiras distintas. Além de fortemente presente no cotidiano, entre artistas, gestores culturais e pesquisadores, é comum referir-se a esse lugar como verdadeiro caldeirão cultural.

Em Juazeiro do Norte, diversas manifestações de tradição são contempladas pelo Projeto do Estado, “Tesouros vivos da cultura”, na figura de seus mestres ou grupos. Instituições culturais na cidade, como Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB) e Serviço Social do Comércio (SESC), estão diretamente envolvidas na gestão e na promoção da cultura local, além de outras entidades, como Centro Cultural Mestre Noza e Lira Nordestina, de grande relevância para o cenário da cultura. A cidade é também marcada por romarias, em decorrência do milagre da hóstia, cujos protagonistas são a Beata Maria de Araújo e o Padre Cícero.

No Crato, a cultura manifesta-se em grupos de tradição, mantidos por figuras importantes no local, como os Irmãos Aniceto (banda Cabaçal) e Mestre Aldenir (reisado). Em outras linguagens, citam-se o poeta e músico Abidoral Jamacaru e o Grupo Ninho de Teatro, reconhecido em território nacional.

Em Barbalha, a celebração para o padroeiro da cidade, que congrega festividades religiosas, culturais e artísticas durante 13 dias, levou a Festa de

Santo Antônio de Barbalha, ano 2015, ao título de patrimônio cultural imaterial brasileiro concedido pelo IPHAN.

A explanação, ainda que sucinta, acerca dos bens, grupos e manifestações culturais do Cariri cearense, especificamente do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, tem o intuito de explicitar a relevância da cultura para a população, e, portanto, para suas bibliotecas, situando o leitor em meio à pluralidade e à diversidade cultural existentes. Assim, diante de cenário cultural tão complexo, apresenta-se o diagnóstico de como estão sendo aplicadas as políticas nacionais de cultura, no âmbito das bibliotecas do Cariri cearense.

3.1 Biblioteca Inspiração Nordestina

A Biblioteca Inspiração Nordestina faz parte dos serviços oferecidos pelo CCBNB. Atua como centro de informação, cultura e pesquisa, através de um acervo de livros, CD, DVD, mapas, jornais, revistas, dicionários, enciclopédias gerais e específicas, histórias em quadrinhos (adulto e infantil), cordéis, etc.

Inaugurada em abril de 2006, em Juazeiro do Norte, a Biblioteca conta com mais de 10 anos de funcionamento, um acervo com mais de 16 mil obras, salas de estudo individual e em grupo, além de cabines de vídeo. Daí, o local ser utilizado por um público bastante diversificado, como crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica que usufruem do espaço em busca de lazer via leitura de livros e exibição de filmes; adolescentes; universitários; concursados que vão estudar ou alugar (prática comum nas bibliotecas brasileiras) obras de seu interesse; pais que levam os filhos durante finais de semana em busca de recreação, etc.

Ao observar apenas o perfil de seu público, poder-se-ia pensar que o espaço abriga uma biblioteca pública. Na verdade, trata-se de biblioteca especializada em arte, cultura e literatura, que atende diariamente a um público bem mais vasto do que seu escopo de atuação. Porém, contrariando o previsto pelo PNC, quando descreve a importância de capacitar profissionais para atuar como agentes de difusão da leitura (BRASIL, 2010b), atualmente, a Biblioteca encontra-se sem bibliotecário-gestor. Após o corte financeiro desde o final de 2014, colaboradores terceirizados foram demitidos, incluindo os 13

bibliotecários responsáveis pelas diversas unidades da instituição. Em termos atuais, o quadro de funcionários restringe-se a três auxiliares de biblioteca (duas com graduação em Biblioteconomia e uma, no último período do curso), além de uma estudante do ensino médio, que participa do Projeto “Jovem Aprendiz”.

Mensalmente, a Biblioteca realiza atividades como o Clube do Leitor, Conversas filosóficas e contações de histórias. O Clube do Leitor é um programa mensal de difusão e apreciação literária, visando estimular o leitor através da discussão de obras e autores. Os encontros costumam atrair um público de alunos do ensino médio e universitários por conta das variadas temáticas, que passeiam entre autores nacionais e estrangeiros.

O programa Conversas filosóficas objetiva refletir sobre um tema preestabelecido, em geral, tópicos em evidência no cotidiano, por meio de um convidado que media as discussões à luz de obras filosóficas. As contações de histórias, por seu turno, compõem as atividades do programa infantil, o qual envolve vários espaços no Centro Cultural com jogos educativos na biblioteca virtual, peças de teatro, oficina e recreação. Acontecem todos os sábados na Biblioteca, levando as crianças a terem contato com diferentes histórias e personagens, através dos vários elementos utilizados na contação.

Sobre estas ações, ao responder ao questionário, a auxiliar de biblioteca que atua há mais tempo na instituição e que, apesar de bibliotecária por formação, não exerce a função, considera que a programação descrita contribui diretamente para o incentivo à leitura, sobretudo, o Clube do Leitor e as contações de histórias, voltadas para crianças/adolescentes entre dois e 14 anos. Em sua opinião, as iniciativas representam oportunidade de acesso à leitura, literatura, cultura e arte, embora, reconheça a falta de profissionais para exercício da função de mediador bibliotecário, uma vez que o cargo permanece desocupado. Este fato compromete o desempenho da Biblioteca como instituição social e contraria tanto o item 4.4.11 do PNC (transcrito antes, literalmente) quanto à meta número dois do PNLL, que enfatiza o fomento à leitura via mediadores devidamente habilitados.

A depoente também destaca o problema da falta de autonomia. Por exemplo, ao propor novos programas, estes precisam passar por um Conselho

Consultivo da célula de cultura do Banco do Nordeste, em Fortaleza, Ceará, que analisa a proposta e pode tanto aprovar quanto reprovar ou modificar. A questão em torno disso é que, quase nunca, as propostas chegam até a célula. E quando chegam, os membros do Conselho, como desconhecem a realidade da região, encontram dificuldade em avaliar as propostas de maneira a atender às demandas da região.

De qualquer forma, como decorrência da observação direta e do contato com a equipe da Biblioteca e o público em geral, acredita-se que as iniciativas em vigor, apesar de anteriores à instituição dos dois planos, evidenciam seu caráter vanguardista e contribuem diretamente para sua efetivação, a exemplo da meta 20 do PNC e das ações do eixo I (democratização do acesso) do PNLL.

3.2 Biblioteca do Centro de Artes e Esportes

As bibliotecas do Centro de Artes e Esportes (CEU) são iniciativa recente do MinC, que integra um programa com várias ações, tendo em vista a promoção da cidadania em espaços de alta vulnerabilidade social. Dentre as medidas, estão ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital.

No programa em pauta, a Biblioteca trabalha de modo a colaborar para a ampliação do acesso à informação, à leitura e à cultura, por meio de seu acervo, suas áreas e seus serviços que tendem a atender diferentes interesses de leitura e de informação da comunidade.

Sua implantação resulta da adoção das diretrizes criadas pelo SNBP. Além dos procedimentos de acesso, as bibliotecas também recebem atividades, como saraus, oficinas literárias e debates com a comunidade, entre outras alternativas que visem despertar o interesse pela leitura e produção de textos.

Na prática, a Biblioteca do CEU, localizada em Barbalha e inaugurada em agosto de 2013, está aberta a toda comunidade, qualquer que seja o perfil de seus integrantes, porém, não oferece serviço de empréstimo, limitando-se à consulta local. A bibliotecária é responsável pelo serviço de referência e processamento técnico da coleção, mas a gestão está sob responsabilidade do

titular da secretaria de cultura. Este fato contraria o previsto por teóricos revistados na seção anterior, à semelhança de Caldas e Tálamo (2007) e Leitão (2010), e, também, pelos dois planos governamentais (PNC e PNLL), que enaltecem a permanência de experts em bibliotecas e instituições congêneres.

Quer dizer, o fato de a gestão da Biblioteca (decisões sobre recursos financeiros, de pessoal, desenvolvimento de coleções) não estar sob a incumbência de profissional especializado revela muito acerca das chances de atuação e de reconhecimento do bibliotecário em âmbito institucional no município de Barbalha. A formação profissional, que garante competências para o desenvolvimento de atividades no âmbito técnico, social e de gestão, é, assim, desconhecida ou desconsiderada pelos gestores municipais.

Segundo a bibliotecária contatada via questionário, a Biblioteca mantém parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que fomenta o incentivo à leitura por meio de atividades realizadas com crianças na faixa etária entre cinco e 14 anos, oriundas de situações de violência e de vulnerabilidade socioeconômica.

Dentre as ações desenvolvidas, a depoente cita os Projetos “Amigos da Leitura” e “Barbalha Cresce Brincando” realizada entre a Biblioteca do CEU e a Biblioteca Pública da cidade. Entre as atividades, estão: contações de histórias e leitura de livros em grupo. Há, também, criação de história. Neste caso, trata-se de metodologia adotada por assistentes sociais para avaliação com crianças acerca de traumas e violências vividas: lê-se uma historinha e pede que elas desenhem sobre o relato ouvido. Muitas vezes, os desenhos vão além da história. Relacionam-se com o cotidiano – de violência – da própria criança. Por fim, no período de férias escolares, é realizado o Projeto “Férias e diversão na Biblioteca do CEU”, que trabalha com leitura e jogos em abordagem psicopedagógica.

Entretanto, apesar do grande público, diariamente presente na Biblioteca, lendo e/ou resolvendo atividades escolares, e da forte aproximação com a comunidade situada no entorno, a bibliotecária entrevistada destaca a falta de sensibilidade dos gestores públicos para com a Biblioteca e seus profissionais.

O não repasse de verbas e de recursos comprometem o desenvolvimento pleno das atividades planejadas. No que tange ao bibliotecário, a lacuna em torno do reconhecimento de sua atuação e a falta de autonomia para executar ações e projetos também fragilizam seu desempenho. Percebe-se que nas bibliotecas do CEU, apenas a meta 20 do PNC é efetivada, devido a significativos esforços da bibliotecária, que parece atuar sem incentivo, recurso ou valorização profissional.

3.3 Biblioteca Pública do Crato

A Biblioteca Pública está inclusa nos fatores qualitativos da UNESCO, para que se tenha uma sociedade leitora, com acesso garantido ao livro e a um número suficiente de bibliotecas presentes em todos os municípios do país (BRASIL, 2010a). Segundo o PNC, a biblioteca pública está em 99% dos municípios brasileiros, embora quantidade não signifique qualidade, dado que apesar de estar presente em grande parte dos municípios é também um dos menos presentes no cotidiano da população, como evidenciado na pesquisa “Retratos da leitura” realizada pelo Instituto Pró-Livro, quarta edição, ano 2016. Diante da pergunta sobre o que lhe faria frequentar uma biblioteca, a resposta obtida mais recorrente (30%) dentre os sujeitos do estudo refere-se a de que nada estimula sua ida às bibliotecas (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016).

Ainda em consonância com a fonte ora referida, recursos humanos insuficientes (média de quatro); falta de infraestrutura de qualidade (49% dos próprios dirigentes, levando em conta quesitos, como iluminação, ventilação, mobiliário e equipamentos, disseram ser inadequados na biblioteca onde trabalham), profissionais capacitados (dos 57% dos dirigentes com ensino superior, apenas 11% são graduados em Biblioteconomia) e acervo defasado constituem alguns dos motivos para a “inexistência” da biblioteca pública no dia a dia dos brasileiros, em que pesem sua importância social, como Targino (2006) descreve em detalhes.

Porém, em Crato, a Biblioteca Pública vivencia uma realidade um tanto diferente em confronto com parâmetros nacionais. Está vinculada à Coordenadoria de Políticas Públicas para Livro e Leitura (COPLIL) da

Secretaria de Cultura do Crato, contando com dois bibliotecários que se dividem entre a coordenação da COPLIL e a gestão de bibliotecas e ações literárias.

Ao participar da pesquisa, a Coordenadora de Políticas Públicas para Livro e Leitura, que também está à frente da gerência de editoração e pesquisa e da produção cultural, explica que são desenvolvidas ações, como contação de história; editoração de publicações em livreto ou cordel; e incentivo à leitura em parceria com escolas próximas à Biblioteca. Segundo seu depoimento, as ações convergem tanto para cumprir as metas nacionais quanto para atender aos parâmetros municipais, posto que Crato é uma das cidades com Plano Municipal de Cultura (PMC) em vigor, com metas e projetos para as bibliotecas. Entre eles: programa de revitalização e modernização da infraestrutura física da Biblioteca Pública Municipal do Crato e da Biblioteca Pública Luiz Cruz; Programa bibliotecas, comunidades e sociedade civil; Programa de fomento e difusão da cultura literária.

Recentemente, recebeu 500 livros da Secretaria de Cultura do Ceará para atualização do acervo da biblioteca comunitária e sua equipe está à frente do “Projeto RECODE” em Bibliotecas do Instituto Bill e Melinda Gates em parceria com a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLB) do MinC. Daí, da fala da entrevistada, verifica-se flagrante otimismo diante da ampliação de ações dentro e fora da Biblioteca, até porque, como se trata de uma biblioteca pública, a abrangência dos usuários ajuda a alcançar diferentes setores da sociedade. O negativo é a falta de incentivo financeiro da Prefeitura para a realização de algumas atividades sugeridas pelos bibliotecários.

Apesar disso, constata-se que, possivelmente, pelo fato de já ter o PMC instituído, o que garante maior fortalecimento em sua *performance*, a Biblioteca cumpre as citadas metas 20, 32, 41 do PNC e as diretrizes do Eixo I (bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos por meio de programas permanentes de atualização) do PNLL.

4 Considerações finais

Uma das características básicas que constitui uma política cultural vem do fato de apresentar continuidade e de manter sua base de articulação entre Estado e

sociedade, a fim de instituir de maneira participativa na área da cultura, ações que colaborem de maneira a sanar as demandas dos diversos segmentos sociais.

No que se refere às políticas nacionais em vigor, PNLL e PNC, é possível perceber que estas possibilitam integrar de maneira abrangente, sistematizada e continuada, iniciativas no setor cultural brasileiro, e que conferem pela primeira vez na história das políticas culturais do Brasil, papel de destaque para as bibliotecas.

Para bibliotecários ou pesquisadores do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, é clara e explícita a importância das bibliotecas, suas funções e possibilidades de atuação, que vão desde a esfera social (por ser espaço de compartilhamento, encontro e trocas); passando pela educativa (produção do conhecimento); cultural (por congregar por meio de seu acervo e ações diferentes expressões e linguagens da cultura); e de memória (por consistir espaço de registro e salvaguarda da produção do conhecimento humano).

Nesse sentido, acredita-se que o atual reconhecimento institucional da importância das bibliotecas por via das políticas culturais, configura-se como avanço e mecanismo importante a ser adotado pelos bibliotecários brasileiros.

No caso específico das três bibliotecas situadas no Cariri cearense, infere-se que, não obstante as muitas dificuldades e barreiras enfrentadas, suas ações e atividades contribuem diretamente para a efetivação das metas propostas nos planos, sem que fique claro, porém, como se dá a intervenção do MinC no que concerne ao repasse de recursos. Aliás, todas elas apresentam quase a mesma problemática: falta de investimentos para melhor desenvolvimento das ações; ausência de autonomia na proposição e execução de novas ações; não reconhecimento por parte do poder público do trabalho desenvolvido.

Reitera-se a necessidade de trazer os debates sobre as políticas culturais públicas na esfera da Biblioteconomia. Há, inclusive, quem questione se, falar em política de informação já não significa falar de política cultural, visto que falar em política cultural é tratar de fenômenos informacionais que evocam questões de uso, apropriação e circulação de informações, assim como em produção e organização do conhecimento.

Neste sentido, espera-se ter corroborado para fomentar o debate e produzir novas reflexões acerca das ações que o bibliotecário pode desenvolver, tendo as políticas culturais como instrumentos efetivos. Isto porque, o recorte geográfico de um estudo alusivo ao Cariri cearense, de forma mais ou menos próxima, reflete a realidade de diferentes localidades do Brasil, em seus pontos de sucesso e/ou de estrangulamento.

Referências

ABUD, K. M. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998.

BARBALHO, A. Política cultural no Brasil: perspectiva histórica. In: CURSO de aperfeiçoamento para gestores públicos de cultura. [S.l.]: Universidade Federal do Cariri: MinC, 2015. Material didático.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Metas do plano nacional de cultura**. 2011.

BRASIL. **Plano nacional do livro e da leitura**. Brasília: MinC, 2010a.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de maio de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 de agosto de 2000. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Decreto n. 520, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 14 de maio de 1992. Seção 1, p. 6030.

BRASIL. Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 dez. 2010b. Seção 1, p. 1-13.

BRASIL. Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, 3 de julho de 1986. Seção 1, p. 9763.

BRASIL. Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República**

Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 24 de dezembro de 1991.
Seção 1, p. 30261.

CALABRE, L. Introdução às políticas públicas. In: CURSO de aperfeiçoamento para gestores públicos de cultura. [S.l.]: Universidade Federal do Cariri: MinC, 2015. Material didático.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2007.

CALDAS, E. F.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Biblioteca pública no Brasil: políticas de incentivo à leitura. In: CONGRESSO DE LEITURA, 16., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABL, 2007.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M. T. S.; MARQUES, E. C. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. O que é patrimônio imaterial? 2017.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura**. 4. ed. Rio de Janeiro, 2016.

LEITÃO, B. J. M. **A relação entre as bibliotecas públicas, bibliotecários e a censura na Era Vargas e regime militar: uma reflexão**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACHADO, B. N. da M. **Direitos culturais e políticas para a cultura**: Curso de Gestão e Desenvolvimento Cultural Pensar e Agir com Cultura, Cultura e Desenvolvimento Local. Belo Horizonte: [s.n.], 2007.

MEDEIROS, A. E. de A. Imaterialidade criadora. In: TEIXEIRA, J. G. L. C.; GARCIA, M. V. C.; GUSMÃO, R. (Org.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização**. Brasília: UnB, 2004.

MEDEIROS, V. da S.; ALMEIDA, N. R. de; VAS, B. B. Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil. **Entreletras**, Araguaína, v. 5, n. 1, p. 42-61, 2014.

MENDONÇA, S. R. de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTIZ, R. Imagens do Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, p. 609-633, 2013.

QUEIROZ, I. S. Região metropolitana do Cariri cearense, a metrópole fora do eixo. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, p. 93-104, 2014.

RUBIM, A. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: BARBALHO, A.; RUBIM, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007. p. 11-36.

TARGINO, M. das G. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Teresina: Edufpi, 2006.

Cultural policies and libraries of Cariri cearense

Abstract: This paper discusses the culture and its instrumentalization in the form of public policies within the Brazilian libraries. It aims to know to what extent the libraries are inserted in the national policies of culture - National Plan of Culture and the National Plan of the Book and Reading - and how the goals of these plans have been applied. It is established a review of the programs and projects developed in three libraries of Cariri Cearense - Library Inspiração Nordestina in Juazeiro do Norte, Library of the Center of Arts and Sports in Barbalha and the Public Library of the city of Crato - due to the variety and cultural diversity existing in that location. It carries out the study through a bibliographical review and the application of questionnaires for librarians and assistants of the libraries analyzed. It concludes that although there are many difficulties and barriers to the full functioning of libraries, actions and activities contribute to the achievement of the goals proposed in the plans, as well as the relevance of this discussion within Librarianship, since speaking in cultural politics is refer to informational phenomena, which evoke questions of use, appropriation and circulation of information, as well as in production and organization of knowledge.

Keywords: Public policies of culture. Libraries. Cultural actions. Cariri Cearense.

Recebido: 02/02/2017

Aceito: 04/06/2017

“NOS ANAIS DA HISTÓRIA A FAMA NUNCA RIMA COM MULHER...”: memória e invisibilidade nos folhetos de cordel

Vitória Gomes de Almeida

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail:

vitoria.gomes.almeida@yahoo.com.br

Izabel França de Lima

Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: belbib@gmail.com

RESUMO

Discute acerca da autoria feminina nos folhetos de cordel e seus desdobramentos para o campo da memória no âmbito da Ciência da Informação, que já teve o folheto como objeto de estudo através de vários enfoques. Compreende que a exclusão das mulheres da memória cultural por meio da historiografia oficial, faz da memória como um campo de disputa. Considera que a ideia de ser produzida por uma “cultura popular” com bases na oralidade, acaba por reforçar essa exclusão e invisibilidade, uma vez que na historiografia essa cultura é colocada como subaltern. A partir de uma revisão de literatura sobre o tema, busca colaborar na proposição de novas reflexões sobre o campo da memória e da Ciência da Informação, partindo de estudos críticos sobre o folheto, uma vez que evidencia e traz a obra de diversas cordelistas.

Palavras-chave: Autoria feminina. Memória cultural. Poética da oralidade – Cordel.

"IN THE ANALYSIS OF HISTORY FAME NEVER RHYME WITH WOMAN ...": MEMORY AND INVISIBILITY ON THE CORDEL BROCHURES

ABSTRACT

It discusses the feminine authorship in the cordel leaflets and their unfoldings for the field of memory in the scope of Information Science, which already had the leaflet as an object of study through various approaches. It understands that the exclusion of women from social and cultural memory through official historiography makes memory as a field of contention. It considers that the idea of being produced by a "popular culture" based on orality, ends up reinforcing this exclusion and invisibility, since in historiography this culture is placed as subaltern. From a literature review on the subject, it seeks to collaborate in proposing new reflections on the field of memory and Information Science, starting from critical studies about

¹ Espaços de Recordação de Aleida Assmann, pág. 67.

the booklet, highlighting and bringing the work of several stringers.

Keywords: Female authorship. Cultural memory. Poetics of orality - Cordel.

1 INTRODUÇÃO

Cordel, folheto, verso, são diferentes nomes dados para uma mesma poética, que ao longo da historiografia oficial, foi apresentada em diversos estudos como sendo uma “literatura popular”, termo remetia a ideia de ser uma literatura menor, “pobre” e “primitiva”, porque realizada, criada e produzida por camadas populares sertanejas, convencionalmente tida como ágrafas.

Porém, na contramão dessa linha de pensamento, ressaltamos os novos discursos que problematizam essa ideia de primitivismo. Buscando fortalecer esse discurso crítico que reconhece sua multiplicidade, percebemos o cordel não como uma literatura, mas sim como uma poética, uma manifestação a meio caminho da oralidade e escritura, que cria ricas formas significativas, expressivas e reveladoras da existência humana, através de suas narrativas diversas, que retratam os causos, fatos e o cotidiano (MATOS, 2010, p. 17-20).

Essa poética se territorializa ganhando particularidades únicas no contexto a qual nos referimos: declamado ou cantado nas feiras, mercados e terreiros do Nordeste brasileiro, o cordel se configura como uma das manifestações fortemente presentes na história do povo nordestino, se caracterizando, como uma referência de sua cultura e identidade.

Sua expressividade, manifesta por meio da oralidade (performances e declamações de cordéis), escrita (registrada em seu suporte tradicional em papel) e mais recentemente na web (em sites, blogs e redes sociais), bem como pelo seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural brasileiro, ainda em processo no IPHAN mas já legitimado pelos poetas e povo nordestino, o cordel se afigura como um relevante bem cultural para se pensar as questões da memória presentes em seu conteúdo, forma e produção.

Diante de tais constatações, o objetivo é trazer a discussão dessa poética da oralidade para o âmbito da Ciência da Informação, que já foi objeto de estudo no campo

por meio de vários enfoques, como da representação temática, da mediação cultural, enquanto fonte de informação e nos estudos sobre memória.

Explicita-se as intrínsecas e imbricadas relações entre informação, cultura e memória. Sendo a cultura – o conjunto dos processos sociais de significação da vida social (CANCLÍNI, 2004, p. 41), a informação vincula-se a esta duplamente: é *um elemento da cultura* por ser resultado da produção humana, e pode ser produzida, transmitida e consumida por ser *dotada de sentido* (o que acontece por meio da cultura).

Com relação à memória, o próprio ciclo da informação (produção, circulação, consumo, registro) só se torna possível através desta. Só se produz informações, através de um estoque retido pela memória e que serve como referencial para sua criação, ao passo que só existe memória ao conservar informações, ou seja, uma não pode existir sem a outra.

Ao pensarmos na oralidade, notamos ainda mais ligações com a informação (e, por conseguinte com a memória e com a cultura). Falar da voz/oralidade é falar de outro elemento da cultura, cuja prática constitui-se como uma tradição (antiga forma de comunicação cultural) que acompanham a história da humanidade.

Podemos perceber que as poéticas da oralidade se constituem como uma prática e um saber em que ocorre amplamente a socialização de informações, a produção de conhecimentos e a preservação da memória. É através dela que as informações acerca da cultura, história e identidade de grupos/comunidades são transmitidas e salvaguardadas. Além disso, por sua característica extremamente dinâmica, incorporam e refletem muito do contexto que estão inseridas.

É sob essas perspectivas que objetivamos apresentar nossas reflexões, por meio da discussão da autoria feminina no cordel. Partimos da percepção de um silenciamento e invisibilidade das mulheres na historiografia oficial, que apesar de historicamente terem contribuído na produção dessas poéticas, tiveram suas produções invisibilizadas, ora tendo que escrever sob a forma de pseudônimos, ora tendo suas produções ignoradas e legadas ao esquecimento.

A partir de uma revisão de literatura acerca do tema e de um corpus de cordéis de autoria feminina, problematizamos o discurso que invisibiliza a produção feminina, ressaltando os aspectos de lembrança e esquecimento, que fazem da memória um campo de disputa.

2 MEMÓRIA, TRADIÇÃO E DISPUTA NOS FOLHETOS DE CORDEL

Por sua multiplicidade, o estudo do cordel perpassa pesquisas acadêmicas de diversos campos, na qual se origina por meio da perspectiva de folcloristas, como Sílvio Romero no século XIX, se consolidando posteriormente no campo dos estudos literários.

Amplamente difundida com o nome de Literatura de Cordel, essa poética passa a ser assim denominada pelos estudiosos na década de 1970, ainda que pelo povo e os poetas não fossem reconhecidas por essa nomenclatura (ABREU, 2006).

Se considerarmos a etimologia do termo Literatura, perceberemos que esta é oriunda do latim *littera*, que remete a arte de escrever. Contudo, os poetas continuam a produzir suas poesias de improviso, como no modelo tradicional da cantoria sertaneja, para só então transcrevê-las para o papel (SANTOS, 2011), e nesse sentido

[...] o folheto não é um livro escrito e impresso, ele não é ‘literatura’ no sentido moderno da palavra, mas um produto da primeira etapa da transição da oralidade para a escrita, uma fase de oralidade mista ou segunda, no sentido em que Paul Zumthor utiliza esses conceitos nos seus estudos de literatura medieval (LEMAIRE, 2008, p. 297).

Dessa forma, o cordel no contexto nordestino “optou pelo formato poético e se apropriou de todos os códigos da cantoria para conservar as marcas da oralidade em cada verso, em todas as estrofes” (CARVALHO, 1998, p. 264), o que nos leva a considerá-la enquanto uma poética de bases orais, e não escrita.

Todavia, enquanto parte das tradições orais, essa poética sofre um duplo preconceito teórico advindo dos cânones que sobre ela teorizaram: primeiro que a caracteriza como sendo produzido por camadas populares e ágrafas, resultando numa difusão na historiografia de que essa produção seriam manifestações “primitivas” ou no máximo uma “paraliteratura” (SANTOS, 2012), ingênuas, simples e pobre poeticamente. Essa concepção acaba por levar a uma posição marginalizada na conjuntura da cultura nacional, em vez que essa poética é analisada nos debates de bases escriptocêntricas, ordem sobre a qual se assentava o discurso hegemônico vigente (LEMAIRE, 2008).

Segundo, que fazendo parte de uma tradição, a ideia compartilhada é a de que essa poética deveria se manter pura e autêntica, na qual os eruditos rejeitam como impuras e desviantes, as formas e expressões do folheto que não correspondem ao modelo parado no tempo (LEMAIRE, 2010).

Em decorrência disso, a propagação de um discurso conservador na qual concebe a tradição como um vestígio do passado, e considera que todo progresso ou mudança seria um processo de dessacralização da sabedoria popular, generalizou-se na literatura e nos estudos sobre o cordel, excluindo na contemporaneidade formas variantes do cordel, que apresentam mudanças em seu conteúdo, estrutura ou em seu projeto de editoração.

Por essa razão, Schmidt (2008) ressalta que a abertura epistemológica dentro dos estudos literários, deslocado de uma perspectiva da literatura como arte ou objeto estético (produção individual pautada em critérios estéticos eruditos das belas artes), para a noção de literatura como produção estético-escritural, se situando nos domínios da cultura (produção de caráter de coletivo, ou seja, histórico-social), possibilitou conjugar saberes, novas reflexões, modelos e paradigmas, que até então eram inquestionáveis devido às amarrações inflexíveis e normativas, aqui já apresentadas.

Portanto, investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de trazer à visibilidade as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras. Com isso quero dizer que o conteúdo (seleção de fatos) e estrutura (forma de sua organização) estão imbricados numa formação discursiva dominante cujos efeitos ideológicos ratificam os sentidos e os lugares sociais em que esses são produzidos. [...] se trata de [...] levantar questionamentos sobre que conhecimentos são gerados por seus *constructos* e as quais interesses servem (SCHIMIDT, 2008, p. 130).

Viabiliza-se por meio dessa abertura epistemológica, estudos críticos sobre o folheto que problematizam perspectivas que até então se faziam inquestionáveis. A exemplo, ressaltamos os estudos sobre a origem dessa poética, consolidados como resultado de uma tradição de romanceiro Ibérico que se instalou no Brasil através do colonizador português.

Acerca desse tema, Santos (2011) aponta as contradições presentes nessas colocações, uma vez que essa forma poética encontra semelhanças não somente em poéticas de origens lusitanas, mas também, em produções de bases orais de matriz africana, que apesar de terem contribuído e as influenciado, foram excluídas da historiografia oficial, assim como aconteceu com as contribuições dos indígenas e das mulheres, que no contexto brasileiro, hibridizaram e compuseram o campo da poética das vozes.

Nos estudos, quando se fala das “influências” do povo negro na criação e produção da cantoria, a análise restringe-se, mais notadamente, ao campo da voz. Acerca do folheto, texto escrito e publicado, não é mencionada a existência de nenhuma tradição negra, tal como se pode perceber em relação a José Bernardo da Silva, negro alagoano que se tornou um dos maiores editores da área e que nunca foi lembrado por sua cor, mas apenas pela tipografia que construiu, denominada São Francisco, uma das mais importantes do Nordeste. No cânone do cordel, os negros aparecem nos estudos críticos da FCRB², apenas como representação (SANTOS, 2011, p. 26-27).

Essa exclusão da historiografia oficial, de modo algum pode ser considerada como uma ação de descuido ou neutra, mas deve ser percebida como um conjunto de ações advindas dos grupos hegemônicos que a produziram intencionalmente.

Tal assertiva pode ser observada, através de um olhar sobre a história, uma vez que para se chegar à construção da nação moderna, justamente o mesmo período em que estruturam e consolidam esses estudos excludentes, o discurso vigente tinha como pressuposto os ideais burgueses de progresso e civilização, que objetivavam a integração nacional por meio da supressão das diferenças sociais e culturais (das classes populares), em que se articula um repertório de significados convenientes e desejáveis, que a história normaliza e regulariza (através da adoção de símbolos, marcos históricos e heróis nacionais, tendo na escola um meio de difusão dessa cultura nacional), fazendo com que a memória coletiva se configure tanto como lembrança quanto como esquecimento (SCHIMIDT, 2008). No caso do cordel no contexto brasileiro:

Em 1960, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), no Rio de Janeiro, uma instituição de caráter estatal ligada ao Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, dá início a um interessante projeto editorial voltado exclusivamente à publicação de pesquisas (Catálogo, Antologias e Estudos) sobre o folheto de cordel brasileiro. [...] Para analisar o tema os ilustres autores e colaboradores do projeto: Thiers Martins Moreira, M. Cavalcanti Proença, Orígenes Lessa, Manuel Diegues Jr e Antonio Houaiss, se basearam em pressupostos, teorias, práticas e métodos, de um lado, do pensamento tradicional brasileiro e por outro, dos quadros teóricos existentes da “coleção de textos da língua portuguesa moderna” da Casa – provenientes da filologia. Interessante nesse tópico é ressaltar que, apesar destes estudos terem se iniciado bem antes do golpe de 1964, vai coincidir com as teses ideológicas do plano global da política de integração nacional. [...] No contexto em que se publicaram essas reflexões, os estudos advindos do folclore prevaleciam, ainda, com muita

² Fundação Casa de Rui Barbosa.

força. Ela define o cordel como sendo: oral, anônimo, coletivo e impresso. (SANTOS, 2011, *online*).

Pensando nesse sentido, a memória seria uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se objetiva salvaguardar, em que se define e reforça com certo grau de consciência, os sentimentos de pertencimento (POLLACK, 1991), ou seja, a identidade dos diversos grupos que compõe a sociedade. Porém quando a pensamos como um campo de disputa entre esses diversos grupos que compõe a sociedade, poderíamos falar em enquadramento da memória, uma vez que

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. [...] Guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLACK, 1991, p. 9-10).

De forma a legitimar o controle e as modificações feitas na memória e, por conseguinte na história de determinado grupo, povo ou nação, Pollack (1991) fala que este trabalho de enquadramento produz discursos sobre acontecimentos e fatos, sendo realizado por atores profissionalizados, como os historiadores, por exemplo, na qual se solidifica em objetos materiais, como instituições do Estado, museus, arquivos, e nos bens tidos como patrimônio histórico nacional:

A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade (POLLACK, 1991, p. 10-11).

Essas considerações podem ser observadas, quando pensamos no folheto e na questão de autoria feminina, em que os traços de controle, exclusão e silenciamento se materializam nos discursos, na produção intelectual de um determinado período da história, que reverberam no imaginário, nas representações e na nossa própria forma de compreender e perceber a realidade.

Dante disso, podemos nos conscientizar da importância da construção e representação do nosso passado. Nossa identidade, por exemplo, está calcada, pois, em uma interpretação duvidosa do que aconteceu ao longo destes bem mais de quinhentos anos de história. Não se permitiu, ao povo, que mostrasse sua versão sobre o processo de dominação a que fora submetido. [...] a reconstrução da nossa própria história, construir a nossa memória e, consequentemente, nossa identidade, compreendendo assim, a relação entre passado, presente e futuro (SAMPAIO, 2014, p. 106).

Nesse sentido que se faz extremamente necessário trazer as vozes dessas mulheres e sua contribuição nessa poética da oralidade. Para isso, traremos na próxima sessão a produção dessas mulheres, além de reflexões acerca da exclusão de sua produção da historiografia, bem como da memória.

3 PRODUÇÃO FEMININA E MEMÓRIA: REESCRITAS DA HISTÓRIA NOS FOLHETOS DE CORDEL

A história sempre foi majoritariamente, um espaço escrito e protagonizado por homens. Até bem pouco tempo, os espaços e papéis a serem desempenhados pelas mulheres, eram bem definidos e questionados por poucas, ou ainda: pelas poucas mulheres cujas vozes conseguiram se fazer ecoar nos dias de hoje, em meio a opressão e ao silenciamento que historicamente foram submetidas.

Segundo Assmann (2011), existem inúmeras maneiras eternização por meio da memória, mas a fama seria a forma mais garantida de se alcançar a imortalidade, pois significa sobreviver na lembrança das pessoas, através de histórias que aconteceram muito antes dos ouvintes terem nascido.

A autora cita os poetas gregos, reconhecidos naquela sociedade como eternizadores, pois sua função memorial glorificava aqueles que se destacavam em diferentes esferas - na política, na guerra, em competições esportivas e artísticas, mas que compartilham entre si um ponto em comum: o fato de todos serem homens.

A pólis enquanto espaço público era um espaço que não aceitava as mulheres, e que continuou não aceitando em diferentes sociedades e momentos históricos. Esse silêncio e invisibilidade na história que cerceou as mulheres por muitos séculos, explica-se então

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato [...] Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: *o silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas (PERROT, 2007, p. 16, *grifo nosso*).

Para conseguir superar essa exclusão cultural, que restringia o acesso a bens econômicos, a educação e ao mercado de trabalho, muitas mulheres se viram obrigadas a fazer uso do anonimato ou de pseudônimos para realizar o desejo de publicar suas obras de poemas, contos, romances, teatro, que muitas vezes apesar de seus esforços, se perdiam nas primeiras edições e na poeira dos arquivos com o passar do tempo (DUARTE, 2009).

Se dentro dos cânones literários, a produção das mulheres já havia sido excluída de compor a memória social e cultural da nação, bem como se percebia uma lacuna nos estudos contemporâneos que buscavam recuperar a autoria feminina, essa exclusão e silenciamento, são ainda mais latentes quando pensamos no folheto, que por ser uma poética da voz e parte integrante de uma cultura popular, (SANTOS, 2011) tinha ainda menos visibilidade, por ser considerada uma cultura subalterna e inferior.

Exemplo disso pode ser visto num projeto editorial de 1973 da FCRB, intitulado Literatura Popular em Verso, que não faz menção a nenhum folheto de autoria feminina. No entanto em uma pesquisa recente, realizada por Francisca Pereira dos Santos, reuniu num catálogo chamado O Livro Delas³, 996 folhetos de cordel de 330 autoras, além de ter registrado a existência de 61 cantadoras repentistas, evidenciando que a mulher está sim presente na produção do cordel, e com uma grande contribuição.

Lucena (2010) afirma que até 1950 se tinha notícia de apenas uma cordelista, a paraibana Maria das Neves Pimentel, que para poder publicar seu folheto “*O violino do diabo ou O valor da honestidade*” no ano de 1938, teve de fazer como tantas outras mulheres: usar o pseudônimo, Altino Alagoano, para garantir que sua obra não se limitasse às gavetas ou arquivos pessoais.

³ No prelo.

Figura 1: Capa do folheto de Maria das Neves Pimentel



Fonte: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Cordel&PagFis=36523&Pesq=>

Hoje, o cordel que é conhecido por muitas vezes apresentar em seu conteúdo valores patriarcais, preconceituosos e machistas (LUCENA, 2010), encontra nos folhetos de autoria feminina, mudanças em seus conteúdos que versem sobre feminismo, desconstrução dos papéis de gênero, direito das mulheres e de LGBT+.

No folheto de Maria Luciene, intitulado "*Ano Nacional da Mulher: Memória e Luta*", a cordelista aborda a história de Bertha Lutz, uma das pioneiras no movimento feminista do Brasil que atuou pelo direito a educação e voto das mulheres, bem como de outras importantes mulheres que militaram na luta por seus direitos.

Na silenciosa calma
E grande motivação
Debruço sobre este assunto
Com minha concepção
Verve do corpo poético
O lírico da inspiração

[...]

Resgatar nossa história
No folheto popular
Estimulada conquista
Congressos realizar
A mulher na ditadura
Lutou para se libertar

Outras autoras, como Jarid Arraes, carregam a arte de fazer cordel através de gerações, começando com seu avô Abrão Batista e seu pai Hámurabi Batista, poetas e xilografos bastante conhecidos em Juazeiro do Norte. No entanto, sua extensa produção de folhetos⁴ se diferencia das obras de seu pai e avô, por serem folhetos militantes, que abordam o movimento de mulheres negras, a desconstrução dos papéis de gênero e sobre a violência contra a mulher. Sua produção se diferencia ainda, por produzir cordéis infantis, como em “*A menina que não queria ser princesa*”, que de maneira lúdica, desconstrói os papéis de meninas/mulheres classicamente representados em conto de fadas.

Era uma vez uma menina
Dotada de esperteza
Nascida lá no sertão
Batizada de Tereza
Era muito da danada
Arretada de brabeza

[...]

Foi que a mãe aperreada
Teve então uma clareza
Mandou trazer um livro
Com história de princesa
Segura do seu sucesso
Deu o livro pra Tereza

[...]

Por causa daquele traje
A princesa não pulava
Passava o dia cantando
E por tudo se acanhava
Não era como Tereza
Que só mais se enjoava

O livro era bem grosso
Mas nada se assucedia
Tereza se entediava
Virava-se e remexia
Até que parou de ler
Sufocada de agonia

[...]

Pois ao papai e à mamãe
Eu peço muita atenção

⁴ Escritora e cordelista, Jarid é autora de mais de cinquenta folhetos. Ver: <https://jaridarraes.com/>

Que criem meninas livres
De todo tipo de opressão
Que sejam o que quiserem
Cheias de amor no coração.

Outra cordelista que faz de sua poesia, um instrumento para o enfrentamento da opressão, misoginia, preconceito e desigualdade de gênero é Salete Maria. Advogada, professora universitária, militante e membro fundadora da Sociedade dos Cordelistas Mauditos⁵. Atua há mais de vinte anos na produção do que ela chama de “cordelírio feminista e libertário”, na qual soma cordéis premiados pela Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB, além de suas poesias terem sido recitadas pela atriz Deth Haak, musicados pela cantora Socorro Lira, citados pelo jornalista Arnaldo Jabor, encomendados pelos cineastas Vagner Almeida e Orlando Pereira.

O folheto de cordel
Que o povo tanto aprecia
Do singelo menestrel
À mais nobre academia
Do macho foi monopólio
Do europeu foi espólio
Do nordestino alforria

[...]

A mulher não se atrevia
Nesse campo transitar
Por isso não produzia
Vivia para seu lar
Era o homem maioral
Vivia ele, afinal
Para o mundo desbravar

Tempo de patriarcado
Também de ortodoxia
À mulher não era dado
Sair pela cercania
Exibindo algum talento
Pois iria a julgamento
Quem não a condenaria?

[...]

⁵ Grupo composto por doze cordelistas, formado em Juazeiro do Norte, no ano 2000. Utilizando o gênero tradicional cordel, e conscientes das inevitáveis – e por que não necessárias – transformações, inovam tanto em questões formais quanto ideológicas. No que diz respeito à questão formal, o mote é a intertextualidade e o hibridismo entre a linguagem popular e a erudita. Já no que tange ao conteúdo, o objetivo do grupo é desconstruir as visões discriminadoras, com a perspectiva sobre as mulheres e sobre os negros imbuídas em grande parte da literatura de cordel (LUCENA, 2010, p. 103).

Sem ter a cidadania
Vivendo vida privada
Pouco ou nada entendia
Não era emancipada
Só na cultura oral
Na forma original
Se via ela entrosada

[...]

E durante muitos anos
Assim a coisa se deu
Em muitos cordéis tiranos
A mulher emudeceu
O homem falava dela
Mas não falava com ela
Nem ela lhe respondeu

[...]

Mesmo assim elas versejam
E muito bem por sinal
Algumas até desejam
Ir para uma bienal
Mostrar a nossa cultura
A nossa literatura
Etcetera e coisa e tal

Versos de todos os matizes
De toda forma e cor
Algumas são infelizes
Reproduzindo o horror
Do machismo autoritário
Consumismo perdulário
Que tanto as dominou

Mas são as contradições
Presentes neste sistema
Onde mulheres padrões
Vivem também nos esquemas
Eu só quero é celebrar
Da mulher o versejar
Longe dos velhos dilemas

No cordel apresentado, “*Mulher também faz cordel*”, vários elementos podem ser observados, e um dos que ressaltamos é o fato de Salete lembrar que mesmo que as mulheres tenham agora acesso mais fácil a publicação de seus versos, todo uma cultura machista ainda perpassa e permanece em nossa sociedade, de forma que essa cultura continua sendo reproduzida em discursos e nessa poética.

Nesse sentido, seu trabalho disponibilizado no blog Cordelirando⁶, volta-se para temáticas múltiplas, mas com ênfase nas questões de gênero, feminismo, direitos humanos e outros assuntos marginais e periféricos, justamente com o objetivo de desconstruir e trabalhar os preconceitos e opressões ainda tão arraigadas.

Como exemplos de cordéis educativos, trazemos então a autora Sandra Alvino, que com o folheto *"Bioma Caatinga"*, que canta acerca da fauna e da flora típica do Nordeste brasileiro, mas que devido ao “desenvolvimento”, desmata e coloca em risco de extinção toda uma biodiversidade.

Senhores peço licença,
Pra minha história contar
E mostrar pra toda gente
Um pedaço do Ceará
Que está sumindo do mapa
Isso é de assustar

[...]

A majestade em questão
É o Bioma Caatinga
Feminina e delicada
Brasileira e Nordestina
Maltratada e esquecida
Queimada e descolorida

[...]

A Caatinga é provedora
De oiticica e Cumaru.
Aroeira, Arapiraca,
Faveleiro, Surucucu,
Violete e Pinhão-bravo
Imburana e Umbu

[...]

Desmatamento, sujeira
Desrespeito com animal.
É tudo mazela moderna
Nesse mundo do capital
Levando toda humanidade
Pra UTI dum hospital

E lá chegando meu povo,
Só mudando a medicação.
Injetando a onda verde

⁶ <http://cordelirando.blogspot.com.br/>

Na rede de Educação.
Focar tudo no sustentável,
E abolir o tal patrão.
Reavivar nosso reino,
Reaver sua elegância.
Reempossar seu orgulho,
Voltar a ver sua bonança.
A Caatinga merece
O seu voto de confiança.

Em “*O Linguajar Cearense*”, Josenir Lacerda também exalta sua cultura, nesse cordel voltado para as questões de variações linguísticas, apresentando as diferentes maneiras que o cearense denomina casos, fatos, objetos e pessoas.

Neste cordel-dicionário
Eu pretendo registrar
O rico vocabulário
Da criação popular
No Ceará garimpei
Juntei tudo, compilei
Ao leitor quero ofertar

[...]

Artigo novo é zerado
Armadilha é arapuca
O doido é abiobado
Invencionice é infuca
O matuto é mucureba
Qualquer ferida é pereba
Mosquito grande é mutuca

[...]

Se é muito longe, arrenego
Que Deus do céu nos acuda
É pra lá da caixa prego
Lá nos calcanhar do juda
Nas bimboca ou cafundó
Nas brenha ou caixa bozó
Onde o vento a rota muda

[...]

Fazer goga é gaiofar
O que é longo é cumprissao
Provocar é impinjar
Toda pilôra é desmaio
Salto ligeiro é pinote
Bando, turma é um magote

Cesto sem alça é balaio

[...]
Sarrabulho, panelada
Mucunzá e chambari
Tripa de porco, buchada
Baião de dois com piqui
Tem pão de milho e pirão
Carne de sol com feijão
Tijolo de buriti

Nessa última estrofe, percebemos outro elemento da cultura que se faz presente em vários versos de cordéis de autoria feminina: a culinária. Entretanto não somente na esfera da gastronomia, mas também de através da cura pela natureza, do conhecimento de afrodisíacos, de mandingas e superstições, as mulheres

Ao versar sobre plantas de poder que curam, sobre comidas e bebidas típicas como milho, tapioca, cuscuz, baião de dois, chás medicinais, licores, cachaça, mel, entre outros, as mulheres assumem uma missão pedagógica e didática: a de repassar, através dos folhetos, sabores, modos de saber e conhecimentos que orientam a culinária nordestina e se baseiam numa relação ancestral, respeitosa e saudável, de comunhão com a natureza. Trata-se de um saber ancestral que ela cuida em repassar através da linguagem ritmada e rimada dos versos e a contracorrente de toda uma industrialização proveniente do mundo globalizado. Na base dessa transmissão, mais uma vez, aparecem as mulheres como transmissoras da cultura (SANTOS, 2012, p. 27).

Trazemos então, o cordel “*Porque A Noiva Botou O Noivo Na Justiça*” da poeta e dramaturga paraibana Lourdes Ramalho, em que uma noiva rezou, fez promessas, sacrifícios e mandingas para encontrar um noivo, mas ao conseguir um marido, percebe-se arrependida pelo casamento.

Já que santo não valia
enfiei-me na macumba
Bebi cachaça em quizumba,
Botei fé na bruxaria!
E sem temer ingrisia
Caí na jurema-preta
Entreguei-me a Satanás,
Fiz pacto com Ferrabrás
Prometi sangue ao Perneta!

Se seguirmos mostrando as autoras e as diversas temáticas que suas obras versam, as laudas não seriam suficientes. Enfatizamos então, que a lista de poesias e versos de autoria feminina a serem declamados, estudados, analisados, refletidos e inclusos em nossas vivências, práticas, experiências e memórias, é vasta, bem diferente de uma ideia difundida pela historiografia oficial, que pode ser hoje refutada, para uma reescrita da história em que se reconhece a voz, a letra e a existência das mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em memória é falar sobre recordar, esquecer, lembrar, pertencer, ou seja, é falar sobre um elemento que fornece as bases para nossa identidade, enquanto indivíduos e coletividade. Na Ciência da Informação, a discussão da memória vincula-se aos debates do seu objeto de estudo, a informação, relacionados a ela por meio de sua pragmática, em que ambas se interligam pela necessidade de serem construídas e apropriadas pelos seres humanos para a produção de sentidos (SILVA, 2014).

Justamente por sua possibilidade de operar e moldar a identidade, que a memória cultural, historicamente se estabeleceu enquanto um campo de disputa, em que setores hegemônicos moldaram e registraram, aquilo que devia ser lembrado e o que deveria ser legado ao esquecimento.

Como resultado, diversos grupos foram colocados à margem da história, e com eles colocados de lado às expressões e manifestações de sua cultura. Nesse processo de marginalização, as mulheres sofriam ainda mais essa exclusão, já que seu espaço por muitos séculos restringia-se ao doméstico, com os cuidados da família e do lar.

As consequências dessa exclusão levam a um esquecimento cultural, que Assmann (2011) denominou como sendo um “caso de amnésia estrutural”, e que reverberou no campo da poética das vozes, numa lacuna só quebrada muito recentemente.

No âmbito do folheto de cordel, aqui compreendido como uma poética da oralidade uma vez que reside em sua essência aspectos como ritmo, musicalidade e improvisação, se constituiu então como um espaço estritamente masculino.

Os registros aqui apresentados, bem como as fontes e pesquisas referenciadas, falam por si mesmos, e contribuem para o rompimento do silenciamento e exclusão que as mulheres foram submetidas ao longo dos discursos, da memória e da história oficial.

Nesse sentido, não tivemos como objetivo realizar análise de conteúdo, de discurso, de domínio, mas evidenciar as vozes dessas mulheres poetas há tanto tempo silenciadas.

Por meio da voz, da escrita, da Web, fazendo uso de diferentes temáticas, abordagens e projetos editoriais, as mulheres já detém um reconhecimento por sua contribuição no campo do folheto. Entretanto, sabemos que ainda que é longo o caminho a percorrer em busca de mais vozes, em busca de constituir novos arquivos, e de fazer emergir novas memórias, de modo a reescrever a história.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. 2.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras: 2006.
- ALVINO, Sandra. **Bioma caatinga**. [S.l.]: [s.n.], [2010].
- ARRAES, Jarid. **A menina que não queria ser princesa**. [S.l.]: [s.n.], [201-].
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2011.
- CARVALHO, Gilmar de. **Cultura e Memória**. São Paulo: Annablume, 1998.
- CANCLÍNI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- DUARTE, Constância Lima. Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história malcontada. **Gênero**, vol. 9, n.2, 2009.
- LACERDA, Josenir. **Linguaçar cearense**, [S.l.]: [s.n.], [200-].
- LEMAIRE, Ria. Tradições que se refazem. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea** nº 35, janeiro/julho de 2010, p. 17-30. (Dossiê Poéticas da Oralidade).
- LUCENA, Bruna Paiva de. Nas brenhas da tradição: a cordelista maldita Salete Maria da Silva. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virginia Maria Vasconcelos. (Org.). **Deslocamentos de Gênero na Narrativa Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.
- LUCIENE, Maria. **Ano Nacional da Mulher: Memória e Luta**. [S.l.]: [s.n.], [200-].
- MATOS, Edilene. Literatura de Cordel: poética, corpo e voz. In: MENDES, Simone (Org.). **Cordel nas Gerais**: oralidade, mídia e produção de sentido. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAMALHO, Lourdes. **Porque a noiva botou o noivo na justiça**, [S.l.]: [s.n.], [200-].

SAMPAIO, Débora Adriano. Reflexões sobre representação da informação memorialística: uma análise a partir dos aspectos da cultura. In: MOTA, Ana Roberta Sousa... [et al.]. (Org). **Versados em Ciência da Informação**. João Pessoa: Imprell, 2014.

SANTOS, Francisca Pereira dos. Poética das vozes e da memória. In.: MENDES, Simone. (Org.). **Cordel nas gerais**: oralidade, mídia e produção de sentido. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. p. 43-63.

SANTOS, Francisca Pereira dos. **Águas da mesma onda**: a peleja poética epistolar entre a poetisa Bastinha e o poeta Patativa do Assaré. Fortaleza: Tipografia Iris, 2011.

SANTOS, Francisca Pereira dos. **Saberes e sabores no folheto de cordel de autoria feminina**. In.: Colóquio Internacional: Saberes e sabores da literatura latino-americana - CRLA Archivos/Universidade de Poitiers: França, 2012.

SILVA, Salete Maria da. **Mulher também faz cordel**, [S.l.]: [s.n.],2005.

Recebido em: 21 de abril de 2018
Aceito em: 09 de maio de 2018

TRÂNSITOS DE VOZES E MEMÓRIAS: dimensões sociais, patrimoniais e institucionais das tradições culturais do Cariri Cearense¹

Email:
vitoriaogomesalmeida@yahoo.co
m.br
belbib@gmail.com

Vitória Gomes Almeida, Izabel França de Lima

Resumo

Discute o livre desenvolvimento da cultura e da preservação da memória diante dos processos de desigualdade e exclusão social, a partir dos mestres da cultura e brincantes do Cariri cearense. Acerca dessa questão, objetiva diagnosticar a situação das tradições culturais do Cariri cearense, tendo em vista as dimensões socioeconômicas e institucionais que permeiam sua salvaguarda, desdobrando-se nos seguintes objetivos específicos: explicitar a situação de vida dos mestres da cultura e brincantes identificando a influência desta na preservação da memória cultural no Cariri cearense; Cartografar as ações desenvolvidas em âmbito institucional local para fomento e salvaguarda das tradições culturais; e por fim, utilizar o instrumental teórico crítico da Ciência da Informação para a reflexão acerca da memória, em suas dinâmicas, representações e ações de preservação no âmbito do Cariri cearense. Realiza o estudo através de entrevistas semiestruturadas, configurada na ferramenta metodológica da História Oral, assim como utiliza o suporte da técnica da análise documental, para auxiliar na identificação dos sentidos sociais e institucionais que circundam as tradições orais.

Palavras-chave: Memória. Cultura. Tradição cultural. Oralidade. Patrimônio intangível.

Abstract

It discusses the free development of culture and the preservation of memory in the face of the processes of inequality and social exclusion, from the masters of culture and of the Cariri Cearense. Regarding this issue, it aims to diagnose the situation of Cariri's cultural traditions in view of the socioeconomic and institutional dimensions that permeate its safeguard, unfolding in the following specific objectives: to explain the life situation of the masters of culture and to identify the influence Preservation of cultural memory in Cariri Ceará; Cartograph the actions developed in the local institutional scope to foment and safeguard the cultural traditions; And finally, to use the critical theoretical instruments of the Information Science for the reflection about the memory, in its dynamics, representations and actions of preservation within the scope

¹ Projeto aprovado em exame de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – PPGCI/UFPB.

of the Cariri of Ceará. It conducts the study through semi-structured interviews, configured in the methodological tool of Oral History, as well as using the support of the documental analysis technique, to assist in the identification of the social and institutional meanings that surround oral traditions.

Keywords: Memory. Culture. Cultural tradition. Orality. Intangible Heritage.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um período histórico bastante singular. A descartabilidade dos objetos, o consumismo desenfreado, a globalização, a forte presença das tecnologias, coexistem, com a desigualdade social, a exclusão social e digital de milhares de pessoas, restringindo o acesso a grandes parcelas da população a bens básicos como saúde, segurança, educação e bens culturais.

Uma análise dos elementos citados evidencia que a singularidade do período atual reside em contradições. Ao refletir sobre os processos globalizadores, Canclíni (2006) afirma que à medida que os fluxos e interações diminuíram fronteiras, alfândegas e a autonomia das tradições locais, geraram ao mesmo tempo a segregação, produziram novas desigualdades e estimularam reações diferenciadoras.

As características citadas decorrentes, sobretudo, de razões econômicas e políticas, geraram grandes e profundas mudanças em diversos âmbitos. Nesse contexto, a cultura, enquanto campo dinâmico e sensível a transformações, ganha complexidade, diferentes significados, vivenciando processos únicos se comparados com os existentes ao longo do desenvolvimento histórico.

A fragmentação das identidades culturais (HALL, 2006), a hibridação das culturas (CANCLÍNI, 2006), as novas formas e transformações da memória cultural (ASSMANN, 2011), os usos da cultura na era global (YÚDICE, 2006), são exemplos de como a cultura e a memória em suas diversas configurações, tem sido o centro de vários estudos e debates, face às transformações que tem passado na contemporaneidade.

Com a entrada do século XX verifica-se um momento crucial para cultura, que além dessas concepções, é vista também enquanto um meio essencial para a garantia dos direitos humanos, enfrentamento das intolerâncias e como um recurso a ser incorporado nas políticas sociais desenvolvidas por organismos internacionais e diversos países.

Sendo pouco a pouco inserida nas políticas públicas, a cultura é “invocada para resolver problemas que anteriormente eram da competência da área econômica e política, [...] a cultura, enquanto recurso ganhou legitimidade e absorveu outros conceitos a ela conferidos” (YÚDICE, 2006, p. 13), com isso, observa-se que no decorrer das décadas de 60 e 70, surge a concepção da cultura como recurso e a noção de política cultural, multiplicada através de recomendações, relatórios e documentos internacionais, disseminando globalmente uma determinada forma de ver e compreender a cultura.

Hoje, afirma Yúdice (2006, p. 17), “a noção de cultura como recurso pressupõe seu gerenciamento, uma perspectiva que não era característica nem da alta cultura nem da cultura

cotidiana no sentido antropológico". É nesse cenário de intensas transformações, em que os processos homogeneizadores da globalização colocam em risco determinadas formas de culturas, que surgem as primeiras iniciativas institucionais reconhecendo o risco, fragilidade e consequências para a humanidade, da erosão da memória e das transformações nas culturas de grupos e comunidades, especialmente as tradicionais.

Em 1989 as políticas voltadas para as culturas populares e tradicionais são consideradas enquanto expressão cultural e patrimônio a ser salvaguardado, e através da conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) se alerta internacionalmente para a fragilidade que certos bens culturais apresentavam (principalmente as de bases orais) na cultura contemporânea e a necessidade de ações visando sua proteção.

O mundo de hoje, globalizado, tecnocrático, pragmático e vertiginoso, sofre de uma sequência acumulada de crises cada vez mais agudas que, no fundo, são a expressão de uma crise geral ou estrutural, uma crise de civilização. O principal problema é a tendência a viver sob a tirania de um presente estendido, quase sempre mantido pelas expectativas de seu próprio futuro. [...] Assim, a sociedade moderna padece de amnésia, um traço que se faz cada vez mais evidente entre os setores urbanos e industriais mais sofisticados, os quais tendem a perder a capacidade de recordar (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 17).

Nesse contexto, as expressões culturais de bases orais se inscrevem como uma daquelas com maiores riscos de modificações, por terem sua base de preservação na transmissão pela voz, em que saberes e memórias através das gerações são repassados, num processo constante de recriação pelas comunidades e grupos que as detém.

Na oralidade a memória (lembrança) exerce um papel fundamental, garantindo que o que é dito pela voz, seja retido, recriado e repassado através da performance, incorporando novos elementos e fazendo parte de um sistema cíclico que revela a intrínseca relação existente entre ambos.

Falar então sobre tradições culturais, oralidade e a memória contida nesses bens culturais mostra-se como uma necessidade, uma vez que detentores de saberes tradicionais convivem com múltiplos fatores, que nem sempre favorece a existência de sua identidade cultural.

Pensando no contexto do Cariri cearense, território que abrange 27 municípios no extremo sul do estado do Ceará, que se destaca por suas condições climáticas favoráveis, recursos naturais, hidrográficos e condições sócio históricas que proporcionaram o desenvolvimento da região, encontramos um espaço que a cultura (sobretudo a das classes populares) se manifesta de maneira diversa.

O título de ser um caldeirão cultural, explica-se ao abrigar manifestações religiosas, culturais e artísticas expressas em diversas linguagens e formas de expressão da cultura popular como cantorias, reisados, lapinhas, xilogravuras, cordel, artesanatos, romarias, renovações, grupos de penitentes, entre outros.

Apesar de toda essa riqueza cultural, de um relativo reconhecimento para com os mestres, artesãos, brincantes e mantenedores desses bens culturais, uma queixa frequente dos mesmos é que as políticas culturais (seja de âmbito nacional ou as municipais) não os alcançam ou concretizam aquilo que se propõem.

Outra crítica feita por eles vem da desarticulação entre as suas necessidades e as ações desenvolvidas pela via institucional; e por fim, no fato que os filhos e netos de mestres e brincantes, muitas vezes não desejam seguir com a tradição de seus pais e avós por causa das dificuldades financeiras, estigmas e preconceitos que estes sofrem.

Nesse sentido, acreditamos que o fato dos mestres e brincantes vivenciarem uma posição social excludente se coloca em risco não somente a dignidade de suas condições de vida, mas também, a existência e o livre desenvolvimento de suas culturas, memória e identidade.

Baseada nessas considerações se norteia a pesquisa através da seguinte questão: De que maneira as ações em âmbito institucional podem ser configuradas e disponibilizadas, propiciando a inclusão social dos mestres da cultura e brincantes dos grupos de tradições culturais e a preservação da memória, do Cariri cearense?

A inquietação com a temática surge em um contexto, que a preocupação com os bens culturais intangíveis são pautados tanto em âmbito institucional (sob a forma de políticas públicas), como no interior dos grupos e comunidade (instrumento de legitimação de sua identidade e cultura), pela compreensão de se constituírem enquanto referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira evidenciando a diversidade cultural do país, bem como por seu risco de desaparecimento, perda e modificação diante dos processos homogeneizadores da globalização.

Diante do conhecimento da situação de vulnerabilidade em que vivem os detentores e produtores do patrimônio cultural no Cariri cearense, se coloca em evidência a relevância de estudar a cultura e memória ante os processos de desigualdade e exclusão social no âmbito da Ciência da Informação (CI).

Dentre as razões que motivam a escolha do objeto e a pesquisa nesse campo, destaca-se a preocupação de garantir a pluralidade e visibilidade de determinados acervos/produções culturais como objeto de estudo da área.

No caso das tradições, poéticas e produções culturais de bases orais, historicamente marginalizadas, sobretudo em âmbito acadêmico, evidencia-se o interesse de trazer novos olhares e reflexões, a partir da inter e transdisciplinaridade da área, assim como pelas metodologias da CI, capazes de fornecer instrumental teórico crítico acerca da cultura, memória, acesso/uso da informação, bem como sobre os procedimentos de representação da informação e do conhecimento no âmbito social, que são eminentemente extensivos à cultura imaterial, ampliando estratégias para preservação da memória.

Tendo em vista essas considerações, e buscando responder a questão de pesquisa, definiu-se como objetivo geral diagnosticar a situação dos grupos de tradições culturais do Cariri cearense, tendo em vista as dimensões socioeconômicas e institucionais para a salvaguarda dessa memória.

Como objetivos específicos, delimitou-se explicitar a situação de vida dos mestres da cultura e brincantes identificando a influência desta na preservação da memória cultural no Cariri cearense, bem como, cartografar as ações desenvolvidas em âmbito institucional local para fomento e salvaguarda das tradições culturais, e por fim, utilizar o instrumental teórico crítico da Ciência da Informação para a reflexão acerca da memória, em suas dinâmicas, representações e ações de preservação no âmbito do Cariri cearense.

Com isso, espera-se diagnosticar os processos que interferem no livre desenvolvimento da cultura (execução, transmissão e preservação das práticas culturais) no Cariri cearense, e

trazer novas reflexões no âmbito da cultura e da memória, e possibilitar repercussões sociais a partir do diálogo e compartilhamento dos resultados de pesquisa.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Morin (1999) coloca que um método de conhecimento apropriado ao objeto, permite ao pesquisador a formulação de um pensamento dialógico, reflexivo e hologramático, que reconheça a complexidade na abordagem que o fenômeno estudado exige. Pensando então que as Ciências Sociais apresentariam complexas e múltiplas estratégias metodológicas, González De Gomez (2000) aponta que a CI encontra essa característica inserida duplamente no fazer de sua pesquisa, primeiramente por incorporar das Ciências Sociais seu traço identificador, e posteriormente, pela configuração social dos regimes de informação, fazendo com que a metodologia desse campo científico tenha que dar conta do seu caráter poli epistemológico.

Ela explica que ao possuir essa característica poliepistemológica, a informação enquanto objeto de estudo estaria dividida em três dimensões: semântico-discursiva (modos intersubjetivos de significação; definição cultural e social de uma evidencia ou “testemunho” de informação), meta-informacional (modos organizacionais de regulamentação/estabilização de práticas discursivas e informacionais) e infra-estrutural, (modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados- mensagem-informação).

Nesse sentido, ao trabalhar com elementos da cultura e buscando alcançar essa perspectiva poli epistemológica, nosso objeto de estudo se enquadraria no que González de Gomez (2000) define como dimensão semântico-discursiva, que requerem estratégias metodológicas descritivas e interpretativas, próprias da antropologia, sociolinguística, estudos sociais da ciência, entre outras.

Por essa razão recorremos a Geertz (1989) que concebe a cultura sob uma perspectiva semiótica, ou seja, uma teia de significados tecida pela própria sociedade, que não estaria em busca de leis ou postulados, mas se constituiria como uma ciência interpretativa em busca de significado.

Ao buscar suas significações, os estudos em cultura estariam metodologicamente divididos numa descrição densa e análise, que remeteriam respectivamente a inscrição do discurso social analisado, para que seja posteriormente consultado e a escolha de estruturas de significação (teorias) para determinar sua base social e importância (GEERTZ, 1989).

Para possibilitar a inscrição do discurso social analisado, será utilizado o caminho metodológico da História Oral para coleta e descrição dos saberes, fazeres e memórias dos atores/testemunhas da cultura do Cariri cearense.

Esse método de pesquisa se caracteriza em utilizar narrativas como um meio para a compreensão da realidade, uma vez que lembranças, episódios, experiências são ordenados através da linguagem com um determinado sentido, capaz de explicar e dar pistas acerca do passado, fornecendo explicações para fatos e situações da atualidade (ALBERTI, 2004).

O trabalho com história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. [...] Em primeiro lugar trata-se do registro de uma interação social (entre entrevistado e entrevistador); em segundo, de uma ou mais

versões da história de vida do entrevistado; em terceiro lugar, o texto reúne uma variedade de informações, que podem ser verdadeiras ou não (e cabe ao pesquisador indagar-se sobre sua plausibilidade, comparando-as com outras fontes) (ALBERTI, 2004, p. 77-82).

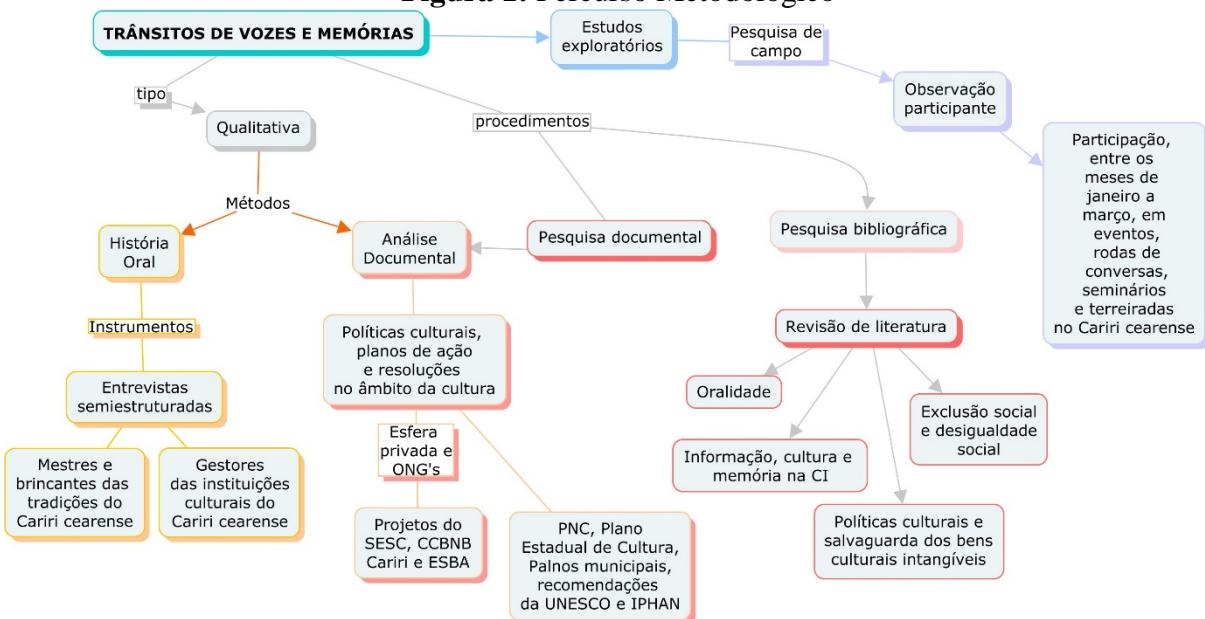
Enquanto um meio para coleta e levantamento de dados primários, a entrevista desdobra-se em várias tipologias além de ser utilizada com métodos distintos a depender do seu objeto e objetivos de pesquisa. Considerando esses dois fatores, optamos por trabalhar com a entrevista semiestruturada em que pretende-se seguir dois roteiros, o primeiro a ser utilizado com os mestres e brincantes das tradições culturais e o segundo roteiro a ser utilizado com os gestores das instituições de cultura da região.

Concomitantemente, buscaremos analisar e compreender políticas culturais existentes, realizando análise documental do Plano Nacional de Cultura (PNC), Plano Estadual de Cultura do Ceará e dos Planos Municipais de Cultura de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, focalizando nas propostas e estratégias estabelecidas para a cultura popular e patrimônio imaterial; também serão considerados para análise os projetos desenvolvidos pelo CCBNB Cariri, SESC e ESBA para os grupos de tradição.

De acordo com Cellard (2008) a primeira parte da análise documental, tem como requisito a avaliação crítica dividida em cinco dimensões: contexto (entender o tempo e lugar em que se produz o texto), autoria (compreender de onde parte as ideias apresentadas, e quais os interesses), autenticidade/confiabilidade (procedência do documento), natureza textual (a natureza ou suporte do texto revelam muito sobre sua produção e finalidade) e seus conceitos-chave (compreensão das ideias apresentadas).

Posterior a isso segundo ele, reúne-se todas as partes analisadas, tendo em vista uma análise coerente de modo a atingir os objetivos da pesquisa, que no nosso caso buscará compreender o lugar das tradições nas políticas culturais e como essas políticas encontram-se implementadas. Em síntese o percurso metodológico a ser seguido, pode ser compreendido a partir da seguinte figura:

Figura 1: Percurso Metodológico



Fonte: Elaborada pela autora.

A adoção do caminho metodológico a ser utilizado, foi definida tendo em vista alcançar uma relação dialética entre as fontes consultadas (mestres;brincantes de tradições e gestores culturais da região do Cariri), confrontando as memórias dos mestres e brincantes sobre suas práticas e experiências, constituídas enquanto processos de construção social seletiva, e as ações desenvolvidas em âmbito institucional, permeadas por relações de poder e distintos interesses.

3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Informação, cultura, memória, oralidade são diferentes conceitos, que a primeira vista tem em comum, o fato de serem termos polissêmicos, possuírem grande complexidade e serem objetos de estudos de diferentes disciplinas e campos do conhecimento, através de distintas abordagens e perspectivas.

Enquanto uma ciência social, a Ciência da Informação (CI) também faz uso desses conceitos, na qual a informação ocupa a centralidade do debate. Porém o que percebemos, é que de todos esses, a voz/oralidade é a única que ainda possui tímidos estudos no campo, ainda que falar em oralidade, signifique falar em um elemento da cultura, conceito esse amplamente incorporado nos estudos da informação.

Essa mudança teórico-conceitual foi possível, através de dois fatores: o primeiro se dá por meio da entrada do usuário como enfoque principal na CI, na qual por meio deste se possibilita a entrada das ciências humanas e sociais, contribuindo para a composição dessa ciência emergente com seus métodos e práticas (CARDOSO, 1996) e que tem cujo resultado, a recepção de seu traço identificador vinda das Ciências Sociais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000).

Assim sendo, falar da voz como elemento constituinte da cultura é remeter indissociavelmente à memória, tradição e suas formas de transmissão, bem como a história dos registros do conhecimento, pois leva a pensar os diferentes suportes em que a memória se ancora (corpo, através da voz e os suportes externos que abarcam desde possibilidades analógicas até as digitais e virtuais).

Contemporaneamente os estudos da oralidade, desenvolvem seus questionamentos, reflexões e olhares para a dinamicidade e movência da voz, ao compreendê-la como elemento volante e móvel das culturas.

Ao enveredarmos pelas discussões do campo das vozes, evocam-se diversos períodos históricos para a compreensão de suas diversas conotações, bem como a busca para o estabelecimento das suas imbricações com a memória e o campo de estudos da informação.

Segundo Aquino (2013), na área da ciência em que estamos inseridos o pesquisador deve ser capaz de dialogar com os diferentes campos do saber, entrelaçando conceitos e refletindo profundadamente sobre as mudanças socioculturais existentes na sociedade. É com essa concepção que buscaremos desenvolver essa pesquisa e trazer novas reflexões para o campo das vozes e da memória por meio da CI.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.
- AQUINO, Miriam de Albuquerque. **Ciência e método: elementos para reflexão nas pesquisas em Ciência da Informação.** In.: AQUINO, Miriam de Albuquerque; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; LIMA, Izabel França de. (Org). Experiências metodológicas em Ciência da Informação. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- CANCLÍNI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-Modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jul. 1996.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez. 2000.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro:

DP&A, 2006.

MORIN, Edgar. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UNESCO. **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular**. Paris: IPHAN, 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Bibliotecas, Cultura e Memória: possibilidades e desafios

Vitória Gomes Almeida
Izabel França de Lima

ARTIGO

Resumo

Apresenta algumas reflexões acerca das bibliotecas na contemporaneidade e seu reconhecimento em âmbito institucional, expresso através das políticas públicas. Objetiva compreender como se configura a relação entre bibliotecas, cultura e memória na história das políticas culturais brasileiras. Realiza o estudo por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando os dados de censos e relatórios sobre bibliotecas. Constata a existência de muitas dificuldades e barreiras para o alcance das metas propostas nas políticas, se fazendo necessária a garantia da autonomia dessa instituição enquanto equipamento cultural, para o cumprimento de sua missão de colaborar com a preservação e disseminação da informação e do legado cultural dos indivíduos na sociedade.

Palavras-chave: Bibliotecas. Ações Culturais. Memória. Políticas Públicas Culturais.

Library, Culture and Memory: possibilities and challenges

Abstract

It presents some reflections about libraries in the contemporary world and their recognition in the institutional sphere, expressed through public policies. It aims to understand how the relation between libraries, culture and memory is configured in the history of Brazilian cultural policies. It carries out the study by means of bibliographical and documentary revision, using census data and reports on libraries. Notes the existence of many difficulties and barriers to the achievement of the goals proposed in the policies, making it necessary to guarantee the autonomy of this institution as a cultural equipment, in order to fulfill its mission of collaborating with the preservation and dissemination of information and the cultural legacy of Individuals in society.

Keywords: Libraries. Cultural Actions. Memory. Cultural Public Policies.

1 Introdução

Falar de bibliotecas, sua importância, atribuições, possibilidades e desafios existentes na contemporaneidade é uma tarefa complexa e onerosa, haja vista dentre outros fatores, sua existência milenar e missão de proporcionar acesso e uso da informação para os indivíduos com interesses e necessidades diversas.

Apesar da complexidade da tarefa proposta e da impossibilidade de esgotá-la em algumas poucas laudas, o conhecimento do enretamento que essa instituição social tem passado diante de novos paradigmas, necessidades de informação, precarização por falta de recursos e políticas efetivas, por exemplo, traz a constatação se fazer necessária a discussão e proposição de ações e alternativas para a resolução de suas problemáticas e desafios.

Apesar de ser um debate a muito já explorado e problematizado na literatura, esperamos corroborar com novas reflexões, questionando a relação de cultura e memória no âmbito das bibliotecas, sobretudo as públicas, no sentido de compreender

como se configura essa relação e como se desenrola seu reconhecimento em âmbito institucional, expresso através das políticas públicas.

Para isso, a análise documental das recomendações e das políticas adotadas no Brasil, bem como das avaliações expressas em censos e relatórios além do suporte de uma revisão bibliográfica, são essenciais enquanto ferramenta metodológica. As inquietações, observações e considerações possibilitadas com esse estudo, seguem desenvolvidas nas seções abaixo. Abordada enquanto um lugar de memória e como patrimônio cultural (SILVEIRA, 2007; SILVA 2013), trabalharemos com a dimensão cultural que a biblioteca abarca e seu reconhecimento institucional pela via das políticas públicas culturais.

2 Bibliothek: Uma Instituição Milenar no Século XXI

Percorrer o significado etimológico das palavras pode ser o primeiro passo numa busca epistemológica ou ontológica, porém quando esse objeto de estudo se refere às bibliotecas, começar por esta questão demonstra quão gigantesca é a distância entre o surgimento das bibliotecas e suas primeiras concepções, para sua condição na atual conjuntura.

Enquanto sua origem remonta a ideia de depósito de livros, oriundas da junção das palavras gregas *biblion* e *tēke*, a evolução histórica e conceitual do termo, demonstra a incorporação de uma abrangente carga semântica, que na atualidade se expressa numa extensa diversidade de serviços, práticas e atribuições desenvolvidas por essa instituição.

Curiosamente, apesar de suas intensas transformações e do seu reconhecimento no âmbito da literatura especializada e das políticas públicas (ainda que poucas) estabelecidas, a biblioteca enquanto uma instituição social e “diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pelos homens [...] que nutrem e valorizam nossa cultura e nossa memória coletiva” (SILVEIRA, 2007, p. 44), ainda permanece dentro de moldes positivistas quando observada num contexto mais amplo, como no cenário brasileiro. Sobre essa questão Silva (2013, p. 27) disserta,

Ponderamos que a biblioteca a partir de uma concepção narrativa e seletiva representa um conceito eminentemente positivista. Primeiramente, pelo fato de constituir uma percepção ad infinitum de que a biblioteca deve se atter apenas aos fatos específicos, sem uma concepção mais ampla e integrada da história e uma preocupação mais definida com as causas e origens dos fenômenos e processos da realidade. Em segundo lugar, o ideário narrativo da biblioteca pode primar pelo acesso à informação a grupos específicos, de acordo com conveniências, em detrimento de outros grupos com necessidades de informação mais carentes e latentes. Em terceiro lugar, a biblioteca é vista como um espaço estanque e imóvel em que cabe à comunidade de usuários a opção de acesso e uso do acervo e dos serviços da biblioteca, sem uma preocupação mais efetiva da biblioteca em buscar adequações às necessidades de informação dos usuários.

A crítica trazida em nada tem a ver com os papéis assumidos pela a biblioteca contemporânea, concebida como um espaço de democratização da informação, presentes nos mais variados suportes - impressos, eletrônicos, digitais, virtuais, imagéticos, iconográficos, musicais, entre outros - mas que levam a pensar essa instituição como um local que introduza “projetos culturais, atendendo ao seu objetivo de disseminar a cultura e a leitura aos seus usuários” (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 31).

Na verdade, é a observação da precarização em que a biblioteca se encontra submetida, cujas causas não se encontram na instituição em si, mas em um conjunto de fatores externos, que levam a permanência desse quadro. Nos três pontos mencionados por Silva (2013), e fazendo um paralelo para com a história das políticas culturais brasileiras, verificam-se como estas colaboraram para a permanência das bibliotecas dentro dos moldes positivistas mencionados pelo autor.

Nessas bibliotecas, a precariedade do acervo é crônica. O público tem interesse diversificado e não há correspondência entre esse desejo e as obras disponíveis. Quanto maior for a heterogeneidade do público, maior será a dificuldade de formação de acervo. As cidades, mesmo as menores, mostram uma diversidade sociocultural complexa. Nelas habitam classes sociais diferentes, grupos com escolaridade diversa, interesses múltiplos que se multiplicam pelas faixas etárias. A possibilidade que tem uma biblioteca municipal de oferecer acervo que atenda a interesses de adultos e crianças, doutores, alfabetizados e analfabetos, operários, donas de casa, adolescentes e de outras categorias é, estatisticamente, diminuta. [...] Os acervos impróprios – aqueles que não se relacionam com o público ao qual se destinam – foram criados em décadas, de forma fortuita, sem previsão, sem planejamento (MILANESI, 2013, p. 62).

Falar da criação imprópria de acervos remete a discussão da história das políticas culturais brasileiras, cujo marco de surgimento tem início na Era Vargas, 1930 a 1945, direcionadas para fortalecer o Brasil enquanto Estado nacional e implementadas, sobretudo, visando legitimar o regime recém-instituído.

Entretanto, não se pode falar ainda de políticas voltadas para as bibliotecas. A criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937 significou a implantação de ações que tinham como foco a estruturação do sistema empresarial do livro no cenário brasileiro.

Dentre das diversas ações desenvolvidas estava à edição de obras literárias, elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional, além da expansão por todo o território brasileiro, do número de bibliotecas públicas.

Como aspectos positivos para estas, evidencia-se o fato de terem sido implantadas em grande número nos diversos estados brasileiros, porém critica-se a incorporação das bibliotecas ao INL, significando que além das questões relativas às bibliotecas brasileiras se colocava em segundo plano, se comparadas com as questões relativas aos livros e leitura, demonstrava também que a inexistência de políticas para bibliotecas, refletia apenas a falta de autonomia administrativa que essa tinha perante outros órgãos e equipamentos culturais.

Segundo Medeiros, Almeida e Vas (2014), autonomia, ainda que até certo ponto, seria algo garantido ao criar uma política para as bibliotecas, o que certamente não convinha já que se tratava de um governo totalitário. Em contrapartida a publicação de livros apoiada pelo INL servia ao propósito de difusão e o fortalecimento dos ideais do governo Vargas, colaborando com o projeto ideológico estado novista, que objetivava a formação cultural da população através da valorização de,

[...] um *corpus* de ideias, crenças e valores centrados na unidade de um único Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse a omissão da divisão social, a direção das massas pelas elites e a valorização da "democracia racial", que teria homogeneizado num povo branco a população brasileira [...] O índio, objeto dos livros didáticos, era ainda o nativo encontrado pelos portugueses no século XVI, não o índio degradado pela conquista europeia, que persistia em sobreviver, nos séculos posteriores (ABUD, 1998, p. 3).

Observando esse período histórico, encontramos então a origem de um problema que até hoje se fazem presentes nas bibliotecas brasileiras, e que surgem por meio da atuação do INL: os acervos impróprios criados sem planejamento e sem preocupação com as necessidades de informação dos usuários; esse órgão ganha destaque pelos números que o acompanham: em 1938 registravam-se 178 bibliotecas públicas em todo o país, e sete anos depois esse número saltou para 332; Durante esse período foram distribuídos mais de 259 mil volumes, uma média de 781 por biblioteca; Ou seja, a preocupação do INL concentrou-se, na ampliação do quantitativo de bibliotecas e acervos em detrimento da oferta ao leitor de mediação adequada para o acesso ao livro e o desenvolvimento dos hábitos de leitura (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014).

Nos anos seguintes, permanecem sem grandes alterações as ações governamentais para as bibliotecas, tendo apenas em 1961, a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB) cujo foco estava voltado para organização e controle bibliográfico, através da criação, organização e estruturação das bibliotecas públicas no Brasil.

Entretanto, "vale ressaltar que o interesse com os aspectos de incentivo à leitura ainda se encontrava distante das decisões governamentais. No Brasil, a inconstância das leis e decretos é notável" (CALDAS; TÁLAMO, 2007, p. 3), o que levou a uma curta duração dessa ação, sete anos, antes de o SNB ser submetido a grandes mudanças em sua política interna e estrutura, pós-golpe de 1964.

Com o período da ditadura militar, seguem-se anos de grande repressão política e ideológica, assim como se percebe a existência de um mercado que, como coloca Ortiz (2006) incorpora tanto empresas privadas como instituições governamentais, na qual se verifica uma expressiva expansão no que tange à produção, distribuição e consumo dos bens culturais.

O INL surge com novas atribuições se comparado com sua primeira fase de atuação voltado para estruturação no sistema empresarial dos livros, através da publicação (com ênfase nos didáticos) dos que eram aprovados pela censura, proporcionando assim, estímulos ao trabalho de editores e bibliotecas, contudo, sem desenvolver de fato uma política pública para elas (LEITÃO, 2010).

As bibliotecas, que continuaram ligadas ao Instituto por meio da incorporação do SNB, foram marcadas por uma política descontinuada, passando por três diferentes gestões, em que se destacam: preocupação com uma política editorial de publicação, regida pela iniciativa privada e guiada pelos critérios da censura; descentralização no modelo de bibliotecas públicas, que leva a propostas de implantação de bibliotecas volantes e de unidades culturais; modificação do papel da biblioteca pública que passam a ter função educativa em lugar da função cultural, com acervos voltados para a pesquisa escolar e criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (MEDEIROS; ALMEIDA; VAS, 2014).

Nesse período temos então outro momento crucial, para pensar as os acervos e práticas, das bibliotecas: a mudança da função cultural para a função educativa das bibliotecas públicas, em decorrência da reforma do ensino de 1971, evidencia as mudanças que as bibliotecas públicas sofreram, visando atender uma demanda de pesquisa (que na prática não passavam de transcrições dos livros e enciclopédias), procuradas pelos escolares em face da inexistência de bibliotecas nas escolas; antes a biblioteca pública tinha por objetivo aprimorar a vida cultural do município, posteriormente à reforma, para serem tidas como úteis, só deveriam manter o acervo necessário para atender aos escolares (MILANESI, 1983; 2013).

Esse fato remete ao segundo ponto mencionado por Silva (2013), sobre a permanência de um ideal positivista nas bibliotecas, quando coloca que esta pode primar pelo acesso à informação a grupos específicos, em detrimento de grupos com necessidades de informação mais carentes e latentes.

Avançando na história das políticas culturais, temos com o fim da ditadura a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985, a promulgação da Constituição em 1988, não significou a possibilidade de estabelecimento de uma nova política cultural no país, apesar do direito à cultura e suas fontes, estivesse garantido em lei. Na prática a adoção pelo governo de uma política neoliberal, cuja lógica girava em torno do fundamento ideológico da cultura como um bom negócio, precarizava todo o campo cultural brasileiro.

No período pós-promulgação da Constituição, apontamos em 1990, a extinção do MinC, da FUNARTE, do SPHAN, Instituto Pró-Memória, Fundação Pró-leitura bem como diversos outros órgãos culturais, sob o governo de Fernando Collor.

Como avanço, temos a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), mediante o Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, como órgão subordinado diretamente a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), vinculado ao MinC. No mesmo ano, a criação do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) compõe duas grandes iniciativas com o objetivo de promover o hábito de leitura, ainda que:

Não havia uma ligação entre os “bens culturais” contidos na biblioteca pública com ações que levariam a um programa consistente de formação de leitores. Inexistia uma política de leitura vinculada ao acervo existente, apesar do livro trazer consigo a ideia de leitura. [...] (Com relação ao PROLER) detecta-se problemas em que os convênios com instituições públicas e privadas são necessários para que este programa dê certo. Não se percebe uma responsabilidade do Governo em implantar e consolidar um Programa de Leitura, sustentado por ele mesmo. O Governo repassa para a sociedade a responsabilidade em manter e implantar programas de leitura no país (CALDAS; TÁLAMO, 2007, p. 4).

Somente com a gestão de Gilberto Gil de 2003 a 2006, pode-se falar de uma real construção do MinC, que teve sua estrutura reformulada e o inicio de um diálogo com a sociedade, por meio de consultas populares (CALABRE, 2015). Dessa gestão, o Programa Livro Aberto iniciado em 2004, foi o responsável pela ampliação do número de bibliotecas públicas, bem como por modernizar as que já existiam.

Em 2005, ocorre a I Conferência Nacional de Cultura, com ampla participação de diversos setores da sociedade e que cujos diálogos geraram diretrizes presentes no Plano Nacional de Cultura (PNC), que foi aprovado por meio da lei nº 12.343/2010,

com o objetivo de “orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil” (BRASIL, 2011, p. 140).

Dentre as instituições culturais, as bibliotecas se fazem presentes direta ou indiretamente no PNC em sete metas, e em onze estratégias e ações, que foram traçadas para garantir a efetivação do PNC, e estão vinculadas aos objetivos de atualização de informações sobre o setor cultural brasileiro, incentivo à leitura, acessibilidade para a fruição cultural e acesso à informação.

Outra política nacional, que também contempla a biblioteca através de ações, vem do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), criada 2006, se divide em quatro eixos principais de atuação: democratização do acesso (privilegio às bibliotecas de acesso público), fomento à leitura e a formação de mediadores (reconhecimento da necessidade de fomentadores que ajudam a criar novos leitores), valorização do livro e comunicação (trabalhar o livro como valor social e cultural e como bem público a se preservar como direito de cidadania), além do desenvolvimento da economia do livro (não separar a leitura de sua base material - o livro em seus vários suportes – cuja base é parte de uma economia da cultura que deve ser apoiada e defendida).

Com o PNC e o PNLL, constituem-se então duas políticas nacionais de relevante amplitude, que pela primeira vez na história das políticas públicas de cultura no Brasil, priorizam ações para com a biblioteca de forma tão desafiadora e complexa, partindo do reconhecimento dessa instituição e das múltiplas possibilidades que possui na contemporaneidade.

Em paralelo destacamos também o projeto Mais Bibliotecas Públicas¹, por meio de um convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), em que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas desenvolve desde 2013, mobilizando e articulando entre os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs) e as lideranças locais que participam da construção dos Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura, assim como instituições não governamentais e coletivas, em prol da ampliação do número de bibliotecas públicas no Brasil.

Entretanto, apesar de todas essas iniciativas, dados de pesquisas como do Censo Nacional de Bibliotecas Públicas (CENSO..., 2010) e a última edição da pesquisa Retratos da Leitura (INSTITUTO..., 2016) fazem um diagnóstico provocador: as bibliotecas públicas têm média de 296 empréstimos mensais, com frequência de usuários que não chega a duas vezes semanais e em sua maioria, 88%, não oferecem atividades de extensão.

Dentre as formas de acesso a livros, apenas 7% dos entrevistados conseguem via empréstimos de bibliotecas públicas ou comunitárias. Outro dado importante a ser considerado, é a relação entre os livros lidos e a renda familiar dos leitores e não-leitores: quanto maior a renda familiar, maior a porcentagem do índice de leitores. Em paralelo, a acesso aos livros no caso de compra, tem como primeiro critério estabelecido, a dependência do custo das obras (INSTITUTO..., 2016).

Outro ponto a ser observado, é relativo a pergunta dos motivos dos entrevistados não terem lido mais, em que 8% disseram que se deve ao fato de não haverem bibliotecas por perto, 7% acha o preço de livro caro, 5% não tem dinheiro para comprar livros e 3% afirma não ter um lugar apropriado para ler (INSTITUTO..., 2016).

Correlacionar todas essas informações, permite dizer que a existência de mais bibliotecas, sanaria as necessidades de informação dessa parcela da população que muitas vezes deixa de ter acesso aos livros, por questões financeiras.

Na pesquisa, evidenciou-se também a visão que a maioria dos brasileiros tem desse equipamento cultural, ao associá-la a um espaço de estudo e pesquisa (71%) que é voltado para estudantes (26%); entre os entrevistados, 41% afirmou não encontrar aquilo que busca e dentre as razões que os fariam frequentar mais esse espaço está no fato de a biblioteca ter mais livros ou títulos novos (32%), ter títulos interessantes (22%) e desenvolver atividades culturais (15%) (INSTITUTO..., 2016).

Ou seja, os três primeiros motivos apontados na pesquisa, como potenciais para a elevação do público da biblioteca, se relacionam diretamente ao seu acervo e a existência de atividades culturais.

¹ <http://snbp.culturadigital.br/projetos/maisbibliotecaspublicas/>

A pesquisa que também questionou os entrevistados, sobre as atividades desenvolvidas em seu tempo livre, e revelou altos índices para o uso da Internet no computador ou no celular, gastos em redes sociais como WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram ou assistindo vídeos ou filmes.

Refletindo então acerca da biblioteca do século XXI e seus paradigmas, Targino (2010) nos lembra de que o avanço científico e tecnológico tem sempre a sociedade como referência, incorporando mudanças sociais, econômicas e culturais, e no âmbito das bibliotecas devem ser considerados três fundamentais elementos: a biblioteca enquanto uma instituição essencialmente social está sujeita a todo e qualquer processo de transmutação na sociedade cabendo a ela independente de qualquer fator, maximizar a utilidade social dos registros gráficos ou eletrônicos, visando salvaguardar a identidade e a memória da cultura nacional e local.

Segundo, em qualquer circunstância e em qualquer área de atuação, não se excluindo a CI (ou a Biblioteconomia), princípios “verdadeiros” em determinados períodos são modificados ou substituídos diante de novas descobertas. Terceiro, que segundo ela merece um maior destaque, é que antes de qualquer elemento, é a ação profissional e governamental que determina a atuação das instituições:

No momento das decisões, os cortes orçamentários, a designação de servidores imprestáveis ou a indicação de nomes políticos para as chefias dessas instituições desmentem as palavras vãs de muitos administradores e governantes. Contra essa postura, não há paradigma que resista à inoperância e ao desvirtuamento das bibliotecas como centros de ação cultural (TARGINO, 2010, p. 41).

Esses elementos juntamente com os dados das pesquisas anteriormente apresentados, nos trazem então a constatação de que as transformações sob a qual a sociedade está envolvida, sobretudo quando referente a questões tecnológicas, requerem uma mudança estrutural, que começa nas salas de aulas dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, esgotando e problematizando a fundo as bibliotecas, suas funções, desafios e possibilidades de atuação de maneira inovadora; no âmbito das políticas públicas, apesar de já se vislumbrar um reconhecimento das bibliotecas nas ações e metas implementadas, ações práticas efetivas que comecem por diminuir o gigantesco fosso existente entre acesso a educação de qualidade, bem como a equipamentos culturais, é que são de fatos necessárias, se quisermos alcançar aquilo que se chama de biblioteca do século XXI.

3 Reflexões Finais

*“Sem bibliotecas o que temos?
Não temos passado nem futuro”.
Ray Bradbury*

A relação cultura e biblioteca podem ser expressas, na compreensão dessa instituição enquanto propiciadora do desenvolvimento cultural humano, enquanto um equipamento cultural, pelos bens culturais que salvaguarda e permite o acesso, e como lugar de manifestação da cultura em suas mais diversas formas.

Com relação à memória, poderíamos sintetizar sem nos preocupar em trazer um rígido levantamento histórico, que esta abrange desde as mudanças dos suportes dos registros do conhecimento até a memória individual e coletiva dos usuários que há milênios usufruem desse espaço e acumulam diversas experiências.

Nesse sentido a biblioteca seria então de um lugar e memória, conceito advindo de Nora (1993), que considerando a memória enquanto algo dinâmico, uma vez que é carregado por grupos vivos e está aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, requer a existência de lugares que contribua para salvaguarda da materialidade simbólica da memória coletiva.

A biblioteca enquanto um lugar de memória abrange essa tripla acepção (materialidade, funcionalidade e carga simbólica) advinda do conceito de Nora (1993), e se configura então como lugares materiais onde a memória social tem a possibilidade de se ancorar e ser apreendida pelos sentidos; enquanto lugares funcionais possuem ou adquiriram a capacidade de alicerçar

memórias coletivas e por fim, são lugares simbólicos onde essa memória coletiva (e sua identidade) se expressa e se revela (NEVES, 2007).

Nesse sentido, falar da história das bibliotecas é remeter indissociavelmente, a história da cultura e do pensamento, como um espaço dialético para a rememoração da história, em que dialogam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade ou não das genealogias e das escolas, a estrutura cumulativa dos campos do saber e do conhecimento, assim como suas fraturas internas e reconstruções (JACOB, 2000).

A constatação dessa instituição em todo seu potencial patrimonial nos confirma quão multidimensionais, ou nas palavras de Silva (2013), multitemporais as bibliotecas podem ser: suas atribuições e possibilidades de atuação vão desde as esferas sociais (por ser um espaço de compartilhamento, encontro, trocas), passando pela educativa (produção do conhecimento), cultural (por congregar por meio de seu acervo e ações, várias expressões e linguagens da cultura) e de memória (por ser um espaço de registro e salvaguarda da produção do conhecimento humano).

Nesse sentido, acreditamos que o atual reconhecimento institucional da importância das bibliotecas por via das políticas culturais, se configura como um avanço e como um mecanismo importante a ser utilizado pelos bibliotecários em todo o país, uma vez que é possível perceber que estas possibilitam integrar de maneira abrangente, sistematizada e continuada, ações que conferem pela primeira vez na história das políticas culturais brasileiras, um papel de destaque para as bibliotecas.

Somado a presença e atuação dos bibliotecários (as) é preciso priorizar a biblioteca pública onde na maioria das vezes não existe uma verba específica e contínua, necessária para a garantia da autonomia dessa instituição enquanto equipamento cultural e o cumprimento de sua missão de colaborar para o desenvolvimento intelectual e cultural dos povos em sua diversidade.

A efetividade da ação dos profissionais, das políticas públicas vigentes e da capacidade de reinvenção dessa instituição, frente às mudanças sociais, econômicas, culturais, políticas e tecnológicas, é que garantirão sua permanência, contribuição e difusão para com a produção do conhecimento e do legado cultural humano para as gerações futuras.

Referências

- ABUD, Katia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na Era Vargas. *Revista brasileira de História*, 1998, v.18, n.36, p.103-114. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200006 Acesso em: 31 dez. 2016.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.16, n.4, p.29-41, out./dez., 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12670/1/2012_PapelSocialdaBiblioteca.pdf Acesso em: 31 de. 2016.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Metas do plano nacional de cultura*. Brasília: MinC, 2011. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf Acesso em: 31 dez. 2016.
- CALABRE, Lia. Introdução às políticas públicas. In: *Curso de aperfeiçoamento para gestores públicos de cultura*. 2015. Material didático, Universidade Federal do Cariri: Ministério da Cultura, 2015.
- CALDAS, Elaine Formentini; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Biblioteca pública no Brasil: políticas de incentivo à Leitura. In: CONGRESSO DE LEITURA, COLE, 16., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ABL, 2007. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem02pdf/sm02ss03_04.pdf Acesso em: 31 de. 2016.
- CENSO Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf> Acesso em: 24 dez. 2016.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro. 2016. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Litura_no_Brasil_-_2015.pdf Acesso em: 31 de. 2016.
- JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. (Orgs.). *O poder das bibliotecas*: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.9-17.
- LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. *A relação entre as bibliotecas públicas, bibliotecários e a censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18102010-164858/pt-br.php> Acesso em: 31 de. 2016.

MEDEIROS, Valéria da Silva; ALMEIDA, Núbia Régia de; VAS, Braz Batista. Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil. **Entreletras**, v. 5, n. 1, p. 42-61, 2014. Disponível em:
<https://sistemas2.uff.edu.br:8004/index.php/entreletras/article/view/1039> Acesso em: 31 dez. 2016.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, n. 97, p. 59-70, 2013. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574> Acesso em: 31 de. 2016.

NEVES, Margarida de Souza. **Lugares de Memória da Medicina no Brasil**. 2007. Disponível em:
<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria.htm> Acesso em: 31 dez. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez., 1993. Disponível em:
<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> Acesso em: 31 dez. 2016

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paula: Brasiliense, 2006

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A multitemporalidade da biblioteca. **Revista Interamericana de Biblioteconomia**, Medellín, Colômbia, v. 36, n. 1, ene./abr., 2013, p. 25-34. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762013000100002
Acesso em: 31 dez. 2016.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia do Brasil**. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em:
http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-79CMVL/mestrado_fabr_cio_jos_nascimento_da_silveira.pdf?sequence=1 Acesso em: 31 dez. 2016.

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. v. 20, n. 1, p. 39-48, jan./abr., 2010. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/2645/3418> Acesso em: 31 dez. 2016.

Dados dos autores

Vitória Gomes Almeida

Mestranda em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Capacitada em Gestão Cultural pelo Ministério da Cultura (MinC) e UFCA. Atua na área de produção cultural, com ênfase em ações voltadas para o incentivo à leitura. Desenvolve estudos e pesquisas sobre os seguintes temas: Informação, documentação, memória e patrimônio cultural.

vitoriagomesalmeida@yahoo.com.br

Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/4183194001947492>

Izabel França de Lima

Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Educação, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Diretora da Editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

belbib@gmail.com

Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/2774920113255079>



Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Biblioteconomia

Este periódico é uma publicação do Curso de Biblioteconomia da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade semestral.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

X EDICIC - 2016

Nome da Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: Dois campos em questão

CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN Y EL PATRIMONIO CULTURAL: DOS CAMPOS EN CUESTIÓN

Resumo: Traçamos nossas discussões sobre patrimônio cultural em torno de suas origens, concepções e políticas existentes ao longo do contexto histórico, abordando-o no âmbito da Ciência da Informação, enquanto documento e adotando a perspectiva defendida por Otlet, Buckland, Crippa e demais autores que colocam a capacidade informativa como a premissa básica para a definição do que seja um documento. Nesse sentido consideramos o patrimônio cultural como um documento de memória, configurando-se como um contributo para o campo da Ciência da Informação, por ir além da informação registrada, mas considerar os saberes, identidades e memórias contidas nos bens e manifestações culturais estudadas.

Palavras-chave: Ciência da Informação – Documento. Memória. Patrimônio Cultural.

Resumen: Sacamos nuestras discusiones sobre el patrimonio cultural en torno a sus orígenes , conceptos y políticas existentes en todo el contexto histórico , abordarlo en el contexto de la ciencia de la información , mientras que el documento y adoptar el enfoque preconizado por Otlet , Buckland , Crippa y otros autores que ponen la capacidad informativa como la premisa básica para la definición de lo que es un documento. En este sentido consideramos que el patrimonio cultural como un documento de la memoria , como la creación de una contribución al campo de la ciencia de la información , para ir más allá de la información registrada , pero tenga en cuenta los conocimientos, las identidades y memorias contenidas en los bienes culturales y eventos estudiados .

Palabras-clave: Ciencias de la Información - Documento. Memoria. Patrimonio cultural.



1 INTRODUÇÃO

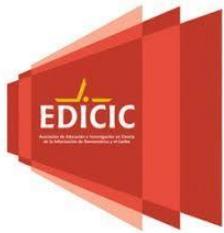
As discussões sobre patrimônio permeiam diversas áreas, campos, conceitos e diferentes nomenclaturas. No âmbito da Ciência da Informação - CI, esse tema também perpassa seus debates, e encontra relevantes referências que refletem sobre sua preservação, estudado no campo da CI, a partir do conceito de documentos ou fontes de informação (CRIPPA, 2010).

Consideramos a ideia de que não estamos restritos apenas aos saberes e registros conservados em bibliotecas, arquivos ou unidades de informação, mas que se faz “necessário pensar um acervo informacional em qualquer espaço, de modos diferenciados e sem ordenamento planejado, pois as coisas em si, como estão dispostas, dizem muito da cultura e da história de pessoas e lugares” (ARARIPE, 2004, p. 115), que tornaria possível além da compreensão do local da cultura, por meio da investigação científica dos bens culturais e de como se dá nesse âmbito o processo de circulação da informação, a possibilidade de novos campos de pesquisa e trabalho para a atuação do profissional da informação.

Nos rememora Souza e Crippa (2010), que essa discussão não faz parte daquelas existentes com o surgimento da CI, pois verificando na literatura percebeu-se que esta esteve inicialmente preocupada com a organização e recuperação da informação, armazenada em instituições como bibliotecas, museus e arquivos, além de ter uma forte vertente tecnológica, que foi responsável “pelo desenvolvimento de inúmeras aplicações bem sucedidas (produtos, sistemas, redes, serviços)” e gerando entre outras coisas, o “desenvolvimento da CI como um campo onde se interpenetram os componentes científicos e profissionais” (SARACEVIC, 1996, p. 45). Baseada nessas considerações é que norteamos esse artigo, por meio da compreensão do conceito de patrimônio, sob a perspectiva da Documentação, considerando-o então, como um documento de memória.

2 PATRIMONIUM: ORIGENS, CONCEPÇÕES E POLÍTICAS

As discussões sobre o termo patrimônio e as noções a ele vinculadas passam por diversas perspectivas e campos de estudo, gerando diferentes formas e sentidos de compreensão. Requalificada por diversos adjetivos (histórico, artístico, cultural, material,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

imaterial, natural...) que tornaram o termo um conceito nômade, sua acepção atual segue uma trajetória diferente da que é evocada em suas origens e etimologia (CHOAY, 2006).

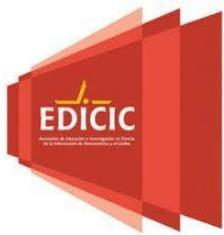
Ainda na Antiguidade entre os romanos, o *patrimonium* se referia inicialmente a tudo o que pertencia ao pai de uma família (*pater* ou *pater famílias*) e que podia ser deixado por testamento, não se excluindo enquanto bens, as próprias pessoas como mulher, filhos e escravos (FUNARI; PELEGRINI, 2006). O patrimônio surge nesse contexto sendo patriarcal, particular e restrito à aristocracia, mas se ressignifica na Idade Média, ampliando o seu caráter através do culto aos santos e à valorização das relíquias, que apesar de ainda se ligar a concepções aristocráticas, despertou valorização tantos dos lugares e objeto, como dos rituais coletivos (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

A partir do Renascimento, despertou-se nos eruditos da época uma busca incansável por informações e vestígios da antiguidade grega e romana, cujas pesquisas e colecionismo deram origem ao chamado Antiquariado. O objetivo do antiquário era salvar através da imagem, os objetos, artefatos e construções que estavam em risco de destruição, e a partir da descrição dos mesmos – as fontes para pesquisa eram os próprios monumentos – eram criados compilações e portfólios. Para a autora Azzi (2011), algo que fica evidente, é que nesse período não existia apenas o interesse pelas antiguidades, mas também há o início da oposição entre objeto e documento escrito como testemunhos “autênticos” do passado.

Essa essência colecionadora de fragmentos do passado grego e romano, enquanto modelo arquetípico a ser seguido, aliado com a falta de predileção pelo povo e as tradições populares (ORTIZ, 1992), revelam a permanência das desigualdades presentes nas práticas de preservação ao longo da história, que idealizada e concretizada por classes dominantes, mantinham de fora a cultura e tradições populares do âmbito de suas pesquisas e coleções.

Dessa maneira, o campo do patrimônio enquanto espaço de disputa econômica, política e simbólica (CANCLINI, 1994) se torna ainda mais evidente a partir da constituição dos Estados-Nações, por meio da ascensão política da alta burguesia européia, através da Revolução Francesa¹. A partir da adoção e imposição de símbolos nacionais e da escola como meio de difusão dessa cultura nacional, se diz que foi *inventado cidadãos*² e “o conceito de

¹ De acordo com Souboul (1989) as classes populares foram o motor da Revolução, entretanto, o povo se fazia presente, porém menos ator que espectador. Para mais informações ver *A Revolução Francesa* do autor citado.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

patrimônio que temos hoje, não mais restrito ao âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.17).

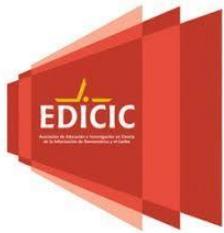
Essa nova concepção do patrimônio foi possível a partir da Revolução Francesa, período em que começa a se estabelecer institucionalmente a preservação dos monumentos históricos³. O ideal de conservação que se iniciou com a filosofia iluminista, se efetivou devido o confisco dos bens pertencentes à igreja, nobreza e coroa, passando a tutela e responsabilidade dos bens ao Estado, que instituí nesse período algumas medidas de proteção visando à conservação dos mesmos.

Essas ações, inegavelmente de suma importância para o campo patrimonial, acabaram por acarretar o que Smith (2008) chama de “discurso patrimonial autorizado”, na qual as políticas de preservação patrimonial, instituída por meio dos grupos dominantes priorizaram os bens materiais concretos que apresentavam características como “belo”, “exemplar” e que “refletiam a nacionalidade”. Tais valores deixam claro os interesses políticos e estéticos daquele momento e que continuariam presentes na posteridade, norteando as políticas patrimoniais, sobretudo nas de âmbito internacional.

Com a Revolução Industrial, denominada por Choay (2011) como a segunda revolução cultural devido à criação de uma consciência racial provocada pelas destruições e desordens causadas nos territórios urbanos ou rurais, sendo a causa – não única, mas determinante - que motivou os demais países europeus a institucionalizarem a conservação física dos então chamados monumentos históricos, foram gerados debates que “concentraram-se nas concepções de restauro e conservação deste patrimônio, [...] essas grandes transformações no espaço geográfico, resultantes da Revolução Industrial, ajudaram a constituir uma visão nostálgica do passado” (SCIFONI, 2003, pág. 79).

² Fala-se em uma invenção dos cidadãos, porque se faz uso da escola para se difundir uma cultura nacional: na França no período da sua transformação em Estado Nacional, o francês era falado apenas pelas elites e quando o povo era ensinado a falar esse idioma, aprendia também que tinha uma origem em comum – os gauleses, aprendendo que possuía uma história em comum com os outros povos que viviam naquele país (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

³ A partir do conceito de Choay (2011, p. 13), entende-se aqui por monumento histórico como uma “criação ex nihilo de uma comunidade humana para fins memoriais”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

Com o início do século XX, marcado pelo acontecimento de guerras, foram suscitados preocupações e debates acerca da proteção dos bens de diversos países que estavam arrasados pelos confrontos e se preocupavam com a restauração de seus patrimônios, e nesse sentido organizaram em 1931 uma conferência que gerou o primeiro documento internacional relativo a políticas de preservação do patrimônio: Carta de Atenas (SCIFONI, 2003, pág. 80-81).

Com o acontecimento da Segunda Guerra Mundial fica evidente a necessidade de intervenção, não somente no que tange a proteção dos bens, mas também, nas questões relativas à educação e cultura, surgindo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com o objetivo de contribuir nesse sentido.

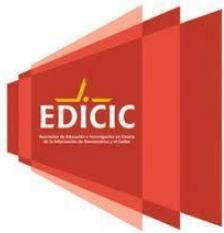
Entretanto, com relação ao patrimônio a UNESCO só desperta sua atenção a partir da eminente destruição de vestígios da civilização egípcia, uma vez que este gerou debates de alcance internacional. A partir disso, lança a noção de desenvolvimento e política cultural e aprova em 16 de novembro de 1972, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, considerando “o patrimônio em seu duplo aspecto cultural e natural [...] as formas pelas quais o homem interage com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos” (UNESCO, 2015).

Através da Convenção, ficaram definidos os critérios necessários para inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial⁴, além do estabelecimento do papel dos Estados-Membro⁵ na identificação, proteção e preservação desses (possíveis) sítios.

Mas, se a preocupação e ações a nível mundial em torno de bens imóveis ou naturais é recente, ao se tratar de bens relacionados às tradições populares e a cultura imaterial, o tempo cronológico de existência é ainda menor. Abreu (2014) afirma que o contexto no período que precedeu a Conferência de 1989, era de insatisfação entre alguns representantes dos Estados-membro da UNESCO, sobretudo os pertencentes a países do chamado Bloco Sul que

⁴ Parte do Estado-Membro, a solicitação de inscrição que deve incluir um plano que detalhe como se administra e se protege o sítio.

⁵ Atualmente, dos 191 Estados-Membro, possuem bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial 161 países que juntos compõe um total de 1007 bens. Apesar de se ter um número significativo de países signatários, o que fica evidente ao se analisar os dados disponíveis no site da UNESCO é a ocorrência de uma participação desproporcional, existente entre os mesmos, na qual mostra-se incontestável, a hegemonia dos europeus que representam com seus 479 bens, 48% do total.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

argumentavam sobre a “elitização” das políticas públicas patrimoniais existentes, que geravam a preservação de vestígios e legados de colonizadores em seus países de origem.

É a partir da Conferência Geral da UNESCO de 1989, realizada na cidade de Paris, que foi reconhecida por meio da Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, a importância social, econômica, cultural e política da cultura tradicional e popular, bem como sua função na história e cultura dos povos. Por meio da Convenção de 2003, segundo Pelegrini e Funari (2008), o conceito de patrimônio imaterial é criado a partir da perspectiva da alteridade, considerando que esses bens são alvos constantes de “recriações” tendo em vista a dinâmica em que se inserem em suas comunidades e grupos.

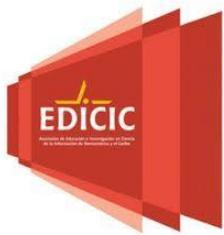
Destacamos que esse reconhecimento se constitui como um fato importante, sobretudo para os países da Américas Latina, África e Ásia, cuja riqueza cultural estava em segundo plano. Evidenciamos que diferentemente dos demais países, destaca-se o Brasil como um dos pioneiros, tendo com Mário de Andrade a criação de um anteprojeto que visava à institucionalização da preservação patrimonial brasileira, e que este já possuía preocupação com os bens intangíveis, ainda que não tenham tido espaço para se efetivar em virtude dos interesses políticos da época. A partir de então, uma sensibilidade relativa à cultura imaterial começa a ser despertada possibilitando mais tarde a criação de políticas públicas atuando nesse sentido, além de ter sido criado a entidade⁶ oficial mais antiga de proteção de bens culturais na América Latina (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional - IPHAN).

Dessa maneira, surge ainda que muito posterior ao anteprojeto, o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial brasileiro, através do Decreto 3551/2000, constituído de acordo com o IPHAN⁷, por bens culturais “que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”.

Consideramos que o decreto e as políticas culturais desenvolvidas em torno do patrimônio imaterial inauguram uma nova fase no cenário brasileiro, na qual valorizam-se os bens culturais enquanto patrimônio devido sua característica de se configurarem enquanto referências culturais nas comunidades e grupos que as criam, mantêm, praticam e recriam cotidianamente. Priorizam-se agora com essa concepção, a construção e legitimação de um

⁶ Em 1937 que acontece a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

⁷ <http://portal.iphan.gov.br/>



patrimônio que constate sua singularidade e relevância para a memória e identidade dos brasileiros. A partir de tais exposições, nas seções que se seguem, discutiremos a perspectiva teórica do patrimônio considerado como documento, no âmbito da CI.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Colaborando no que tange às reflexões sobre as origens da CI, Silva e Freire (2012) expõem que apesar de essa ser uma ciência recente, é difícil delimitar precisamente seu surgimento. Os autores colocam como marco preliminar da CI, as reflexões iniciadas a partir da Segunda Guerra Mundial, possíveis em decorrência das revoluções científicas dos séculos XVI e XIX, nas quais suas reflexões justamente se preocupavam em abordar sobre os procedimentos e problemas existentes em torno da informação (organização, registro e disseminação), julgando-a enquanto fenômeno social.

Suscitamos o debate sobre as origens da CI, por acreditar que seja um exercício necessário para se pensar os limites dessa ciência, que tem como objeto um elemento tão vasto e complexo quanto a informação. Silva e Freire (2012, p. 3) contribuem nessa perspectiva, trazendo a seguinte questão e argumento:

E o que significa a criação de uma área para tratar de problemas informacionais e organizar o conhecimento? Em tese, significa atentar para uma área que estabeleça uma flutuação entre as mais diversas áreas do conhecimento. Uma área que possua intersecção no contexto da organização do conhecimento e disseminação da informação, seja no contexto científico, seja no contexto do cotidiano da sociedade global. Em outras palavras, a Ciência da Informação vem com a perspectiva de satisfazer áreas do conhecimento científico, profissionais das mais diversas áreas (de nível superior ou não), indivíduos e instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e educativas diversas.

Ainda de acordo com os autores citados, outro fator que cooperou para o surgimento da CI foi a existência de disciplinas antecessoras, tais como a Biblioteconomia e a Documentação⁸: a primeira aparece como um marco no contexto da organização do

⁸ O autor Armando Malheiro da Silva (2006, p. 18), trazendo como efeito da Documentação, afirma que “o programa teórico e as iniciativas de Otlet e La Fontaine introduziram uma fissura na prática profissional com consequências ainda hoje nitidamente sentidas. A necessidade de documentação actual e disponível para um acesso rápido e eficiente levou a criação de novos profissionais – os documentalistas – com um perfil distinto dos bibliotecários, formado no seio das Bibliotecas eruditas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

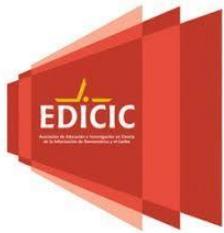
conhecimento, pois devido a organização e registro das informações nas coleções existentes, ainda que através de técnicas rudimentares, é que se tornou possível assegurar a memória da humanidade por meio de procedimentos voltados para o acesso às informações nas bibliotecas; E a Documentação, que evocou antes mesmo da CI ter essa nomenclatura, a discussão dos aspectos da organização e disseminação da informação com uma perspectiva mais ampla, na qual o acesso a informação independia do suporte ou centro de informação.

Constata-se hoje, ao se analisar os princípios da Documentação criados por Otlet, a identificação da existência de uma forte relação desta com o discurso da CI (SILVA; FREIRE, 2012).

Ao longo de seu desenvolvimento, a ciência da informação (CI) viu surgirem e se consolidarem, dentro dela, diferentes áreas e subáreas específicas. Tais campos, orientados por diversas correntes e perspectivas teóricas, acabaram por desenvolver, também, conceitos particulares de informação, algumas vezes semelhantes, outras vezes sobrepostos e, em alguns casos, discordantes (ARAÚJO, 2009, p. 193).

O autor traz essa afirmação, pautado na constatação dos diferentes conceitos da CI e de seu objeto de estudo, nos lembrando da influência do positivismo na consolidação do campo; sua crítica principal se dá em torno de que sob essa perspectiva, a informação é compreendida como algo que independe dos sujeitos e dos contextos histórico-culturais em que estão inseridos. Dessa maneira constituem segundo Araújo (2009), o paradigma positivista da CI, a Teoria Matemática e a Teoria Sistêmica da Informação, apesar de haverem em outras teorias (representação, comunicação científica, estudo de usuário – perspectiva cognitivista) a repetição dessa ideia de informação “positivada”; Rompe com essas concepções, por exemplo, a noção lançada por Capurro, na qual informação não é aquilo que previamente cria o conhecimento, mas na verdade seria uma forma pela qual os seres humanos compartilham o mundo uns com os outros, ou seja, seria o conhecimento em ação (CAPURRO, 2003).

dos séculos XVIII e XIX. Embora artificial e pouco consistente, esta distinção tem na sua génesis e na sua sustentação, ao longo prazo, de um novo paradigma: a mudança da visão custodial e patrimonial (fechada através da conotação com <>tesouro<>) para uma visão pós-custodial e aberta, dominada pela busca incessante dos conteúdos (da informação).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

Acerca da informação, Pinheiro (2002) evidencia a forma limitada em que esta é comumente estudada, onde tradicionalmente aparece em pesquisas, sendo vinculada a documentos impressos ou bibliotecas, quando na verdade a informação de que trata a CI pode estar em vários lugares, ambientes, meios e suportes como “num diálogo entre cientistas, em comunicação informal, numa inovação para o setor produtivo, em patente, numa fotografia ou objeto, no registro magnético de uma base de dados ou numa biblioteca virtual ou repositório, na Internet” (PINHEIRO, 2002, p. 62).

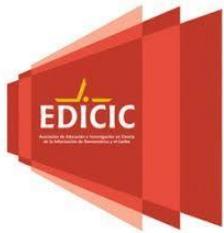
Através da compreensão das diversas vertentes que a informação pode assumir, que levantamos a possibilidade de pensar o patrimônio enquanto documento e a relação da CI com essa forma de registro da memória social, como Crippa (2011, p. 58) pontua,

com base nas propostas documentalistas de Otlet, de Briet, de Buckland e de Dodebei, é possível admitir que o patrimônio cultural, ao ser objeto de interesse da Ciência da Informação, informa, pois se trata de um conjunto de bens aos quais foi atribuído algum valor e que, por intermédio dele, foi disseminado, com a finalidade de informar sobre ele. Assim, os bens culturais devem ser considerados documentos.

Para reforçar a justificativa desse estudo, trazemos ainda as reflexões de Silva (2006), que ao abordar o objeto de estudo da CI, a informação, enfatiza que este encontra-se englobado pela concepção mais restrita ou uma concepção cognitivo-mitológico-ritual de cultura, de maneira que a CI contribui para o enriquecimento e estudo desse conceito sem dividi-la (erudito versus popular; sócio profissionais versus técnicas) ou fragmentá-la, uma vez que

[...] a existência de dois campos assimétricos e difusos – o dos estudos culturais e o das ciências e técnicas do património – pode ser confrontada positivamente com a perspectiva religadora e transversal da C.I., empenhada na pesquisa e aprofundamento de aspectos/problemas comuns aos dois campos e radicados no mencionado fenômeno info-comunicacional (SILVA, 2006, p. 39-40).

O autor, afirmando ainda o patrimônio como sendo uma emanacão prática da ideia de cultura, pontua sobre a tradição da conservação patrimonial surgida no período oitocentista, cujas instituições responsáveis por sua salvaguarda (como bibliotecas, arquivos e museus) apresentavam uma clara subordinação ao Estado e governo ao longo dos séculos XIX e XX,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

através das ações realizadas pelos historiadores e eruditos encarregados por administrar esses espaços.

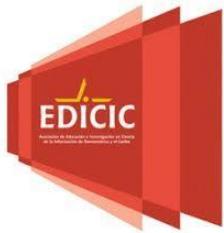
Até o século XVIII, as raridades bibliográficas e manuscritas, assim como as preciosidades reunidas por mecenas renascentistas e depois por antiquários [...] formaram um acervo heterogêneo e disperso concentrado junto a entidades coletivas e individuais que, [...] Após a Revolução Francesa, essas manifestações materiais da cultura e do patrimônio nacional passaram do domínio privado para o público através de duas vias – a erudita e a “popular” ou etnográfica – geradoras de dicotomias insustentáveis. Mas, agora, [...] os apelos estruturalista, construtivista e sistêmico, lançados a partir da década de setenta do séc. XX, ajudaram a desenhar uma visão cultural sintética que funde essas vias e abre-se a uma pluralidade [...] o desafio da síntese em construção está aí, mas a resistência de uma tradição documental eivada de culturalismo dicotômico continua viva e forte (SILVA, 2006, p. 17).

Por meio das afirmações acima explicitadas, destacamos a necessidade de se repensar a atividade realizada pelos profissionais dessas instituições (bibliotecários, arquivistas e museólogos) que historicamente esteve a serviço do Estado e do projeto de construção de um passado nacional, mas cujas práticas começaram a sofrer modificações, a partir das iniciativas de Otlet e La Fontaine, devido a sua concepção inovadora, como por exemplo, de compreender o documento (SILVA, 2006).

Para além da relação entre informação e cultura, outro ponto fundamental a se abordar quando falamos em patrimônio e CI é a questão da memória, uma vez que esta se faz intrinsecamente ligada às discussões dos dois campos.

De acordo com Le Goff (2003), a memória nas ciências humanas, seria fundamentalmente a capacidade de conservar certas informações, na qual se expressa a memória coletiva, sob a forma de dois materiais: os documentos e os monumentos.

Já no caso das Ciências Sociais, mais especificamente no âmbito da CI, ficou constatado em uma pesquisa realizada por Oliveira e Rodrigues (2011, p. 318), que objetivava analisar como a memória estava sendo vinculada e concebida nas produções nacionais da CI, que “tanto o termo informação quanto o termo documento, [...], são vistos como elementos propiciadores da construção da memória social ou memória coletiva [...] e instituição, social, biblioteca, cultura e história, termos que também podem ser considerados” como termos associados ao conceito de memória na CI.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

Dessa forma, ficou explícito para as autoras que a questão da memória é frequentemente associada na CI ao seu objeto de estudo (sobretudo informação registrada, mesmo que essa independa do suporte), em decorrência do entendimento da “(re)construção da memória e da formação de identidade a partir desses registros, o que exige sua organização, preservação e divulgação” (OLIVEIRA, RODRIGUES 2011, p. 318). Corrobora nesse sentido, Azevedo Netto (2007, p. 14) quando diz:

A relação entre informação e memória, ela pode ser considerada, na medida em que um determinado elenco de informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos e reinterpretados.

Considerando então as múltiplas correlações entre informação, patrimônio e memória, podemos constatar a partir do que foi mostrado, que os estudos do patrimônio dentro da CI, apesar de não ser um dos temas dominantes, têm aumentado gradativamente (SOUZA; CRIPPA, 2010), revelando as diversas e relevantes possibilidades existentes, quando consideramos o patrimônio como documento e consequentemente como parte dos estudos dessa ciência.

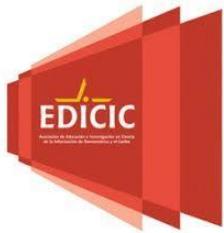
Para o campo da CI e a temática de nosso estudo, é unânime entre os autores⁹ que estudam o patrimônio, sobre a emergência do tema na contemporaneidade, seja ela em decorrência da existência na modernidade de uma valorização do transitório, ao fugaz e efêmero que cria o anseio de um presente íntegro e estável (HABERMAS, 1983), seja pelos processos de patrimonialização gerados, sobretudo em decorrência da corrida ao título de patrimônio mundial¹⁰, o fato é que existe uma ampla discussão em torno do termo, que no âmbito da CI também ganhou espaço¹¹.

Dessa forma discutiremos nas páginas seguintes, a partir dos conceitos de documento, propostos pelos agentes reconhecidos no campo, ou seja, por aqueles que detêm capital

⁹ Entre os autores que afirmam isso, citamos alguns como Gonçalves (2007), Tamaso (2012), Peixoto (2003) e Choay (2006).

¹⁰ Esse interesse com relação ao título é devido a potencialidade de exploração turística dos bens, não tendo como intuito primeiro a preservação dos mesmos por serem parte da identidade e cultura aos países da qual pertencem, mas sim por sua rentabilidade em termos econômicos.

¹¹ Ver o trabalho de Souza e Crippa (2010), que trabalha essa inserção a partir de um levantamento sobre discussão do patrimônio nas publicações da CI.



científico¹² na CI, a consideração do patrimônio como documento de maneira a legitimar nossa proposta de estudo.

3.1 O Patrimônio como Documento

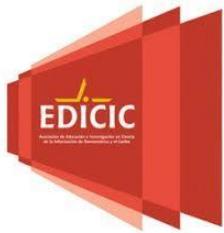
Em seu tratado, Paul Otlet foi o primeiro a definir o documento e a documentação de maneira a considerar prioritariamente o conteúdo ao invés do suporte do qual é composto. Para ele, o documento, seria “um meio de transmissão de dados informativos para o conhecimento” (Otlet, 1934, p. 25); enquanto a documentação seria o princípio, o resultado da fusão de sete partes que se complementariam: os documentos particulares, as bibliotecas, a bibliografia, os arquivos documentais, os arquivos administrativos, os arquivos antigos, os documentos de qualquer outro tipo que não seja bibliográfico e gráfico, as coleções de museu e as encyclopédias.

Dessas formulações, decorre o consenso acerca de seu pioneirismo e vanguarda nos conceitos propostos, uma vez que sua obra pressente “a multiplicação dos suportes da informação, todos igualmente portadores de memória” (SILVA, 2006, p. 18).

Em um estudo sobre a trajetória do conceito de documento, em diversos campos teóricos (História, Diplomática, Documentação, Bibliografia, CI...), Rabello (2009) ressalta a que a primeira fase da Documentação (correspondente à concepção de Otlet, após a década de 1930), é de caráter positivista e representa uma fase de transição, pois o conceito de documento sofre um deslocamento de sua acepção tradicional rumo à inovação. O autor diz que durante essa fase

o conceito foi formulado considerando os objetos produzidos pelo homem em direção ao conteúdo informacional. Tal ênfase consistiria o fator distintivo para a transformação do objeto em documento, sendo que a ação humana de agregar ao objeto uma função informativa lhe garantiria o status de objetividade. Sob esse prisma, o documento se caracterizaria por se constituir em diversos suportes (apresentando-se em diferentes espécies e tipologias) “eivados de objetividade”. Tal suposta objetividade confundir-se-

¹² “é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

ia com o próprio processo criativo de exteriorização e assentamento (registro) de um conhecimento ou técnica num objeto material. Tal concepção foi o ponto de partida para que a bibliotecária francesa Suzanne Briet (1951), em seu ensaio *Qu'est-ce que ladocumentation?*, ampliasse ainda mais o conceito (RABELLO, 2009, p. 287).

Como coloca o autor, essa noção de documento e da documentação ganha com Suzanne Briet a continuidade do seu desenvolvimento, na qual adquire com ela uma ainda maior ampliação. Podemos observar por meio do seu pensamento, juntamente com as propostas de Otlet, que se “enunciavam as questões de promoção e acesso à informação, ou seja, os termos documento e Documentação já tinham em germe a noção de informação tal como é compreendida contemporaneamente” (ORTEGA; LARA, 2010, p. 5).

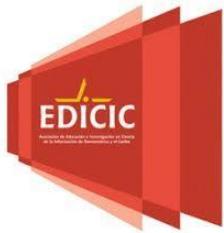
Verificando o que foi exposto, tomemos as palavras de Briet, que apesar de considerar sua proposta de definição de documento mais precisa, mas também mais abstrata e consequentemente menos acessível, propõe que este seja:

qualquer signo concreto ou indicial (índice), preservado ou gravado com o fim de representar, de reconstituir, ou de provar um fenômeno físico ou intelectual. Uma estrela é um documento? Um seixo na corrente de um rio é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, e os animais que são catalogados e exibidos em um zoológico, são documentos (BRIET, 1951, p. 10) [Tradução livre nossa, da versão em inglês].

Essa corrente teórica sobre o documento que começa com Otlet, têm sua consolidação através do que as autoras Ortega e Lara (2010) chamam de discípulos da versão clássica. Esta foi desenvolvida até metade do século XX na França, mas também encontrou importantes referências na Espanha, na qual segundo elas, resultou contemporaneamente numa atualização e aprofundamento da noção de documento, feita a partir do trabalho desses primeiros documentalistas.

Na década de 1990, Buckland ao trabalhar o conceito de informação (Informação-como-processo; informação-como-conhecimento; e informação-como-coisa) traz também entre outras discussões, o questionamento sobre o que é um documento:

Começamos usando uma classificação simples de fontes de informação: dado, documento, e objeto. Mas encontramos dificuldades se tentarmos ser rigorosos. O que, por exemplo, é um documento? Um livro impresso é um



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

documento. Uma página manuscrita é um documento. Um mapa é um documento. Se um mapa é um documento, porque um mapa tridimensional também não seria um documento. Porque um globo também não poderia ser considerado um documento já que é, acima de tudo, a descrição física de alguma coisa (BUCKLAND, 1991, p. 6).

Com essa concepção, Buckland diz extrapolar a ideia convencional do que seja um documento¹³ e é a partir dela que trazemos o patrimônio, uma vez que verificamos ser a capacidade informativa, o cerne do que seja um documento. Colabora nessa perspectiva, a autora Crippa (2010, p. 55-56) quando diz:

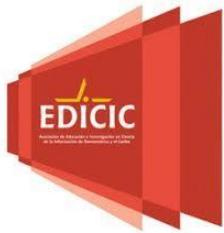
Segundo Otlet, o documento é algo caracterizado pela capacidade de nos informar sobre alguma coisa. Isso não é somente possível por meio de representações e registros dos objetos, preocupação e tarefa “tradicional” da Ciência da Informação, mas pela observação das próprias “coisas em si”, conforme a proposta de Buckland (1991), que afirma que qualquer objeto pode tornar-se um documento, se for utilizado para informar, dar a conhecer algo. [...] O patrimônio informa-nos sobre muitas coisas, mas, fundamentalmente, principalmente sobre o tempo. É, portanto, um documento muito especial. Sua importância relaciona-se com as ideias, os períodos, as épocas e estes estão sempre carregados de costumes, valores, ideais e ideias.

A autora ainda explica que na concepção de Buckland, valoriza-se as intenções de elaboração dos objetos, mas seu valor documentário é estabelecido através dos usos que são atribuídos a eles. Dessa forma os usos e não a intencionalidade de criação, é que são determinantes na noção de Buckland, para que um objeto ganhe o status de documento. O autor que parte de Otlet e Briet para discutir o documento, difere da noção da autora que estabelece três características¹⁴ que o documento deve possuir, entre elas a intencionalidade de ter sido criado como tal.

Por último, concordamos com Crippa quando esta traz a afirmação de Gondar e Dodebe (2005), acerca dos documentos serem resultados da sociedade que os produziu e das sociedades que o salvaguardaram. Ela afirma “coloca-se o pressuposto de que é a sociedade

¹³ Para mais informações sobre essa discussão, ver o artigo de Buckland *What is Documentation?* disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>

¹⁴ As outras características são: materialidade e posição fenomenológica (percepção de algo enquanto um objeto).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

que atribui a finalidade de um objeto e que a reformula constantemente” (CRIPPA, 2010, p. 56).

Percebe-se então, com as concepções dos últimos autores mencionados (Briet, Buckland, Crippa), a vigência de uma fase nos estudos da Documentação, que Rabello (2009) chama de “fase hermenêutica”. Suas particularidades se encontram na compreensão do documento como resultado do contexto social e cultural, em que os indivíduos atribuem valor aos documentos por meio da interpretação e da atribuição de significado e de sentidos:

A “fase hermenêutica” compreender-se-ia, portanto, após a década de 1950, na ocasião em que se destacaram as idéias de Briet (1951) e de seus seguidores Meyriat (1981), Escarpit (1981), Day (1997), Buckland (1997), entre outros. Os argumentos comumente empregados por esses autores demonstraram que nenhum documento é propriamente objetivo, ou seja, de que nenhum objeto/suporte nasce com *status de documento*, pois tal aspecto valorativo somente se constituirá *a posteriori*. [...] Considerando essa especificidade, o documento é, portanto, o fruto de uma ação interpretativa (subjetiva) de um sujeito que vive em sociedade e que recebe sua influência passiva e dativamente a um só tempo (RABELLO, 2009, p. 288).

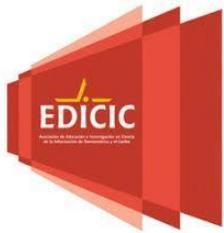
Por último, o autor também expõe que a amplitude do conceito de Otlet, permitiu o reconhecimento do documento museológico. Toda essa explanação em torno dos documentos e dos teóricos do campo da CI tem como objetivo, atestar o patrimônio enquanto documento, por meio de sua capacidade informativa. Apesar de haver na CI, entendimentos do documento como informação materializada institucionalmente¹⁵, consideraremos aqui a perspectiva adotada por Buckland, Crippa e demais autores que colocam a capacidade informativa como a premissa básica para a definição do que seja um documento.

4 CONCLUSÕES

Nesse trabalho abordamos a partir do conceito de documento, desde suas origens na Documentação, até os conceitos mais contemporâneos dentro da CI, a discussão do patrimônio cultural como um contributo para o campo.

Constatando que essa ciência, entre tantos estudos, compartilha um forte discurso dos seus princípios com o da Documentação, e considerando a capacidade informativa do

¹⁵ Ver trabalhos como os de Frohmann (2004) ou em âmbito nacional como o de Grigoletto (2012).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

documento, como sendo o princípio para o entendimento deste, defendemos o patrimônio como um documento de memória, reconhecendo que este informa acima de tudo sobre o tempo, saberes, identidades, memórias, culturas de determinado povo/comunidade. Essas discussões visam não só a extensão do universo conceitual da área, mas as reflexões acerca de novos campos de pesquisa e atuação profissional.

Por fim, explicitamos alguns nichos de pesquisa detectados a partir desse trabalho, que podem contribuir para novos debates, percepções e construções teóricas no campo científico da Ciência da Informação, a saber: as discussões sobre patrimônio intangível dentro da CI; reflexões acerca de como as metodologias podem ir além da descrição desses bens culturais, problematizando esses enquanto documentos de memória, levando em conta os processos que garantem sua produção e salvaguarda, e; as discussões acerca da relevância e impacto do registro a essa cultura intangível.

Dessa maneira, foi a partir de uma perspectiva cognitivista acerca da informação, e da consideração do documento como o suporte que contém e permite o acesso de uma mensagem com potencial informativo para um receptor (BRAVO, 2002), que podemos afirmar que a característica interdisciplinar da Ciência da Informação a proporciona novos horizontes, possibilidades e olhares, e com isso possibilidades para se (re)pensar a informação, o documento, a memória dentro do campo, por meio do diálogo com o patrimônio cultural por exemplo, como foi apresentado nesse trabalho.

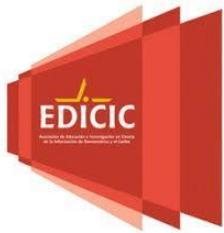
REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: Ressonâncias, apropriações, vigilâncias. *e-cadernos ces*, n. 21, 2014.

ARARIPE, Fátima M. Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=63>> Acesso em: 30 mar. 2009.

ARAÚJO , Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009

AZZI, Christine Ferreira. O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento. *Letras*, Santa Maria, v. 21, n. 43, p. 353-371, jul./dez. 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

BRAVO, Blanca Rodríguez. **El documento:** entre la tradición y la renovación. Trea, 2002.

BRIET, Suzanne. **What is Documentation?**. Paris: Édit – Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em: <<http://ella.slis.indiana.edu/~today/what%20is%20documentation.pdf>>. Acesso em: 5 de ago. de 2015.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em Questão**: Antologia para um combate. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CRIPPA, Giulia. O Patrimônio Cultural: a cidade como documento. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange P..(Org.).**Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea Editora, 2011, v. 1, p. 53-70.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília: 2006.

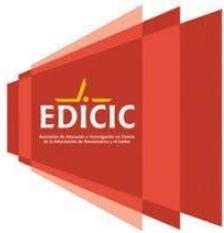
IPHAN. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília, 1980.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

OTLET, P. **El tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría e práctica. Bruselas: Ediciones Mundaneum, 1934.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **O que é patrimônio cultural imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

RABELLO, Rodrigo. O documento na Ciência da Informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. (Org). **A responsabilidade social da Ciência da Informação.** João Pessoa, X ENANCIB, 2009, v. 1, p. 277-303.

SCIFONI, Simone . A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. In: Pedro Jacobi; Lúcia da Costa Ferreira. (Org.). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 9-456.

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 14, pp. 77-88, 2003.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural.** 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação:** da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006. 176p.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage.** London; New York: Routledge, 2008.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O campo da Ciência da Informação e o patrimônio cultural: Reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p.1-23, 2010.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 241-255, jul./dez. 2011.

UNESCO Brasil; IPHAN. Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial. Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2013.

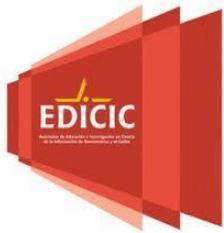
UNESCO. Convenção Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 2003.

UNESCO. Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Paris, 1989.

UNESCO: The Constitution.

Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/>>

Acesso em: 08 de jun. 2015



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÉNCIA
DA INFORMAÇÃO

U F M G

UNESCO:O Patrimônio: legado do passado ao futuro

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>

Acesso em: 14 de mai. 2015.

GT 4: REPRESENTAÇÕES DO PADRE CÍCERO E DO CARIRI NAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS/EXPRESSÕES CULTURAIS

Coordenadoras:

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro³⁴
Francisca Pereira dos Santos³⁵

De acordo com Michel Foucault (2000), o homem está fadado a significar. Para o filósofo, é impossível não entrar na ordem arriscada do discurso, compreendido este como prática social, como um “nó em uma rede”, na relação intersticial entre memória e atualidade, que articula poderes, saberes e dizeres e onde os sujeitos sociais se constituem e são constituídos. Partindo de tais premissas, voltamos o nosso olhar para o fenômeno Padre Cícero, no intuito de verificar como esse sujeito múltiplo (taumaturgo, líder político, religioso, santo) foi sendo constituído em diversos lugares de fala: político, econômico, religioso, midiático. As mais diversas linguagens artísticas e expressões culturais também cumpriram/cumprem um papel na produção do sujeito Padre Cícero. Desta forma, afastando-nos de qualquer visão totalizante e homogeneizadora e apontando para além da indagação onde está ele?, a proposta deste Grupo de Trabalho é analisar os mecanismos de constituição de subjetividade do Padre Cícero, investigando não só onde está ele, mas como ele está representado, considerando as tessituras da figura do Padre Cícero com as diversas formas de representação do Cariri cearense, em diferentes espacialidades, temporalidades e materialidades semióticas. Comporão, portanto, este GT, trabalhos que tenham como corpus de análise as mais diversas linguagens artísticas/expressões culturais, considerando, ainda, as multimodalidades e os hibridismos das suas formas contemporâneas.

CALEIDOSCÓPIO DE UM SANTO POPULAR: O PADRE CÍCERO NOS CORDÉIS DE AUTORIA FEMININA

Vitória Gomes Almeida³⁶

O Padre Cícero, figura mítica do sertão nordestino, conhecido como santo de devoção popular, líder político, personagem de polêmicas e debates, da Igreja Católica ao meio acadêmico, é objeto/sujeito de análise no presente trabalho a partir da autoria feminina no cordel. Com o objetivo de responder às questões de onde e como está representado, foi levantado um corpus de 17 folhetos, cujo título o Padre Cícero nomeia, identificados através do catálogo do acervo de cordéis de autoria feminina, do Laboratório de Ciência da Informação e Memória – LACIM da Universidade Federal do Cariri. Percebeu-se que nesses folhetos, Padre Cícero evoca não somente, sua face já consagrada de santo ou líder religioso,

³⁴ DISCULTI – Grupo de Estudos em Discurso, Cultura e Identidades - URCA. claudiarejanne@ yahoo.com.br

³⁵ LATA – Laboratório de Troca de Afetos. Universidade Federal do Cariri – UFCA. teiadoato@gmail.com

³⁶ vitoria.gomesalmeida@yahoo.com.br

mas é ligado através da poética das mulheres, a temas de cura por plantas medicinais e a profanações.

Palavras-chave: Cordel. Autoria feminina. Padre Cícero.

O PADRE CÍCERO REINVENTADO NO FOLHETO DOS “MAUDITOS”.

Manoel Sebastião Alves Filho³⁷
Joseph Bezerra do Nascimento

A Sociedade dos Cordelistas “Mauditos” foi um movimento de jovens cordelistas que surgiu nos anos 2000, na ocasião das (des)comemorações dos quinhentos anos do Brasil. Neste contexto, a poetisa Fanka Santos, uma das fundadoras da sociedade, escreveu um folheto de título “Padre Cícero e a Vampira”. O Padre Cícero foi um influente eclesiástico da cidade do Crato, que acabou por criar a cidade de Juazeiro do Norte. Como homem da fé, cuidou do povo nordestino e reuniu sobre si um fenômeno de grandes proporções da religiosidade popular. Ainda em sua vida se criou o imaginário de um homem santo, sábio, dignificado e, sobretudo, idealizado, mas não são apenas os discursos de fé que rodeiam a imagem do padre. A historiografia construiu o homem político, ambientalista e intelectual. É no folheto da Fanka, porém, que podemos observar o padre humano, sujeito aos desejos carnais, cercado do “profano”. Recheado de intertextualidades, o cordel remonta uma série de arquivos a serem resgatados. Através de teóricos da análise de discurso francesa, como Michel Foucault e Michel Pêcheux, o trabalho pretende resgatar estes discursos interditados, esta malha de multiplicidades, a fim de compreender a construção deste folheto de cordel.

Palavras-chave: Sociedade dos Cordelistas “Mauditos”. Padre Cícero. Discursos interditados.

AS REPRESENTAÇÕES DO PADRE CÍCERO NA COMUNIDADE INDÍGENA KARIRI DO MONTE ALVERNE-CRATO – CE

Antônio Marcos Ramos de Oliveira

Esse trabalho tem por objetivo demonstrar as representações sobre o Padre Cícero na comunidade indígena Kariri de Monte Alverne, Crato/CE. Pesquisa qualitativa realizada a partir dos estudos da oralidade, tendo como enfoque depoimentos de testemunhas da referida comunidade, entre eles o chamado cacique “pau de ouro” e moradores. O padre Cícero aparece como símbolo de proteção, cuidado e respeito pelas comunidades caboclas remanescentes das culturas nativas em meio aos desafios do cotidiano e da história da

³⁷ manoel.filho2@hotmail.com



DESAFIOS À ORGANIZAÇÃO E ACESSO AO PATRIMÓNIO CULTURAL

METODOLOGIAS DE SALVAGUARDA DOS BENS CULTURAIS: CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CAMPO PATRIMONIAL

Vitória Gomes Almeida¹, Izabel França de Lima², Henry Poncio Cruz de Oliveira³

¹Universidade Federal da Paraíba, 0000-0003-2663-4936, vitoria.gomes.almeida@yahoo.com.br

²Universidade Federal da Paraíba, 0000-0003-2701-5432, belbib@gmail.com

³Universidade Federal da Paraíba, 0000-0003-2330-2442, henry.poncio@gmail.com

RESUMO Reflete criticamente sobre a metodologia e instrumento de salvaguarda para bens culturais intangíveis, desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Objetiva compreender de que maneira se estruturam e funcionam essas metodologias, e verificar as correlações e mútuas contribuições existentes entre patrimônio e Ciência da Informação (CI). Por meio de análise documental, dos manuais e documentos técnicos do IPHAN, bem como da literatura especializada da Ciência da Informação, observa tensões, limitações e dimensões sociais da representação da informação para identificação e registro da informação patrimonial, verificando a contribuição da CI para preservação da memória cultural.

PALAVRAS-CHAVE *Informação patrimonial, Memória, Patrimônio cultural, Metodologias de Salvaguarda.*

ABSTRACT It reflects critically about the methodology and instrument for safeguarding intangible cultural assets, developed by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN): the National Inventory of Cultural References (INRC) and the Register of Cultural Goods of Intangible Nature. It aims to understand how these methodologies are structured and how they function, and to verify the correlations and mutual contributions between patrimony and Information Science (CI). Through documentary analysis of the manuals and technical documents of IPHAN, as well as the specialized literature of Information Science, it observes tensions, limitations and social dimensions of information representation for identification and registration of patrimonial information, verifying the contribution of CI to preserve cultural memory.

KEY WORDS *Heritage information, Memory, Cultural heritage, Safeguarding methodologies.*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

INTRODUÇÃO

São consenso entre os pesquisadores, gestores culturais, mestres da cultura e demais envolvidos no campo patrimonial as percepções acerca dos avanços existentes após a criação das políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, sobretudo, quando referentes ao patrimônio imaterial.

Constituído, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por bens culturais “que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão

cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)", teve seu reconhecimento institucional através do Decreto 3.551/2000, fazendo do Brasil pioneiro em políticas patrimoniais.

Hoje, a compreensão de patrimônio cultural é vinculada à noção de referência cultural, reconhecendo a pluralidade e diversidade da produção humana, manifesta de forma tangível e intangível (FONSECA, 2000), produzida e mantida pelos mais heterogêneos grupos que compõem a sociedade brasileira, e que representam diferentes sentidos e valores sociais e culturais.

Em meio à diversidade cultural existente no contexto brasileiro, a criação de metodologias e estratégias capazes de identificar a convergência identitária e memorialística dos grupos, expressas em bens culturais de natureza intangível se fez urgente e culminou em duas ferramentas metodológicas: o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Diante desses processos que envolvem a discussão de memória, identidade, preservação e registro de informação, propomos a discussão de patrimônio cultural por meio da Ciência da Informação (CI), por meio da reflexão sobre ferramentas metodológicas para salvaguarda dos bens culturais do IPHAN.

Buscamos compreender de que maneira se estruturam e funcionam essas metodologias, verificando as correlações e as possibilidades de contribuições existentes entre o campo dos estudos informacionais e o dos estudos patrimoniais, questionando de que maneira os pressupostos teórico-metodológicos da Ciência da Informação podem contribuir no campo patrimonial, uma vez que essas metodologias são pautadas, sobretudo, na produção de documentação sobre os bens culturais alvos de salvaguarda.

As informações e reflexões obtidas seguem estruturadas em seções. Inicialmente, faz-se levantamento historiográfico da ação institucional brasileira para com o patrimônio cultural do país, em que se aplica análise documental e se discute acerca da estrutura das metodologias do IPHAN. Por fim, buscam-se na literatura especializada da Ciência da Informação (CI) perspectivas teóricas dos processos de representação do patrimônio, do acesso/uso de documentos e sua possível contribuição para a preservação da memória cultural.

PATRIMÔNIO CULTURAL E AÇÃO INSTITUCIONAL NO BRASIL

No ano de 1937 acontece a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹, primeira instituição do Brasil para proteção do patrimônio cultural do país. Enquanto entidade oficial mais antiga de proteção de bens culturais na América Latina, é responsável pela promoção permanente do tombamento, da conservação, do enriquecimento e conhecimento do patrimônio artístico e histórico nacional.

Contudo, é preciso ressaltar que essa atuação voltada quase que exclusivamente para os bens móveis, priorizando o chamado patrimônio de pedra e cal, difere da proposição feita por Mário de Andrade,

¹ Hoje renomeado para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

autor do anteprojeto do SPHAN, que, através de suas viagens, pesquisas e olhar etnográfico, já demonstrava no início do século XX atenção com a cultura imaterial ou intangível.

A grande atuação da instituição em prol da preservação e conservação voltou-se, durante muito tempo, exclusivamente para os bens móveis, expresso por meio do seu instrumento de preservação o *tombamento* e a divisão dos bens a serem preservados (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo de Belas-Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas).

São consequências do contexto político em que é criada e implantada: Movimento Modernista (traz em pauta perspectiva etnográfica, que pode ser percebida nas proposições de Mário de Andrade), Revolução de 1930 (levou à constituição do Estado brasileiro enquanto Estado nacional, capitalista e burguês); Estado Novo (regime ditatorial que utilizou cultura e políticas culturais para fortalecer o Brasil enquanto Estado Nacional). Castriota (2009, p. 74) lembra que "as primeiras ações do SPHAN (criado em 1937) derivam da 'narrativa ortodoxa': estabelece-se afinidade eletiva entre nosso passado barroco e colonial e a arquitetura moderna que então se fazia".

Ao ser preterido pelos intelectuais que se articularam em torno do projeto que criou o Sphan, o caráter etnográfico de sua orientação teórica se revelou abrangente demais para a representação, a partir do patrimônio histórico e artístico nacional, da nação em processo de construção. A proposta totalizante de cultura de Mário de Andrade encontrou resistência entre os vários grupos que lidavam pragmaticamente com o chamado patrimônio cultural dedicando-se a práticas de colecionar, restaurar e preservar objetos com o propósito de colocá-los à mostra segundo as funções didáticas ou políticas que lhes eram atribuídas (NOGUEIRA, 2005, p. 220).

O intuito da política da época era então desenvolver "alta cultura" no país, em que os valores da nação que se construía deviam estar em primeiro lugar. Manifestações e expressões populares como as oriundas do folclore, além de serem tidas como cultura "menor", viviam sob rígida política de vigilância e controle.

As ações institucionais desenvolvidas para cultura imaterial ou intangível eram concebidas dentro da noção de cultura popular ou folclore, onde estavam implícitas sua subalternidade (diante da chamada cultura erudita, por exemplo) e valorização da tradição como vestígio do passado, considerando todo progresso ou mudança como processo de dessacralização da sabedoria popular (ORTIZ, 2006).

O resultado é a difusão de noção enrijecida no campo do patrimônio e consequentemente da memória, em que tradição e cultura (sobretudo a denominada popular) deveriam se manter puras e autênticas, sendo rejeitadas quando essas apresentavam novas dinâmicas e configurações.

Somente com a promulgação da Constituição de 1988 uma nova e mais abrangente compreensão de patrimônio cultural passa a ser adotada, na qual se considera que sejam constituídos por bens tangíveis e intangíveis, e que incluem as formas de expressão: modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nove anos mais tarde, os debates acerca desses bens intangíveis, já entendidos como integrantes do patrimônio cultural, culminam no Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção,

realizado em Fortaleza, com o intuito de discutir os instrumentos legais e administrativos de preservação dos bens culturais intangíveis, resultando na Carta de Fortaleza.

Como decorrência dessas ações surge o Decreto 3551/2000, que reconhece institucionalmente o patrimônio cultural imaterial brasileiro, constituído, de acordo com o IPHAN, por bens culturais “que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”. Com isso, prioriza-se a construção e legitimação de um patrimônio que constate sua singularidade e relevância para a memória e identidade dos brasileiros.

Esse reconhecimento institucional em âmbito nacional surge no período em que a crítica ao patrimônio tangível, elitizado e eurocêntrico também era desenvolvida internacionalmente. Organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) lançam, ainda em 1989², a noção de patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, reiterada em alguns documentos internacionais, como a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e na Declaração de Istambul, de 2002.

Somente na Convenção de 2003 cria-se, efetivamente, instrumento multilateral com propósito de salvaguardar patrimônio cultural imaterial, criado a partir da perspectiva da alteridade, que considera constantes “recriações” aos quais esses bens são alvos, tendo em vista a dinâmica que se insere em suas comunidades e grupos (PELEGRIINI; FUNARI, 2008).

O reconhecimento das expressões da cultura como algo dinâmico, móvel e passível de novas reconfigurações exige adoção de novos instrumentos e metodologias que consigam atender especificidades que bens culturais intangíveis demandam em sua preservação e salvaguarda.

Nesse sentido, enquanto diretrizes básicas para salvaguarda dos bens culturais intangíveis, elenca-se produção de inventários e registros, cuja base está em produzir documentação e conhecimento acerca do bem cultural em processo de reconhecimento, enquanto patrimônio cultural brasileiro, abordando seu contexto (questões sociais, territoriais, materiais e ambientais), tornando possíveis sua manutenção e reprodução.

Segundo o IPHAN (2017), os instrumentos utilizados para a salvaguarda dos bens culturais intangíveis foram construídos e aplicados levando em consideração sua natureza processual e dinâmica.

Com relação à INRC, essa se constitui enquanto metodologia de pesquisa ou procedimento de investigação em que o objetivo principal é produzir conhecimento sobre os marcos e referências de identidade de determinado grupo social.

tal metodologia possibilita: 1) auxílio, quando for o caso, à instrução dos processos de registro; 2) promoção do patrimônio cultural imaterial junto à sociedade; 3) orientação para ações de apoio e fomento a bens culturais em situação de risco ou de atendimento a demandas advindas do processo de inventário; 4) tratamento e acesso público às informações produzidas sobre esse universo (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p. 20).

² Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.

Dividida em três etapas (levantamento preliminar, identificação e documentação), é composta por atividades de planejamento da pesquisa, elaboração de plano de trabalho, formação das equipes e capacitação, preparação de metodologia e instrumentos de pesquisa, pesquisa em campo com aplicação dos instrumentos de pesquisa (realização de entrevistas, reuniões, questionários), além da documentação audiovisual. Na etapa final, é realizada sistematização das informações, elaboração das publicações, promoção e divulgação dos resultados.

Com relação ao registro, define-se este como instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio intangível, que requer pesquisa documental e de campo, mobilização e consenso social sobre motivações e propósitos; argumentação sobre o valor patrimonial da expressão cultural; diagnóstico sobre vulnerabilidade e recomendações para salvaguarda do bem cultural, finalizando com inscrição do bem em um dos livros do Patrimônio Imaterial (Celebrações, Lugares, Saberes ou Formas de Expressão).

As propostas de registros definem-se no movimento coletivo da própria sociedade. Recebidas pelo IPHAN e avaliadas em caráter preliminar, se julgadas procedentes, são encaminhadas para instrução. A instrução dos processos de registro – a elaboração dos dossiês de registros – é sempre supervisionada pelo IPHAN. Consta de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente. [...] Realizada a instrução do processo, o IPHAN emite parecer publicado no Diário Oficial da União. Após 30 dias, que acolhem eventuais manifestações da sociedade sobre o registro, o processo é encaminhado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para deliberação. [...] Um critério-chave para a legitimidade de qualquer pleito ao registro é a sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p. 20).

O foco do registro está em documentar, com técnicas específicas, a continuidade histórica da manifestação, buscando captar diversas características que o bem cultural apresenta ao longo do tempo, possibilitando avaliação de suas modificações e tornando acessível ao público as informações coletadas e registradas.

Conhecendo procedimentos adotados no registro e no INRC, fazemos algumas observações:

- Em ambos prevalece noção de referência cultural, concepção em que sentidos e valores atribuídos aos bens culturais são determinados pelos grupos e comunidades;
- O INRC tem, por finalidade, identificar e mapear bens tangíveis e intangíveis constituídos enquanto referência cultural, uma vez que o Registro proporciona o reconhecimento de determinado bem cultural como patrimônio cultural imaterial brasileiro;
- Essas ações têm, como principal produto, a criação e sistematização de grande quantidade de informação patrimonial, que contribui diretamente para o conhecimento das especificidades dos bens para o planejamento de ações de preservação e salvaguarda;
- Apesar da grande quantidade de informação patrimonial produzida e do objetivo de disponibilizá-las para acesso ao público, através do Banco de Dados de Bens Culturais Imateriais Registrados, criado por exigência do Decreto 3551/2000, o número de acessos registrados até a última vez que visitamos o site era de quatro mil, como pode ser observado na Figura 1 abaixo:



Figura 1. Banco de Dados de Bens Culturais Imateriais Registrados

A crítica de nossa análise no banco de dados recai sobre dois aspectos: o número de acessos e sua arquitetura da informação. No primeiro, não foi possível localizar data de criação do banco de dados no próprio site do IPHAN, porém, por meio do site MatrizPCI³ verificou-se que foi lançado em 10 de agosto de 2010, somando, em sete anos de atuação, apenas 4 mil acessos. Considerando os dados supracitados, o site possui uma média 1,58 acessos diários. Com relação à estrutura do site, foram identificadas dificuldades relacionadas a organização das informações no banco de dados e localização dos itens, também foram percebidas dificuldades relacionadas a estrutura de navegação em camadas de páginas. Também identificamos problemas para recuperação de informações por meio do sistema de busca. O que ora expomos extrapola os objetivos do presente texto, mas indica a necessidade de estudos posteriores com foco na Arquitetura da Informação do referido ambiente.

Diante dessas percepções, permanece o questionamento: de que maneira os pressupostos teórico-metodológicos da Ciência da Informação podem contribuir no campo patrimonial, para coleta, registro, disseminação e acesso da informação patrimonial? Para tanto, traremos na próxima seção algumas reflexões.

INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO: NOTAS NO ÂMBITO DA CI

Os debates acerca da informação, memória, cultura e patrimônio encontram-se consolidados no campo de CI, através da sua institucionalização nos grupos de trabalho da associação de pesquisa e nos programas de Pós-Graduação da área, também como reflexo pelo grande número de produções teóricas sobre suas interações, discursos, representações e fluxos.

Em suas reflexões sobre esses temas, Azevedo Netto (2008) afirma que, nos processos de preservação cultural, é demandada uma série de questionamentos (quais, quem e para quem os patrimônios são preservados?), na qual o principal instrumento de preservação que se pode dispor é a informação, uma

³ Site sob a tutela do Governo de Portugal, com recursos em língua portuguesa para difusão de boas práticas e valorização do Património Cultural Imaterial e sistema de informação de suporte ao *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*.

vez que experiências na atualidade têm mostrado que os patrimônios selecionados a serem preservados foram fruto de estudos, tendo suas informações repassadas e incorporadas pelas populações de entorno.

Considerando o objeto de estudo da CI e sua responsabilidade social oriunda de processo cultural (desenvolvimento científico da sociedade) e estabelecida através de representações que abarcam sua assimilação e reprodução (MARTINS e MORAES, 2012; DODEBEI, 2002), e pensando nas atuais metodologias do IPHAN para salvaguarda do patrimônio intangível, que têm como foco documentar informações sobre os bens culturais estudados, ao trabalharem com a coleta e registro de informação patrimonial, verificamos uma das correlações e possibilidades de contribuição da área para a preservação da memória cultural, através da organização e tratamento da informação.

Para isso, evocamos as discussões dos processos de representação realizadas no campo da CI que, segundo Alvarenga (2002), estão divididos entre representação primária, feita pelo autor, e representação secundária, realizada em unidades de informação para organização e recuperação em sistemas documentais. Entre esses processos de representação, abarcariam três momentos distintos que, segundo ela, compreenderiam a produção dos registros do conhecimento, organização dos sistemas de informação documentais e acesso às informações pelos usuários.

Ao lidar diretamente com processos de representação dos bens culturais e ter como produtos documentos (dossiês) sobre os bens culturais, essas ações institucionais de identificação, salvaguarda e socialização do patrimônio cultural colocam a informação como elemento central, tanto no que se refere aos atributos dos bens culturais, quanto sua representação no âmbito da documentação produzida sobre eles. Nesse sentido, o campo de estudos da organização e tratamento da informação, sobretudo os referentes à representação, poderia contribuir para o aprimoramento da representação da informação no âmbito do INRC e do registro, colaborando, por conseguinte, na recuperação de informações e na disseminação e apropriação da informação patrimonial.

Além disso, as reflexões no âmbito dos sistemas documentários também poderiam contribuir para a salvaguarda, acesso e uso, uma vez que se referem aos sistemas resultantes das atividades documentárias, ou seja, atribuição de significados com o fim de orientar usuários em seus processos de busca e uso de informação (ORTEGA, 2013).

METODOLOGIA

De acordo com Aquino (2013), pensar-conhecer-agir sobre a realidade social é tarefa do/a pesquisador/a. No âmbito da CI essa tarefa ganha especificidades, pois o fazer da pesquisa significa idealizar prática sociocultural de interação do pesquisador com seu objeto (informação), contextualizando-a e mobilizando seu potencial cognitivo para organizá-la, selecioná-la, interpretá-la, ressignificá-la e atribuir sentidos, tendo em vista atender demandas sociais, culturais (diversidade cultural e institucional) e pessoais (reconhecimento, aprendizado e construção de significados dos sujeitos/pesquisadores sobre a ciência).

Considerando essa tarefa, na clareza de suscitar os debates e refletir acerca do nosso questionamento, que visa compreender de que maneira os pressupostos teórico-metodológicos da Ciência da Informação podem contribuir no campo patrimonial, temos como objeto de estudo a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o instrumento de salvaguarda, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Para alcançarmos os objetivos propostos, faremos pesquisa bibliográfica ao utilizarmos o aporte teórico da CI. Buscando maior número possível de informações e detalhamento sobre o tema, recorremos à análise documental como técnica para identificação, reconhecimento e análise da metodologia de inventário de referências culturais, perfilhando seus sentidos sociais e institucionais, uma vez que, segundo Souza (2011), mostrou-se como técnica eficaz para subsidiar estudos que utilizam abordagem qualitativa a fim de compreender cientificamente os fenômenos sociais da atualidade.

REFLEXÕES FINAIS

A produção e sistematização de informação patrimonial são essenciais para garantia e salvaguarda de bens culturais, sobretudo quando nos referimos aos bens culturais intangíveis. Dentro do campo da CI, as discussões que remetem a essas temáticas ganham força em consonância com a preocupação em âmbito institucional (sob a forma de políticas públicas), o que nos oferece terreno propício para trazer reflexões de cunho teórico-metodológico, considerando aproximação e múltiplas intersecções existentes.

Ortega (2013), ao tratar o objeto de estudo da CI quanto à sua finalidade, coloca que essa seria contemplar as necessidades humanas de informação⁴ e defende que o objeto da Ciência da Informação relaciona-se, então, à intervenção realizada entre a produção e o uso de informação, por meio da elaboração de registros ou inscrições, e das demais atividades que possibilitam a permanência destes registros para acesso e usos posteriores.

Se pensarmos nesses termos, teremos a necessidade de informação acerca dos bens culturais, presentes no INRC e no registro do IPHAN. O objeto da CI seria a informação patrimonial, permeada pelas atividades que compõem área de organização e tratamento, uma vez que, por meio delas, seria possível ter contribuições visando o aprimoramento das representações dos bens culturais, repercutindo, por conseguinte, na recuperação, acesso, uso e apropriação das informações relativas às referências e patrimônios culturais alvos de salvaguarda.

Com isso, acreditamos que alguns dos desafios no acesso ao patrimônio cultural, como o apresentado sobre a base de dados do IPHAN sobre os bens culturais registrados, possam ser superados, garantindo que a preservação da memória e a salvaguarda do patrimônio cultural sejam cada vez mais efetivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarenga, L.. (2001, dezembro). A Teoria do Conceito revisitada em conexão com Ontologias e Metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. DataGramZero, 6. http://www.braptci.ufpr.br/braptci/_repositorio/2010/01/pdf_adf84bf8a1_0007457.pdf

⁴ “inerentes a todo ser humano, e relativas a aspectos de ordem científica, educacional, utilitária, de entretenimento, estética, profissional, outras” (ORTEGA, 2013, p. 152).

Aquino, M. A. (2013). Ciência e método: elementos para reflexão nas pesquisas em Ciência da Informação. In.: Aquino, M. A., Oliveira, H. P. C., Lima, I. F. (Org). Experiências metodológicas em Ciência da Informação (pp. 19-47). João Pessoa: Editora da UFPB.

Netto, C. X. A. (2008). A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica. *Transinformação*, 20(1), 47-58. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862008000100004>

Fonseca, M. C. L. (2001). Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação (pp. 11-21). Brasília: IPHAN.

Castriota, L. B. (2009). Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume.

Fonseca, M. C., & Cavalcanti, M. L. D. C. (2008). Patrimônio Imaterial no Brasil. Legislação e Políticas Estaduais. Brasília: Instituto Brasileiro de Educação e Cultura.

Dodebei, V. (2002). Tesauro: linguagem de representação da memória documentária. Intertexto.

Autor, A. A., Autor, B. B., & Autor, C. C. (Ano). Título do trabalho. In Título do evento (páginas). Cidade, Estado/País: Editora.

Martins, G. K., & Netto, C. X. A. (2011). Representação da informação e preservação da memória: mapeamento conceitual do patrimônio imaterial brasileiro. In: ISKO Brasil - Congresso Brasileiro de Representação e Organização do Conhecimento (pp. 122-136). Brasília, DF. ISKO Brasil.

Ortega, C. D. (2013). Ciencia da Informação: do objetivo ao objeto. In: Rojas, M. Á. R. (Org.). El objeto de estudio de la bibliotecología/documentación/ciencia de la información: propuestas, discusión, análisis y elementos comunes (pp. 151-177). México: Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información/UNAM.

Pelegrini, S. D. C. A., & Funari, P. P. A. (2008). O que é patrimônio cultural imaterial. Brasiliense.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-10 – Informação e Memória

VOZES DA TRADIÇÃO: INFORMAÇÃO, ORALIDADE E MEMÓRIA EM JUAZEIRO DO NORTE

Vitória Gomes Almeida (Universidade Federal da Paraíba)

Izabel França de Lima (Universidade Federal da Paraíba)

VOICES OF TRADITION: INFORMATION, ORALITY AND MEMORY IN JUAZEIRO DO NORTE

Modalidade da Apresentação: Pôster

Resumo: Discorre sobre as múltiplas relações acerca da informação, da oralidade e da memória a partir das vozes dos mestres de cultura em Juazeiro do Norte. Para tanto, objetiva abordar uma dimensão teórica acerca da voz, assim como correlacioná-la ao campo de estudos da informação a partir das discussões sobre memória, informação e linguagem. Utiliza o caminho metodológico da História Oral para coleta e descrição dos saberes, fazeres e memórias dos atores/testemunhas da cultura de Juazeiro do Norte, em consonância com um quadro teórico, construído como referencial para análise das tradições culturais. Dentro do contexto analisado pudemos perceber um pouco das dinâmicas das vozes e das memórias, e nesse sentido reforçamos a importância de ouvir os detentores desses saberes e tradições, visando o estudo e registro de seus bens intangíveis, bem como da importância do compartilhamento dos resultados de pesquisa, com o intuito de se criar ações e políticas públicas culturais que possibilitem sua salvaguarda. Conclui que falar da voz (e as questões relativas à oralidade/vocalidade), seus usos e diferentes concepções, significa se referir a um território volante, movediço e extremamente dinâmico da qual não se pode falar sem remeter indissociavelmente às questões de memória, identidade, intercâmbio de informação (transmissão dos saberes).

Palavras-Chave: Memória; Tradições culturais; Oralidade.

Abstract: It discusses the multiple relations about information, orality and memory from the voices of the masters of culture in Juazeiro do Norte. To do so, it aims to address a theoretical dimension about voice, as well as to correlate it to the field of information studies from the discussions about memory, information and language. It uses the methodological path of Oral History to collect and describe the knowledge, actions and memories of the actors / witnesses of Juazeiro do Norte culture, in accordance with a theoretical framework, built as a reference for the analysis of cultural traditions. Within the analyzed context we could perceive some of the dynamics of voices and memories, and in this sense we reinforce the importance of listening to the holders of these knowledge and traditions, aiming at the study and registration of their intangible assets, as well as the importance of sharing the results of Research, with the intention of creating actions and public cultural policies that make possible its safeguard. It concludes that speaking of voice (and questions about orality / voice), its

uses and different conceptions, means referring to a moving, moving and extremely dynamic territory from which one can not speak without inextricably remitting the questions of memory, identity, Exchange of information (transmission of knowledge).

Keywords: Memory; Cultural traditions; Orality.

1 INTRODUÇÃO

Informação, cultura, memória, oralidade são diferentes conceitos, que a primeira vista têm em comum o fato de serem termos polissêmicos, possuírem grande complexidade e serem objetos de estudos de diferentes disciplinas e campos do conhecimento, através de distintas abordagens e perspectivas.

Enquanto uma ciência social, a Ciência da Informação (CI) também faz uso desses conceitos, na qual a informação ocupa a centralidade do debate. Porém o que percebemos, é que de todos esses, a voz/oralidade é a única que ainda possui tímidos estudos no campo, ainda que falar em oralidade signifique falar em um elemento da cultura, conceito esse amplamente incorporado nos estudos da informação.

Na oralidade a memória (lembraça) exerce um papel fundamental, garantindo que o que é dito pela voz, seja retido, recriado e repassado através da performance, incorporando novos elementos e fazendo parte de um sistema cíclico. Pensando no contexto de Juazeiro do Norte, que abriga diversas manifestações religiosas, culturais e artísticas, nos propomos a discutir a questão da memória e oralidade, a partir dos mestres da cultura e brincantes presentes na cidade.

Dentre as razões que motivam a escolha do objeto e a pesquisa nesse campo, destaca-se a preocupação de garantir a pluralidade e visibilidade de determinados acervos/produções culturais como objeto de estudo da área, bem como o conhecimento da situação de vulnerabilidade em que vivem os detentores e produtores do patrimônio cultural dessa região.

Para tanto abordaremos uma dimensão teórica acerca da voz, tendo em vista nosso objeto de estudo, assim como correlacionaremos ao campo de estudos da informação a partir das discussões sobre memória.

Ao trabalhar com elementos da cultura e buscando alcançar uma perspectiva poli epistemológica, nosso objeto de estudo se enquadraria no que González de Gomez (2000) define como dimensão semântico-discursiva, que requer estratégias metodológicas descritivas e interpretativas. Para tanto, será utilizado o caminho metodológico da História Oral para coleta e descrição dos saberes, fazeres e memórias dos atores/testemunhas da cultura de

Juazeiro do Norte, em consonância com um quadro teórico, construído como referencial para análise das tradições culturais.

2 DESENVOLVIMENTO

Falar da voz, seus usos e concepções significa referir-se a um território volante e movediço, que se liga aos aspectos das mudanças culturais, poéticas orais e hibridações (oralidade-escrita), em que verificamos como os processos históricos agem em sua estrutura, bem como em suas significações e relações (produtor-receptor-pesquisador).

Para compreender melhor esse fenômeno, recorremos a Zumthor (1993) que encaminha seus estudos para a historicidade e usos da voz a partir de uma análise da produção literária medieval.

Por razões oriundas da própria dinamicidade da voz, ele considera que esta “ultrapassa a palavra. [...] A voz não traz a linguagem: a linguagem nela transita sem deixar traço” (ZUMTHOR, 1997, p. 13), e sendo assim, prefere o termo vocalidade à oralidade.

Considerando esses elementos, Alcoforado (2007) considera que o texto oral é simultaneamente um texto artístico e um texto etnográfico, mantido na memória do seu transmissor, que o ajusta ao universo cultural do seu grupo.

Faz-se em nosso ver enquanto um texto artístico, pelas complexas redes criativas em que se constituem as poéticas orais, e, etnográfico por evocar, agenciar e representar os elementos da cultura e da memória do universo do qual faz parte.

Esses e outros elementos podem ser percebidos no momento da performance. Segundo Zumthor (1997), essa corresponderia a uma ação complexa pela qual a mensagem poética é transmitida e percebida, redefinindo os eixos da comunicação social, ao unir o locutor ao autor e a situação à tradição.

Como uma sequência de operações, Zumthor (1997) enumera cinco fases que compõe à performance: 1 – produção, 2 –transmissão, 3 – recepção, 4 – conservação e 5 – repetição, na qual todas correspondem a operações orais-auditivas, com exceção da quatro que é unicamente memorial; as fases dois e três equivalem a formas de transmissão oral (porque acontece no presente da performance) e as fases um, quatro e cinco correspondem a tradição oral (porque o foco está na duração).

Nesse sentido, tecemos algumas observações: na performance, corpo, voz e público são elementos com uma rica carga semântica, em que a poética oral apresentada é dinâmica e

inacabada, decorrente da interação existente entre esses elementos, que a atualiza e enriquece a cada apresentação.

A segunda consideração evoca aspectos da tradição e da memória, já que conforme Zumthor (1993) a função primária da voz é reunir na performance o real, onde a necessidade da memória se coloca como essencial duplamente: coletivamente, como fonte de saber, e para o indivíduo, enquanto aptidão, para esgotar e enriquecer.

Tal assertiva nos leva a terceira observação, que se resume a conclusão de que não podemos falar da voz sem falar em memória, que existente na memória individual e fortalecida e na memória coletiva, compõe-se ao longo do tempo, enquanto tradição (oral).

Nesse sentido poderíamos compreender as poéticas orais, como obras de caráter sonoro, proferidas através da voz, ao mesmo tempo, que se constituem como expressão do coletivo, pois representam as histórias, saberes e identidades dos lugares por onde vive e transita o poeta, que os apresenta para um público.

Pensando no contexto do Cariri cearense, território no extremo sul do estado do Ceará, que carrega o título de ser um caldeirão cultural , ao abrigar manifestações religiosas, culturais e artísticas expressas em diversas linguagens e formas de expressão da cultura popular como cantorias, reisados, lapinhas, xilogravuras, cordel, artesanatos, romarias, renovações, grupos de penitentes, entre outros, observamos na prática os elementos acerca da performance e da memória.

Começamos por trazer a fala de Mestre Expedito, que é bastante conhecido pelo seu saber acerca da musicalidade das diversas manifestações culturais da região: pifeiro, Mateus¹, brincador de reisado e mestre da banda cabaçal Santo Expedito, ele afirma

...eu faço sessenta e um ano de cultura aqui no Juazeiro. Uma banda de pife que é dos meus avô [sic], muito antiga, de 1901, começou do meu vô pra cá, passou pro meu tio², eu aprendi com meu tio em 1956 [...]eu já tô [sic] no fim, mas sei que já passei meu saber pra muitas pessoas"³.

Da arte carregada e transmitida pelo mestre, é preciso fazer algumas observações. Para ser considerado mestre de uma banda cabaçal ou mestre pifeiro, é preciso deter saberes

¹ Responsável pelo riso, por ser a figura cômica no Reisado, este personagem pode ser compreendido como “uma mistura de vaqueiro, oficial e cangaceiro, sempre com versos e embolados na ponta da língua. Desdentado e de cara preta [...] sua figura é um estandarte do sertão, estampando, não só a história do Brasil, mas a do mundo arcaico e medieval” (CASTRO; SOUSA, 2008, p. 4).

² João Marques de Souza, fundador da banda cabaçal.

³ Gravação realizada no Centro Cultural do Banco do Nordeste – Cariri, no dia 23 de março de 2017, durante a realização do projeto Pífanos em parceria com o Ministério da Cultura.

sobre como tocar os instrumentos (pife/pífano/pífaros, zabumba, caixa/tarol e prato) bem como das técnicas de fabricação.

Esses saberes são obtidos dentro de um contexto familiar ou da comunidade, em que a memória sobre os saberes e as práticas culturais são transmitidas através da voz. O mestre se constitui então, com a característica de ser um músico autodidata (suas referências encontram-se por pertencer a uma família ou comunidade de pifeiros), em que domina a arte do improviso (momento da performance que geralmente ocorre a movência).

Outro mestre que nos possibilita compreender, como se dão os processos de transmissão de informações de uma manifestação cultural por meio da oralidade é Aldenir Callou, mestre de Reisado⁴ que carrega e mantém presente essa tradição na região do Cariri há mais de 60 anos, cujos saberes também aprendeu com seu tio, que também era brincante. Aldenir, quando perguntado sobre a autoria das peças, sempre responde: “essa peça foi nós que fez [sic], mas outras a gente aprende”. Em outro momento, ele conta:

Eu sou o mestre, aí vamos brincar um reisado na serraria, que é um lugar que tem aqui na frente, e nós somos convidados pra assistir. Aí nós vamos assistir, prestar atenção nas peças deles, nos gestos deles, na educação deles, no jogo de espadas... aí a gente pega lá e traz pra aqui... Mas aqui quase todas é nós que faz. A gente quase não usa peça de ninguém, porque é em outra entoalidade...⁵

É importante dizer que algumas peças cantadas pelo Mestre, já tinham sido registradas em obras sobre o Reisado como sendo de outros “autores” ou cantadas por outros grupos, apresentando pequenas modificações. De sua fala, podemos destacar o processo de constante (re) criação, em que o Reisado por ser parte das tradições de bases orais, está envolto, que evidenciam questões relativas à voz, a musicalidade, a performance, a improvisação, a rima, mas sobretudo, a memória.

Compreendemos que na oralidade a memória exerce um papel fundamental, uma vez que é por meio dela que se garante que aquilo que é dito pela circularidade da voz e da improvisação, seja retido e repassado, incorporando novos elementos e fazendo parte de um sistema cíclico que revela a intrínseca relação existente entre ambos.

⁴ Ele é, a um só tempo, tiro, auto-épico, brincadeira de terreiro, cortejo de brincantes, ópera popular e teatro tradicional. É rito porque encena o mito de origem do mundo cristão popular, com o nascimento do Divino. Auto-épico porque se dá em roda, com a participação ativa da comunidade. Cortejo popular porque as diversas linguagens artísticas (música, teatro, dança, artes visuais – nos figurinos e adereços), numa só apresentação (BARROSO, 2008).

⁵ Entrevista realizada em fevereiro de 2016.

Compreendemos então, que discutir acerca da oralidade significa remeter indissociavelmente a memória, e que esta por sua vez, se relaciona com a informação “na medida em que um determinado conjunto de informações referente ao passado de determinadas expressões culturais, é reunido e relacionado entre si, sendo constantemente construído e reinterpretado” (ALBUQUERQUE et al, 2016, p. 31).

Por fim, salientamos que ao discutir acerca da oralidade e memória, a informação pode ser pensada através de suas inter-relações com a linguagem, que para Silva (2014) é transmediadora. Verifica-se como características da linguagem o fato de ser um fenômeno agregado ao ser humano, que se constrói por meio de suas relações e experiências, configurando-se como sua extensão e uma forma mediadora entre este e sua mente, ou seja, a linguagem contribui para a concretização da informação e auxilia na condução dos processos das relações sociais (SILVA, 2014).

A voz e suas tradições também se relacionam com a informação por meio de sua pragmática, em que ambas se interligam pela necessidade de serem construídas e apropriadas pelos seres humanos para a produção de sentidos (SILVA, 2014).

Nesse sentido as tradições culturais enquanto uma antiga forma de comunicação cultural acompanham a história da humanidade. Progredindo junto com o desenvolvimento dos indivíduos e sociedades, ganhou ao longo do tempo diferentes formas de expressões (cantos, poesias, performances teatrais, contações de histórias) disseminando informações e transmitindo memória num processo cíclico e contínuo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em memória é falar sobre recordar, esquecer, lembrar, pertencer. É, falar sobre aquilo que fornece as bases para nossa identidade seja enquanto indivíduos, seja enquanto grupos e coletividade.

Compreendemos que na oralidade a memória exerce um papel fundamental, uma vez que é por meio dela que se garante que aquilo que é dito pela circularidade da voz e da improvisação seja retido e repassado, incorporando novos elementos e fazendo parte de um sistema cíclico que revela a intrínseca relação existente entre ambos.

Trazer reflexões acerca das tradições culturais, oralidade e a memória contida nesses bens culturais mostra-se como uma necessidade, uma vez que detentores de saberes tradicionais convivem com múltiplos fatores, que nem sempre favorecem a existência de sua

identidade cultural, e os estudos podem fornecer subsídios para o desenvolvimento de ações para a sua salvaguarda a partir da compreensão de suas dinâmicas e (re)configurações.

Dentro do contexto analisado pudemos perceber um pouco das dinâmicas da voz e da memória, e nesse sentido reforçamos a importância de ouvir os detentores desses saberes e tradições num duplo sentido: de ouvir suas memórias, fazendo o estudo e registro desses bens intangíveis, contribuindo para o surgimento de novas pesquisas, reflexões e perspectivas, assim como de ouvi-los a fim de compreender suas demandas e necessidades com o objetivo de se criar ações e políticas públicas culturais que tragam benefícios para as pessoas e grupos que as mantêm cotidianamente, e dessa forma, múltiplos seriam os ganhos: para os grupos e para a sociedade em que estes bens culturais estão inseridos.

Por fim, reforçamos as tênues ligações existentes entre a oralidade, a memória e a identidade, que remetem umas às outras. Fortalecer as tradições orais por meio dos mestres de tradição e da transmissão dos saberes e memórias que estes detêm, é fortalecer aquilo que se constitui enquanto referências na cultura e que compõe a identidade dos grupos sociais a qual pertencem, e nesse sentido, é fortalecer, aquilo que se constitui enquanto seu patrimônio.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de et al. **Na memória da tradição:** fontes de informação na literatura de cordel. João Pessoa: UEPB; UFPB, 2016.
- ALCOFORADO, Doralice. Oralidade e Literatura. In: **Oralidade e Literatura:** outras veredas da voz (Org.). FERNANDES, Frederico. Londrina: EDUEL, 2007.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez. 2000.
- SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Múltiplas interpolações da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos.** 2014. 490f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Orientadora: Profa Dra Henriette Ferreira Gomes.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a Voz:** a “literatura” medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ZUMTHOR, Paul. **Introdução a poesia oral.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

XIX
ENANCIB encontro nacional
de pesquisa em
ciência da informação

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-10 – Informação e Memória

TRADIÇÕES CULTURAIS NO CARIRI CEARENSE: memórias, poesia e performance

Vitória Gomes Almeida (Universidade Federal da Paraíba)

Izabel França de Lima (Universidade Federal da Paraíba)

CULTURAL TRADITIONS IN CARIRI CEARENSE: memories, poetry and performance

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Discute o desenvolvimento da cultura e da salvaguarda da memória diante dos processos de desigualdade e exclusão social, a partir dos mestres da cultura e brincantes de tradições culturais do Cariri cearense. Para tanto, reflete acerca dessa questão objetivando diagnosticar a situação das tradições culturais do Cariri cearense, tendo em vista as dimensões socioeconômicas e institucionais que permeiam sua salvaguarda. Realiza o estudo através de ferramenta metodológica da História Oral, por meio de entrevistas semiestruturadas, feitas com os mestres e brincantes, assim como gestores das instituições de cultura da região. Esse estudo, também utiliza o instrumental teórico crítico da Ciência da Informação para a reflexão acerca da memória, em suas dinâmicas, representações e ações de preservação no âmbito do Cariri cearense. Por fim, identificam que as ações desenvolvidas autonomamente pelos mestres e brincantes sobrepõem-se as ausências da gestão pública, mantendo vivas nas comunidades, as suas manifestações culturais e consequentemente os elementos da memória e da identidade. Nesse sentido, conclui que é preciso ouvir os mestres e brincantes, visando entender suas demandas para aplicá-las sob a forma de políticas, assim como destaca as múltiplas possibilidades de estudos e de aplicações práticas no âmbito da CI, no que se refere às tradições culturais e a salvaguarda dos patrimônios intangíveis.

Palavras-Chave: Tradição cultural; Memória; Oralidade; Patrimônio intangível.

Abstract: It discusses the development of culture and the safeguarding of memory in the face of the processes of inequality and social exclusion, based on the masters of culture and of the cultural traditions of Cariri Cearense. In order to do so, it reflects on this question with the objective of diagnosing the situation of the cultural traditions of the Cariri of Ceará, considering the socioeconomic and institutional dimensions that permeate its safeguard. It carries out the study through methodological tool of Oral History, through semi-structured interviews, made with the masters and students, as well as managers of the cultural institutions of the region. This study also uses the critical

theoretical instrument of Information Science for the reflection about memory, in its dynamics, representations and actions of preservation within the scope of the Cariri of Ceará. Finally, they identify that the actions developed autonomously by the masters and jokers overlap the absences of public management, keeping alive in the communities, their cultural manifestations and consequently the elements of memory and identity. In this sense, he concludes that it is necessary to listen to the masters and students, in order to understand their demands to apply them in the form of policies, as well as highlights the multiple possibilities of studies and practical applications within the scope of CI, with regard to the traditions and the safeguarding of intangible assets.

Keywords:Cultural tradition; Memory; Orality; Intangible heritage.

1 INTRODUÇÃO

O Cariri destaca-se no interior do Ceará como um território de características geoambientais diferenciadas, como também pelo processo de formação sócio histórica que o faz ser um lugar de memórias e de encontro de culturas, com a maior pluralidade e diversidade que esses termos possam significar.

As lendas indígenas do povo Kariri, se misturam as crenças do catolicismo popular e as práticas ligadas a presença afrodescendente no estado, podendo ser percebidas na identidade regional através das crenças, expressões linguísticas, práticas e manifestações culturais.

Tais manifestações encontram-se “dispersas em livros, poemas e contos populares, encontram-se fragmentadas e mescladas com narrativas religiosas judaico-cristãs e com as afro-brasileiras” (CARIRY, 2001), compondo culturas híbridas no interior do Ceará se usarmos a denominação de Canclini (2006), em que as tradições culturais de diferentes origens coexistem com o que ele chama de modernidade inconclusa.

Considerando a complexidade dos fenômenos culturais oriundos do contexto citado, coloca-se como intuito desse estudo, diagnosticar a situação dos mestres da cultura e brincantes, e a efetividade das políticas existentes para esse segmento, considerando os aspectos de salvaguarda da memória.

Nesse sentido, traz o campo de pesquisa do Cariri cearense, a partir das experiências, memórias e saberes dos mestres e brincantes de tradições culturais, coletadas e transcritas através de entrevistas, participação de eventos e terreiradas.

As informações obtidas são analisadas a luz dos estudos da voz, memória e dos estudos culturais, a partir da realidade do Cariri cearense, no qual buscaremos trazer novas reflexões sobre o tema, a partir da Ciência da Informação (CI).

2 METODOLOGIA

Pensando então que as Ciências Sociais apresentariam complexas e múltiplas estratégias metodológicas, González de Gómez (2000) aponta que a Ci encontra essa característica duplamente (caráter poliepistemológico): primeiramente por incorporar das Ciências Sociais seu traço identificador, e posteriormente, pela configuração social dos regimes de informação.

Segundo ela, essa característica poliepistemológica, faria com que a informação enquanto objeto de estudo estivesse perpassada por três dimensões: semântico-discursiva, meta-informacional e infraestrutural. Ao trabalharmos com elementos da cultura, nosso objeto de estudo se enquadraria na dimensão semântico-discursiva, requerendo estratégias metodológicas descritivas e interpretativas, próprias da antropologia, sociolinguística, estudos sociais da ciência, entre outras.

Por essa razão recorremos a Geertz (1989) que concebe a cultura sob uma perspectiva semiótica, ou seja, uma teia de significados tecida pela própria sociedade, se constituindo como uma ciência interpretativa em busca de significado, metodologicamente divididos numa descrição densa e de análise.

Para possibilitar a descrição densa, se faz necessário a inscrição do discurso social analisado, que nesse estudo utilizará a História Oral. Este se caracteriza por utilizar narrativas como um meio para a compreensão da realidade, uma vez que lembranças, episódios, experiências são ordenados através da linguagem com um determinado sentido, capaz de explicar o passado e fornecer explicações para fatos da atualidade (ALBERTI, 2004).

O trabalho com história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com [...] testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. [...] trata-se do registro de uma interação social (entre entrevistado e entrevistador); [...] de uma ou mais versões da história de vida do entrevistado; [...] o texto reúne uma variedade de informações, que podem ser verdadeiras ou não (e cabe ao pesquisador indagar-se sobre sua plausibilidade, comparando-as com outras fontes) (ALBERTI, 2004, p. 77-82).

Para a realização da pesquisa, foram aplicados dois roteiros, o primeiro a ser utilizado com os mestres e brincantes das tradições culturais¹ e o segundo roteiro aplicado com os

¹ Abordando questões sobre como, quando e porque se iniciaram como brincantes/mestres, em que contexto (zona rural, urbana), quais as dificuldades enfrentadas, se há incentivo, valorização ou reconhecimento, se

gestores², considerando para análise, os projetos desenvolvidos pelo Centro Cultural do Banco do Nordeste Cariri (CCBNB Cariri), Serviço Social do Comércio (SESC) e Escola de Saberes de Barbalha (ESBA) para os grupos de tradição. Foram entrevistados quatro pessoas de diferentes expressões (Lapinha-Maneiro Pau, Reisado, Cordel e Coco) por sua atuação expressiva no que se refere a manifestação cultural na região. No caso dos gestores, foram entrevistados aqueles que estão à frente das instituições que desenvolvem projetos no âmbito das tradições culturais.

Segundo Aquino (2013), na área da ciência em que estamos inseridos o pesquisador deve ser capaz de dialogar com os diferentes campos do saber, entrelaçando conceitos e refletindo profundamente sobre as mudanças socioculturais existentes na sociedade. É com essa concepção que buscaremos trazer novas reflexões para o campo das vozes e da memória por meio da CI.

3 TRADIÇÕES CULTURAIS NO CARIRI CEARENSE

O Cariri cearense, que carrega o título de ser um caldeirão cultural abriga manifestações religiosas, culturais e artísticas expressas em diversas linguagens e formas de expressão como cantorias, reisados, lapinhas, xilogravuras, cordel, artesanatos, romarias, renovações, grupos de penitentes, entre outros.

Segundo Caixeta (2016), a grande influência na constituição dessas culturas híbridas na região se deve ao Padre Cícero, defendendo que a prática humanista do padre, somada as notícias sobre os milagres com a beata Maria de Araújo, traziam romeiros que eram inventores, artesões, artistas que trocaram e convergiram saberes com mestres locais na música cabaçal, cordel, artesanato, reisado, entre outros.

Essa afirmação é visível no imaginário da região e reproduzida nas suas diversas expressões, pelo qual citamos o poeta Zé Mutuca³, que no folheto “Juazeiro Ontem e Hoje”, afirma a responsabilidade de Padre Cícero na criação do “caldeirão cultural”:

O tempo que padimCiço
Viveu aqui em Juazeiro
Dizia sempre aos romeiros
Aprendam qualquer ofício

vivenciou situação de preconceitos, estigmas e exclusão, se já pensou em desistir da tradição que carrega e se tem medo que ela acabe.

² Questiona como são pensadas e definidas as ações relativas aos grupos de tradição da região, quais políticas e ações estão implementadas atualmente, qual o percentual de investimento, quais manifestações são priorizadas, quais as dificuldades de executar políticas e ações culturais para esse setor.

³ José Edmilson Correia.

Comecem com sacrifício
 Depois a coisa melhora
 confie em Nossa Senhora
 que as bênçãos vem do céu
 procurem fazer chapéu
 e vendam aos que vem de fora
 [...]
 Com essa gente que vinha
 O folclore vei chegando
 e foi se aprimorando
 coisas que antes não tinha
 o reisado, a lapinha
 nos festejos do natal
 dança de maneiro pau
 repentista, trovador
 violeiro, cantador
 e a banda cabaçal

Segundo mestres e brincantes, como Mestre Luiz “[...] o primeiro mestre de reisado de Juazeiro: num foi do meu tempo, não, [...] Porque meu avô falava que o primeiro mestre de reisado de Juazeiro foi meu padimCiço [...] Então reisado é uma coisa sagrada.” Padre Cícero organizava comunidades agrícolas na Chapada do Araripe, onde os sem-terra podiam se estabelecer para produzir alimentos, enquanto na cidade determinava que os pais colocassem os filhos como aprendizes nas padarias, oficinas de sapateiros, ourives, funileiros e ferreiro, entre outros profissionais a quem o sacerdote emprestava recursos para investimentos em ferramentas e equipamentos. Havia o tempo do trabalho e o do folgar, Cícero apreciava e estimulava a participação da juventude nos reisados, lapinhas e bandas cabaçais (CAIXETA, 2016, p. 69).

Mestra Vicença do Reisado Cosme e Damião, também vinda de Alagoas ainda adolescente, conta que sempre quis colocar um grupo de Reisado, e ao chegar a Juazeiro do Norte, foi a primeira coisa que fez. Esses relatos evidenciam os processos de circularidade da cultura, que recebem influências de diferentes lugares, e compõe novos arranjos e reconfigurações onde se territorializa.

É assim que os Reisados, Lapinhas, Cocos, Cordéis, Repentes, Maneiros Paus, Bacamarteiros, Bandas Cabaçais, Guerreiros, compõem hoje apenas algumas das diversas manifestações presentes nesse território, e que ao longo do ano ganham as praças, igrejas e ruas das cidades ao som das zabumbas, pifes⁴ e violas, entoando cantos e firmando passos ensaiados debaixo do sol escaldante da região.

⁴Ou pífanos.

Os/as mestres/mestras e brincantes são os guardiões desses saberes seculares, que como um caleidoscópio, permitem ver as tradições sob diversos prismas. Para encontrá-los longa foi a jornada através de sítios, periferias e bairros distantes nas diferentes cidades do Cariri cearense, seja para realizar a entrevista, seja para participar das terreiradas e cortejos.

Ao chegarmos, nunca faltava o sorriso largo, a gentileza e um cafezinho quente para acompanhar as conversas. Assim aconteceu ao entrevistarmos Zulene Galdino, que recebeu o título do governo do Estado em 2006, mas afirma que na verdade já “nasceu mestre”. Desde criança, foi alertada pelos pais “para o tempo que o povo novo, haveria de se esquecer das [sic] tradição”, sendo incentivada pelos mesmos a manter viva as práticas culturais desenvolvidas por sua família. Inicialmente, ela disse ter ficado temerosa em não conseguir aprender, mas seus pais a ensinaram pouco a pouco, e em 1975 formou seu primeiro grupo de quadrilha.

No começo as brincadeiras aconteciam apenas onde morava na zona rural, os chamados “pé de serra”, à luz do candeeiro e ao som da radiola, até o ano que foi procurada por Seu Elói⁵ com a proposta de levar as quadrilhas para as ruas da cidade do Crato.

Ela conta apontando para Chapada, visível no quintal de chão batido da sua casa que “quando foi no dia certo eu fui, [sic] de pés [...] eu vim lá de cima pra [sic]qui e daqui nós descia com os meninos, [...] tudo cantando, tudo alegre, bom demais! [...] nessa brincadeira, com minhas quadrilhas pela tradição, eu sou campeã 25 vezes”⁶.

O reconhecimento pelo trabalho desenvolvido levou a mestra a se firmar no desenvolvimento de tradições culturais, como a Lapinha⁷, o Maneiro-Pau⁸, Quadrilha e Coco⁹

⁵Fundador e primeiro presidente da Academia de Cordelistas do Crato. Grande incentivador das manifestações da cultura do Cariri Cearense, como as bandas cabaçais, reisados, maneiro-pau e do cordel.

⁶ Entrevista realizada no dia 14 de dezembro de 2017.

⁷ De acordo com o Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira (2017) esse é um folguedo natalino composto de prólogo e atos (bailados, cantos, recitativos e diálogos) em homenagem ao nascimento de Jesus, com personagens variados, mas que sempre possuem mestra, contramestra, Diana, às vezes, anjo e/ou o diabo, entre outros. Disponível: <http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/apresentacao.html>.

⁸ Segundo o Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira (2017), essa é uma dança de conjunto executada por homens, que levam um ou dois bastões de madeira, que se defrontam. Os dançarinos, voltados de frente para seus pares, realizam uma coreografia totalmente marcada pelas batidas dos bastões no chão. Entretanto fazemos uma ressalva de que aqui no Cariri cearense, essa prática não se restringe a homens, existindo grupos formados exclusivamente por *mulheres*.

⁹ O coco, como é praticado atualmente, apesar das variações existentes entre os grupos, mantém a organização em círculo, o uso da “umbigada” para convidar outra pessoa à dança e o coro que responde ao refrão “puxado” pelo mestre. Nesse formato, a brincadeira acontece em torno dos instrumentistas – tocadores e cantadores – que ficam num canto, enquanto as demais pessoas posicionam-se ao seu lado. No centro da roda, um brincante ou um par de brincantes – dependendo do lugar onde acontece – desenvolve a sua *performance*. Essa forma de organização da brincadeira é a mais recorrente nos grupos de coco no Ceará (AMORIM, 2008, p. 66).

com as crianças e jovens da sua comunidade, que já são os filhos e netos daqueles que brincaram com ela décadas atrás, evidenciando que por meio do seu trabalho, multiplicam-se as possibilidades de manutenção das tradições, através da transmissão dos saberes entre diferentes gerações, assim como reforça a confiança depositada pela comunidade, no trabalho por ela desenvolvido. O apoio recebido em sua comunidade se difere do apoio recebido da iniciativa pública e privada:

[...] antigamente não tinha não, mas agora tem do governo [do estado], só que da prefeitura eu nunca vi nada não. [...] ele¹⁰ entrou na secretaria vai fazer um ano, nunca me chamou para nada. Aí agora vai ter o natal e convidou o pessoal do Reisado, me convidou [...] aí vai me pagar seiscentos, desses seiscentos eu tenho que ainda tirar pra pagar o transporte [...] eu disse meu [sic] fí, vai fazer um ano que você é secretário de cultura, e você nunca precisou de mim, nem me chamou pra nada e quando me convida é desse jeito. [...] E é muita criança! Umas vinte e cinco, vinte e seis.

A precarização do serviço público municipal é sempre uma crítica recorrente entre mestres e brincantes. Segundo eles, o problema começa com o valor dos cachês (geralmente muito baixo, pois precisa ser dividido entre todos que estão brincando) até a infraestrutura oferecida para as apresentações.

[...] hoje, os mestre de Juazeiro só num pede [sic] ismola porque num tem um saco. Eu [sic] mermo se eu [sic] encontrá um saco bem ali eu já vou [sic] começá. Porque apoio ninguém tem não. [...] hoje [sic] nós tem o apoio, através do SESC [...] é quem dá o apoio à [sic] nós. Mais ninguém venha dizer a mim que prefeitura, nem de A nem de B nem de C dá apoio á [sic] nós não que aqui se disser a mim, eu digo o prefeito e o governador que eles tão [sic] mintino. Porque eles querem [sic] cumê o que [sic] nós tem. Porque [sic] nós tem, na Secretaria de Cultura do estado do Ceará, não falando só Juazeiro, tem uma verba que, até o ano [sic] trazido, era quinze mil, pra distribuir com os grupo popular [...]. E ninguém nunca vê um real desse dinheiro (MESTRE LUIZ, 2017¹¹).

A reclamação do mestre, responsável pelo Reisado São Luiz, recai na dificuldade de manter o grupo sem quase nenhum auxílio, seja no deslocamento das apresentações, seja para manutenção do grupo (materiais para confecção dos adereços e indumentárias).

Além disso, ao falar que os representantes do governo “querem [sic] cumê o que [sic] nós tem”, refere-se ao constante uso da imagem dos grupos e da expressividade com que a cultura se apresenta na região, para impulsionar economicamente o Cariri cearense, através

¹⁰ Secretário de Cultura do Crato.

¹¹ Gravação realizada no evento Histórias do Fazer produzido pela PROCULT da UFCA, no dia 27 de março de 2017.

do turismo e do comércio. Essa união (cultura e turismo) apropriada pelo discurso institucional¹², ignora e omite as necessidades que os grupos apresentam. Observa-se no Cariri cearense, a noção da cultura como recurso, em que interessam muito mais

os bens culturais – objetos, lendas, músicas – que os agentes que os geram e consomem. Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais a sua repetição que sua transformação (CANCLINI, 2006, p. 211).

Trazemos Canclini (2006), para lembrar que a cultura não se concentra nos objetos, mas nas condições em que são produzidas, consumidas e que interagem. No Cariri cearense, apesar de todos os desafios que se interpõem na execução dessas manifestações culturais, essas tradições resistem através do trabalho de seus mestres e brincantes que garantem a continuidade dessa cultura imaterial e das memórias tecidas em torno dela. Por essa razão o mestre ressalta:

Eu brinco reisado pelo amor que eu tenho ao reisado. [...] Tanto faz você me chamar pra tua casa pra eu [sic] ganhá mil real, como tu me chamar só pra me dá café, e eu vô do mermo jeito. Eu vô alegre do [sic] mermo jeito. [...] Porque eu acho bom é [sic] brincá. Meu prazê, é que nem eu [sic] tô falando, minha cachaça, meu futebol, é meu reisado (MESTRE LUIZ, 2017).

Acerca das dificuldades, o mesmo diz mestra Zulene, que não se configura como impedimento em sua comunidade: “Agora aqui eu não paro não. Ou pouco ou muito, eu invento as brincadeiras com os meninos”. O discurso dos mestres coloca-se na contramão do que foi apresentado pelos gestores das instituições de cultura da região, que afirmam que os mestres só se apresentam mediante o pagamento de cachês e revela “o poder da tradição de se inscrever através das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão na minoria.” (BHABHA, 2013, p. 21)

Outra fala da Mestra Zulene que suscitou reflexões, relaciona-se ao projeto Tesouros Vivos da Cultura da SECULT-CE, uma vez que o processo de escolha dos mestres da cultura cearense é excludente, apesar da relevância que possui.

Em junho do ano corrente, numa cerimônia realizada no Terreiro do Mestre Aldenir, na cidade do Crato, o governador do Ceará, sancionou a Lei que amplia o número de mestres

¹² Como exemplo podemos citar o Geopark Araripe que envolve os municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, com um vasto patrimônio natural, arqueológico e paleontológico. Nessas mesmas cidades, registra-se a presença de inúmeras referências culturais que reafirmam o Cariri como um “caldeirão cultural”.

e mestras a serem contemplados nesse projeto, aumentando de 60 para 80 mestres, que gradualmente serão escolhidos nos anos posteriores.

O problema que apontamos vem do fato de que se considerarmos apenas o Cariri cearense, registram-se inúmeros grupos que excedem em muito a quantidade de mestres a serem contemplados nesse projeto. Nesse caso, ao longo dos anos (e sem previsão de aumentar ainda mais esse número) será concedido a 20 mestres ou grupos o título do governo do estado.

Os demais que não conseguirem se encaixar na política exigida pelos editais ou no atendimento dos critérios estabelecidos, continuarão carentes de auxílio (que obviamente não é sanado com o salário mínimo que é oferecido aos detentores do título, mas que ajuda a abrir portas e constitui-se como um reconhecimento e estímulo para aqueles que a recebem). Além da situação de carência que os demais estarão submetidos, a política como se encontra implementada, acaba ainda por estimular uma competição entre os mestres/grupos.

Outra dimensão que conseguimos perceber nas tradições é seu poder de constituir-se como fortalecedora dos vínculos comunitários e como uma expressão das experiências sociais dos indivíduos que dela participam.

Ayala (2000, p. 249) comenta que em um ambiente de carência, de baixa condição financeira, e negligência em achar soluções para problemas de saúde, educação, moradia e emprego, sobra simultaneamente, uma riqueza no que se refere ao auxílio mútuo, a solidariedade, ao companheirismo nas horas de dor e de alegria.

Esta alternância entre carência e abundância, entre o que falta e o que sobra nem sempre resulta em tensão explícita pela palavra. Esta solidariedade muito grande, fundada em vida comunitária com fortes laços de afetividade que se constrói no dia-a-dia difícil, no mutirão cotidiano da vida em que “uma mão lava a outra”, é responsável pela força que supera as dificuldades e refaz o ânimo através da alegria dos momentos festivos em que se dança, em que se ri, em que se diverte para aguentar as dificuldades de sempre (AYALA, 1999, p. 249).

Numa terreirada realizada em novembro de 2017, no Terreiro Arte e Tradição no Sítio Santo Antônio (Barbalha), onde participaram grupos de coco (grupo Santo Antônio - Mestre Dodô, Coco de Roda Arte e Tradição - Mestre Chico), percebemos a solidariedade e vínculos comunitários, mas também as tradições como um instrumento de *luta e resistência*:

[...] eu costumo dizer que o Coco é a dança da solidariedade [...], e quando a gente percebe essa cultura da solidariedade, de estar junto. [...] Então simbolicamente, quando você tira, o Coco de uma comunidade, aí você

começa a plantar o individualismo, o capitalismo... então, pra nós, **revitalizar o Coco na nossa comunidade, significava recontar a nossa história, significava retomar o mutirões, significava retomar a terra**, porque nossa comunidade ela vive um conflito por conta dessa questão da terra. Então, quando a gente começou a se organizar, uma das coisas que a gente se acertou enquanto grupo, foi que o Coco, a música e a arte ia ajudar a gente nessa luta pela terra, porque quando a gente canta [...] a gente remonta a um tempo dos nossos avós, bisavós, que pra ser o dono da terra não precisava do documento, precisava da necessidade dela, de você plantar, de você colher [...] por isso que a gente [...] tem esse desafio hoje. [...] E aí a gente começou a utilizar o Coco também como essa estratégia pra lutar pela terra, como essa estratégia pra entrar em contato com nossa ancestralidade (MESTRE MANOEL LEANDRO¹³, 2017, grifo nosso).

De sua fala destacam-se vários elementos: 1º conflito entre oralidade e escrita, na qual o primeiro em nome do documento escrito sofre um processo de dominação. Sua comunidade de raízes e práticas orais enxerga a posse da terra a partir da necessidade e uso. Estando eles historicamente situados naquele território, não faz sentido que a posse deles, seja questionada pela existência de um documento que comprove que as eles pertencem; 2º manifestação cultural, como elemento articulador da comunidade, que fornece coesão social para luta e atividades comunitárias como os mutirões, plantio e preparo de alimentos:

Era muito comum na minha comunidade, essa história que o mestre acabou de contar¹⁴ da construção das casas. Quando o pessoal ia construir as casas, eles faziam um mutirão [...] e quando o pessoal ia trabalhar o ritmo era ditado pela canção. [...] Tem uma até que para ilustrar bem isso, por exemplo na casa de farinha quando eles estavam rodando a prensa, [...] eles rodavam no ritmo da canção[...]: Meu cânaro cantador/ Perguntá ao beija-flor/ Qual o pássaro que é advinho/ É o sabiá/ Qual o pássaro que é advinho/ É o sabiá. É como se a gente estivesse vendo uma roda não é, através dessa canção. (MESTRE MANOEL LEANDRO, 2017).

Nos passos, adereços, músicas e canções estão as memórias de fatos históricos, do cotidiano, das lutas e das crenças que podem ser recuperadas como forma de reconstrução dos sentidos dessas experiências sociais vivenciadas pelos indivíduos e coletividades que participam dessas manifestações culturais. Percebemos também que na fala de alguns mestres e brincantes, havia inicialmente uma resistência em fazer parte das manifestações culturais, seja por vergonha, desconhecimento ou desinteresse.

¹³ Mestre do Coco Uroongo, localizado no Chico Gomes na cidade do Crato. Gravação realizada na roda de conversa entre os mestres de Coco, evento Chão da Tradição, realizado pelo CCBNB Cariri, no Terreiro Arte e Tradição no Sítio Santo Antônio, em Barbalha.

¹⁴ Mestre Dodô.

Eu quando era adolescente, eu tinha vergonha de assistir uma apresentação de Coco, de Reisado. Por exemplo, quando eu ia pra praça, que tivesse uma apresentação e eu tivesse assistindo, e viesse algum amigo meu, eu me afastava, pra não dizer que [sic] tava vendo uma apresentação. [...] E aí mudou na minha vida, a partir de quando eu cursava, acho que o primeiro ano do colégio estadual, eu devia ter uns dezesseis anos. Tinha uma mostra cultural, e eu acho que eu nunca tinha visto uma banda cabaçal tocar, e aí nessa mostra cultural levaram os irmãos Aniceto, e aí quando eles começaram a tocar eu [sic] eu fiquei todo arrepiado (MESTRE MANOEL LEANDRO, 2017).

O mestre Manoel Leandro conta, que ao entrar na universidade para cursar Letras, ele começou a questionar as identidades que ele assumia: uma enquanto pertencente de uma comunidade da zona rural e outra enquanto estudante universitário.

Ao tentar conciliar essas identidades conflitantes, ele deu início a um trabalho com os jovens da sua comunidade, e numa dessas primeiras atividades estava a de conhecer a própria história: “quando a gente começou a pesquisar, eu descobri que meus tios-avôs tinham uma banda cabaçal, e foi aí que eu entendi, porque eu me arrepiei. [...] descobri também que minha mãe e minhas tias participavam dos grupos de Coco”.

Sabemos que as manifestações culturais refletem diretamente os modos de vida, de festejo e crenças dos grupos sociais que a executam. Porém para isso, é preciso que haja o conhecimento sobre o bem cultural e os significados em torno dela. Quando isso não ocorre, há um distanciamento dos indivíduos e as práticas culturais de sua própria comunidade.

O cordel entrou na minha vida ainda criança, só que quando criança era uma linguagem muito distante de mim, eu não apreciava não. Quando eu era adolescente, por exemplo, meu pai escutava muito os programas de seu Elói Teles de manhã, e eu odiava porque era muito cedo e eu era adolescente, tava em época de cursinho então pra mim era um saco acordar muito cedo ouvindo cantoria, ouvindo cordel [...] mas aí depois, logo quando eu entrei na faculdade recebi um folheto da Salete¹⁵ “18 de julho”¹⁶, ai eu pensei, olha que interessante né? A pessoa foge, foge e quando chega na universidade tem uma desgraça dessa pra receber. E eu chamava assim mesmo, a minha relação era de afastamento, não tinha identificação nenhuma. Eu sabia que fazia parte de um contexto da família do meu pai e da família da minha mãe [...] mas eu não entendia ainda. Aí quando eu entrei na universidade [...] recebi a proposta de desenvolver um projeto de pesquisa, e aí com esse folheto na mão eu resolvi encarar essa raiva inclusive [...] e trabalhar com o cordel (SANDRA ALVINO, 2017).

¹⁵ Cordelista feminista, professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi professora do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA), e por mais também advogada de mulheres e homossexuais vítima de violência, tendo peticionado em formato de cordel.

¹⁶ <http://cordelirando.blogspot.com.br/2009/10/urca-18-de-julho-foi-no-18-de-julho.html>.

Com esses dois relatos, podemos afirmar que a maneira como se estabelece a relação entre os indivíduos e a manifestação cultural, depende justamente da maneira como esses indivíduos conhecem, percebem e significam a manifestação cultural em questão. A partir dessa relação, é que se define sua valorização (ou não), enquanto elemento da identidade cultural daquela comunidade/população.

Nesse sentido colocamos a importância do trabalho de educação patrimonial, não somente a ser realizado pelos próprios mestres e brincantes em suas comunidades, mas também pelas instituições de cultura e ensino. Há, no entanto, alguns autores que estabelecem uma crítica pela atual forma que a escola vem tentando realizar esse processo:

A escola, uma das instituições mais poderosas da cultura hegemônica, longe de ser um espaço democrático para a reflexão sobre as diversidades culturais de um país, opõe, ridiculariza aqueles que são filhos de pais analfabetos, participantes desse universo da oralidade. Mascara a dominação com o aparente interesse pelo *folclore*, reinventando nas aulas de português, de forma redutora, a tradição de contar histórias. De rico canal de transmissão de experiências, o narrar popular fica limitado a temas engraçadinhos ou a técnicas didáticas para tentar moldar o futuro leitor de histórias escritas. Nas aulas de educação física e de educação artística se faz a *invenção da tradição* de danças populares em soluções estereotipadas, que se cristalizam em esboços mal feitos de passos e gestos que, no contexto original, levam décadas para se construir (AYALA, 1999, p. 249-250).

Diante desses processos, perdem os indivíduos ao desconhecerem e negarem os próprios elementos de sentido que compõem sua identidade cultural, assim como perde a manifestação cultural que em detrimento de fatores como esse, pode ser reduzida a um fragmento da cultura. Com muita clareza desse processo, elucida a cordelista Sandra Alvino:

[...] quando eu era criança estudei a quarta série e o começo da quinta série lá em Petrolina [...] e eles estudam especificamente a história de Pernambuco. Por exemplo, eu vim ver história do Ceará e história do Cariri na universidade. [...] durante o período escolar inteiro, isso simplesmente não existia, eu sabia sobre o resto do Brasil, mas não sabia do meu local, [...] e isso quando adolescente, me fez ter ódio (risos) de Seu Elói Teles [...] porque não fazia parte... mesmo sendo uma estrutura que a minha família tinha como próxima, a minha geração, já não tinha esse apego todo [...] era descontextualizado pra mim esse negócio da tradição [...] hoje tem mais um incentivo nisso, tem programa de tv¹⁷ que valoriza cordel, então hoje você tem os meios mais estabelecidos pra poder divulgar, mas ainda, é assim, muito aquém da potência que merece ser explorado. [...] Por exemplo, um ensino infantil direcionado para os saberes da cidade [...] inserir as crianças nesse contexto, faria toda a diferença [...] eu adoraria ter tido a oportunidade

¹⁷ Programa Ceará DiVerso, da TV Verde Vale.

de vivenciar o que eu hoje faço nas escolas com as crianças, de me utilizar da literatura de cordel para dar aula. [...] você pode brincar, com todo o processo que envolve o cordel, de explicar como eram feitas tipograficamente antigamente [...] tem como envolver a criança por milhões de modos dentro da poética do cordel, e da sua própria estrutura que é um livreto pequeno, é um portifólio de bolso, você pode levar para todo lugar e não é difícil de fazer... e para a criança não precisa ser uma sextilha ou uma quadra, **a criança vai brincar com a musicalidade e com a poética da região dela e das tradições da região dela, tomando uma pertença e posse de um jeito que é muito diferente de você conhecer na universidade... essa lacuna de informação de uma coisa que é sua [...] é um direito seu que é negado** [...] eu acho que a via é as escolas [...] muito poetas tem vergonha, estão escondidos, a míngua alguns [...] mas se tivessem mais projeto voltados para as crianças, faria toda a diferença.

Das falas apresentadas, evidencia-se a importância de um trabalho contínuo e integrado de educação patrimonial, articulado entre o poder público e a sociedade, pois como nos lembra Azevedo Netto (2008), nos processos de preservação do patrimônio cultural é demandado uma série de questionamentos, no qual o principal instrumento de preservação que se pode dispor é a informação.

No Cariri cearense, onde reverberam manifestações culturais, folguedos, saberes e poéticas o trabalho de educação patrimonial, contribuiria enormemente na manutenção e salvaguarda dessas práticas culturais, pois possibilitaria atingir não somente os indivíduos que estão diretamente ligados, seja pelo contexto familiar, seja pelo bairro em que estão inseridos, ao alcançar segmentos da população, com a qual esses bens culturais inexistem em seu cotidiano, contribuindo para que tornem agentes ativos em sua produção, valorização e transmissão para as gerações futuras.

3.1 Salvaguarda dos Bens Culturais Imateriais: reflexões a partir do Cariri cearense

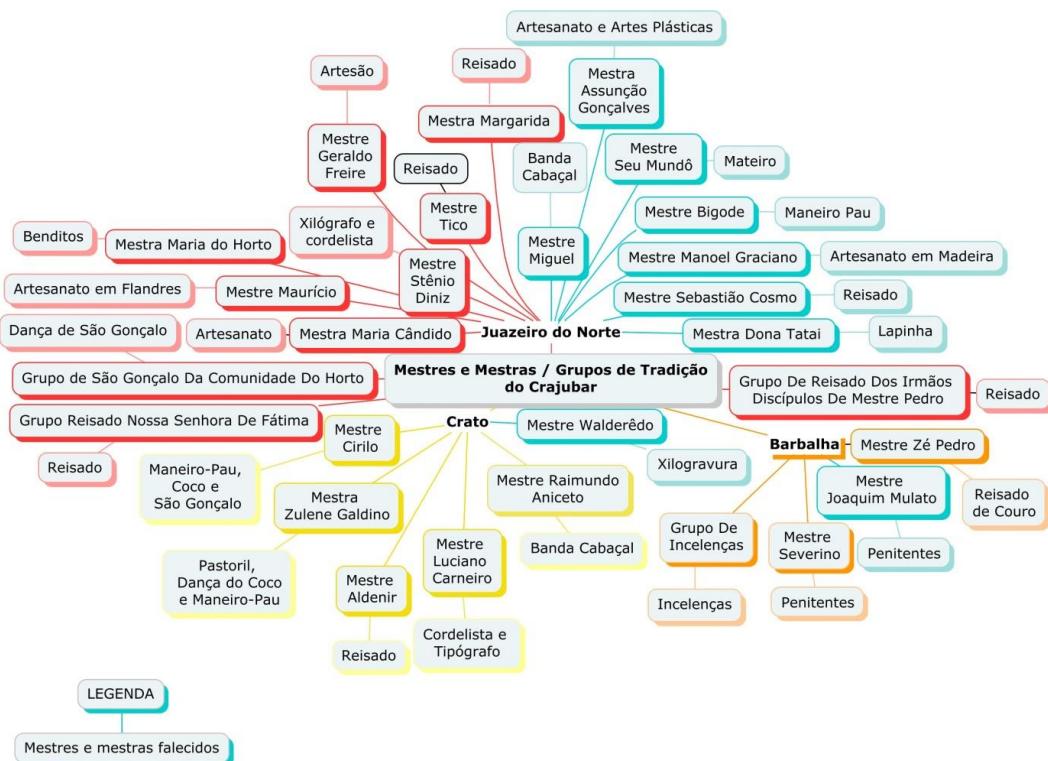
No Ceará diversos bens culturais são alvo dos instrumentos de salvaguarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁸. Pelo governo do estado do Ceará temos o projeto Tesouros Vivos da Cultura - Mestres da Cultura reconhece pessoas, grupos e comunidades que são detentoras de conhecimentos da tradição popular no Ceará. O plano

¹⁸ O INRC foi aplicado gerando o mapeamento do Acervo Documental do Patrimônio Imaterial do Ceará e inventário na Região do Cariri, estando em processo os Lugares Sagrados Juazeiro Norte. Como bens registrados no Ceará, temos a Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha. Em processo de registro¹⁸ estão Cocos do Nordeste, Literatura de Cordel e Repente, tendo no Ceará, especificamente, no Cariri cearense, diversos grupos que representam esses bens.

prevê a contemplar 80 mestres até 2018, sendo anteriormente o número máximo de 60, confere o título e um auxílio financeiro temporário ou vitalício aos selecionados no valor de um salário mínimo.

No Cariri cearense diversos são os mestres e grupos que possuem o título, destacando Juazeiro do Norte como a cidade com mais contemplados. Nas três cidades mais proeminentes da região e que formam o CRAJUBAR (abreviatura para as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), mais de vinte mestres possuem o título de Mestres da Cultura:

FIGURA 1: Mestres da cultura do CRAJUBAR



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Para além da iniciativa do estado do Ceará, as cidades do CRAJUBAR contam com suas próprias leis e projetos. Porém, talvez, pela instabilidade dos órgãos municipais que seja recorrente entre os mestres da cultura, ao falarem sobre apoio em projetos e eventos participados, citarem a iniciativa privada como as primordiais para o fomento das manifestações, mencionando instituições como o SESC de Juazeiro do Norte e do Crato, assim como do CCBNB e a recém-criada ESBA.

Por essa razão, recorremos a essas instituições nas pessoas de seus gestores, para investigar quais ações e projetos são desenvolvidos e como essas ações reverberam nas tradições culturais da região.

Diante das falas dos dois coordenadores do SESC (unidade Juazeiro do Norte e Crato) ficou evidente que enquanto uma instituição privada, a mesma não tem nenhum compromisso com a construção coletiva dos projetos culturais. Nos projetos governamentais¹⁹, que preconizam pela participação dos diferentes setores da sociedade na construção das políticas culturais, as ações do SESC vão na contramão ao pensar seus projetos internamente, entre técnicos e coordenadores de cultura.

Esse fato, muitas vezes gera uma discrepância entre o que os mestres precisam e o que está sendo implementado. Exemplo disso é quando o coordenador de cultura do Crato fala das apresentações dos grupos dentro da instituição. Ao serem contratados, o SESC define o tempo, o lugar e como se dará a apresentação. Em contrapartida, os mestres têm nas ações dessas instituições, sua quase que única fonte de apoio, tanto com relação à renda, através do pagamento de cachês ao grupo quanto de espaço para dar visibilidade a manifestação cultural.

Dessa maneira, essas ações culturais acabam por gerar uma modificação na manifestação, pautadas no financiamento de sua espetacularização, cujas apresentações por grupo não chegam a uma hora de duração. Se compararmos com as terreiradas realizadas nas casas de um mestre, as brincadeiras duram horas devido a apresentação de todos os elementos que compõe a manifestação.

Outro fato que tem agravado essa situação está na diminuição frequente de recursos para o desenvolvimento dos projetos. Conforme o coordenador do SESC de Juazeiro do Norte, o lema dos últimos anos tem sido “trabalhar mais, com menos e sem diminuir a qualidade” o que sabemos ser algo difícil de concretizar. Para isso, as instituições culturais estão sempre em busca de formalizar parcerias, e dentre elas, o SESC tem recorrido ao CCBNB Cariri.

Em conversa com o gerente executivo do CCBNB Cariri, ficou claro que para a instituição é de fundamental importância trabalhar com as tradições culturais, pois como afirmou o gerente “é nele que reside o cerne da identidade regional”, e nesse sentido o CCBNB se configura “como um espaço da cultura popular fora de seu contexto [...] o trabalho que realizamos aqui é de fazer uma amostragem dessa cultura” através de um suporte para a manutenção dessas tradições.

¹⁹ Plano Nacional de Cultura ou do plano estadual de cultura.

Esse suporte é muito mais no sentido de oferecer um espaço para mostra (apresentação de grupos de reisado, banda cabaçal, lapinha, exposição de xilogravuras, entre outros) e geração de renda através dos bens culturais da região.

Entre os projetos existentes ele cita o “Cordel no Cariri” de publicação e apresentação de cordéis, o apoio às manifestações em seus espaços (terreiradas), e as exposições com obras de artistas e artesãos locais, na galeria da instituição. Todas essas ações não tem uma periodicidade definida, acontecendo no decorrer do ano.

Por fim a ESBA, situada no município de Barbalha que apesar de possuir um tempo de atuação menor, se comparado com as outras instituições, tem colaborado diretamente em ações voltadas para as tradições culturais do Cariri cearense.

O tempo da instituição é recente, e uma avaliação mais profunda do trabalho não pode ser feita. Por isso, algumas observações pontuais, são feitas: diferente das outras instituições, cujos projetos voltados para as manifestações da região, são principalmente de patrocínio de apresentações, a ESBA coloca a foco das ações, em eventos de partilha, trocas e compartilhamento dos saberes.

Para os grupos e comunidade, ter esse espaço de encontro (muito dos mestres são amigos, ou velhos conhecidos) e intercâmbio de experiências, mostra-se como enriquecedora e fortalecedora das identidades e pertencimento entre os mestres e brincantes. Do ponto de vista da salvaguarda das manifestações, esse modelo de trabalho mostra-se como o mais adequado se comparado com as outras instituições.

Com relação às ações desenvolvidas pelas mesmas, estabelecemos uma crítica a alguns projetos e ações, mas é evidente que não colocamos que seja papel do SESC, CCBNB ou ESBA, de salvaguardar os bens culturais da região. Sabemos que estas por serem privadas, trabalham na lógica da produção cultural e não da gestão cultural, e que esse papel de salvaguarda não os compete.

Nesse sentido, nossa crítica recai para o fato que essas instituições, ao desenvolverem suas ações e eventos culturais para com os grupos de tradição, afetam diretamente os bens culturais, do ponto de vista da preservação da memória, e por isso a relevância de estabelecerem um diálogo e de pensarem suas ações considerando as questões demandas desse setor.

Essa constatação mostra-se quão necessária é a responsabilidade do Estado em pensar, e, sobretudo garantir a efetividade das políticas culturais traçadas, que como vimos nas seções anteriores, é vanguardista sob diversos aspectos.

Se a atuação do Estado fosse real e efetiva, a atuação das instituições mencionadas seria apenas um ponto de apoio, e não a única opção desses grupos, e a questão dos cachês, por exemplo, não seria tão primordial, haja vista as necessidades latentes daqueles que a recebem. Mas para isso, a cultura não deveria ser pensada em si, mas como um complexo que se vincula a vários outros fatores que nela interferem diretamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de diagnosticar a situação dos grupos de tradições culturais, identificou do ponto de vista socioeconômico que estes vivem nos bairros mais humildes, onde a falta de segurança, de infraestrutura como saneamento básico, e de serviços básicos de saúde, são uma constante. Seus mestres e brincantes são os trabalhadores das fábricas ou do comércio, artesãos, ambulantes, carroceiros, catadores de materiais recicláveis, desempregados e jovens em situação de vulnerabilidade.

No entanto, essa situação vivenciada por eles não impede o desenvolvimento de suas práticas culturais, mas cria através de suas ações de resistência, novas configurações para as manifestações culturais. Elenca-se o desaparecimento de alguns entremeios, peças e danças, e a diminuição dos quilombos, que dão lugar a apresentações em instituições ou em datas mais pontuais (Dia de Reis, Dia do Folclore), resultantes, sobretudo das ações culturais desenvolvidas na região pelas instituições de cultura privadas. Não obstante, salienta-se que sempre que podem, esses grupos se fazem presentes em terreiradas, romarias, renovações e datas festivas.

Do ponto de vista institucional, esses grupos encontram nas instituições de cultura privadas da região, um apoio maior do que o oferecido pelas instituições públicas. Nesse contexto, as instituições privadas sobreencarregam-se como um meio mais regular e contínuo de proposição de ações para as tradições culturais, cumprindo muitas vezes um papel que não é seu: o de fomentar e valorizar o patrimônio imaterial da região. Longe de serem apenas um apoio, essas instituições, muitas vezes são a única fonte a qual esses grupos podem recorrer.

Nesse sentido, a cultura na região do Cariri fica muito aquém do que poderia estar: a cartografia das ações desenvolvidas em âmbito local para fomento e salvaguarda das

tradições culturais identificou inúmeras ações realizadas pela iniciativa privada, operando numa lógica de produção cultural (eventos) e pontuais ações realizadas pela gestão pública, que apesar de importantes, são ineficazes diante da sua descontinuidade e da ausência das outras políticas, que já explicamos ser necessárias.

Apesar de termos uma das legislações mais avançadas no mundo, no que se refere ao patrimônio cultural imaterial verifica-se uma lacuna, entre o que está legalmente garantido (Plano Nacional de Cultura e artigo 216 da Constituição Federal) e as ações inexistentes/descontínuas das gestões públicas municipais.

Destacam-se as ações desenvolvidas autonomamente pelos mestres e brincantes, que diante das dificuldades do cotidiano e das ausências da gestão pública, continuam mantendo vivas nas comunidades, as suas manifestações culturais. Para fortalecer suas ações, e colaborar em sua salvaguarda, se sobressai a necessidade do acesso a informação (patrimonial) para o fortalecimento das identidades culturais na região do Cariri cearense.

É aí que trazemos a Ciência da Informação (CI), e suas possibilidades de contribuição para o campo da memória, através do fortalecimento dos estudos sobre as expressões da cultura (sobretudo a dita “popular”), que esteve marginalizada em âmbito acadêmico por tantas décadas.

Nesse sentido, explicita-se então, as intrínsecas e imbricadas relações entre informação, cultura e memória. Sendo a cultura – o conjunto dos processos sociais de significação da vida social|| (CANCLINI, 2004, p.41), a informação vincula-se a esta duplamente: é *um elemento da cultura* por ser resultado da produção humana, e pode ser produzida, transmitida e consumida por ser *dotada de sentido* (o que acontece por meio da cultura).

Com relação à memória, o próprio ciclo da informação (produção, circulação, consumo, registro) só se torna possível através desta. Só se produz informações, através de um estoque retido pela memória e que serve como referencial para sua criação, ao passo que só existe memória ao conservar informações, ou seja, uma não pode existir sem a outra.

Ao pensarmos na oralidade, notamos ainda mais ligações com a informação (e, por conseguinte com a memória e com a cultura). Falar da voz/oralidade é falar de outro elemento da cultura, cuja prática constitui-se como uma tradição (antiga forma de comunicação cultural) que acompanham a história da humanidade.

Podemos concluir então que as tradições orais se constituem como uma prática e um saber em que ocorre amplamente a socialização de informações, a produção de

conhecimentos e a preservação da memória. É através dela que as informações acerca da cultura, história e identidade de grupos e comunidades são transmitidas e salvaguardadas.

Por meio dessa explanação que se afirma as múltiplas são as possibilidades de estudos e de aplicações práticas a serem desenvolvidas pela CI: projetos de organização e sistemas de informação voltados para cultura e suas expressões, visando disseminação, acesso e uso das informações sobre a temática, uma vez que quanto mais se estuda e analisa sobre bens culturais, mais se pode traçar estratégias e ações para sua salvaguarda.

Os mestres e brincantes, maiores interessados em garantir a continuidade de suas práticas, detém um gigantesco arsenal de informações que poderiam ser usados para traçar as ações a serem desenvolvidas. Ouvir os mestres, entender suas demandas e aplicá-las sob a forma de políticas, é dar a devida proteção que essas tradições precisam o necessário para garantir sua salvaguarda.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AQUINO, Miriam de Albuquerque. Ciência e método: elementos para reflexão nas pesquisas em Ciência da Informação. In.: AQUINO, Miriam de Albuquerque; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; LIMA, Izabel França de. (Org). **Experiências metodológicas em Ciência da Informação.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 47-58, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862008000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: em 11 jul. 2018.

AYALA, Maria Ignez Novais. Os cocos: uma manifestação cultural em três momentos do século XX. **Estud. Av.**, São Paulo , v. 13, n. 35, p. 231-253, Abr., 1999, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

CAIXETA, Felipe Teixeira Bueno. **Dia De Quilombo:** Cinema E Cultura Popular No Juazeiro Do Padre Cícero. 2016. 178f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Cultura e Territorialidades) – Programa de Mestrado Acadêmico em Cultura e Territorialidades Instituto de Artes e Comunicação Social, Departamento de Arte, Universidade Federal Fluminense, 2016.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CARIRY, Rosemberg. **Cariri**: a nação das utopias. Fortaleza: Texto Digitado em, v. 5, n. 03, 2001.

CORREIA, José Edmilson. **Juazeiro Ontem e Hoje**. [s.l.]: [s.n.], 2000.

SILVA, Salete Maria da. 18 de Julho. Disponível em:
<http://cordelirando.blogspot.com/2009/10/urca-18-de-julho-foi-no-18-de-julho.html>. Acesso em: 09 jun. 2018.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramazero** – Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 6, dez. 2000.

TESAURO de Folclore e Cultura Popular Brasileira. Disponível em:
<http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/apresentacao.html>. Acesso em: 09 jun. 2018

ENTREVISTAS

ALVINO, Sandra. Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2017.

Mestre Luiz. Gravação realizada no dia 27 de março de 2017.

Mestre Manoel Leandro. Gravação realizada no dia 20 de novembro de 2017.



Simpósio Temático nº 17: Diversidade Sexual e de Gênero e Culturas Populares: Interfaces,
Tensões e Subjetividades

TRANSGRESSÃO NA TRADIÇÃO: GÊNERO E MEMÓRIA NO REISADO CARIRIENSE

Cícera Alana Ferreira de Moraes¹
Vitória Gomes Almeida²

RESUMO: Retrata o Cariri cearense como celeiro de manifestações religiosas, culturais e artísticas, abordando as questões de gênero e memória que permeiam suas tradições culturais. Considera o Reisado como uma manifestação cultural reconhecendo-a como patrimônio da cidade de Juazeiro do Norte. Objetiva compreender a partir da perspectiva de Tica (Francisca) mulher trans rainha do Reisado Santa Helena do Mestre Dedé, as relações existentes entre as tradições culturais, memória e gênero. Para tanto realiza o estudo por meio de revisão bibliográfica e entrevistas de caráter metodológico da História Oral, em que as memórias de Tica são postas em evidência, e pensadas a partir da Teoria Queer. Conclui que as tradições culturais historicamente marcadas pela heteronormatividade e opressão, mostra-se também um espaço que congrega marcas de reinvenção e transgressão.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero - Teoria Queer. Mulher Trans. Memória. Reisado - Cariri Cearense.

1 INTRODUÇÃO

Voz, gesto, ato, dança, indumentária, saberes tradicionais, (re) criação coletiva. Cada termo desses se associado a uma manifestação cultural, já seria sinônimo de uma extensa teia de significados, complexidade e diversidade, que aqui aparecem juntos, na tentativa de caracterizar um bem cultural como o Reisado, evidenciando sua riqueza e multiplicidade.

Fortemente presente no estado do Ceará, trata-se de “uma manifestação cultural de cunho coletivo das mais complexas e sofisticadas [...] que podem ser úteis na compreensão não apenas do Ceará, como também da cultura brasileira” (BARROSO, 2013, p. 392), uma vez que permite, tendo em vista o contexto histórico em que se

¹ Produtora cultural. E-mail:

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: vitoriagomesalmeida@yahoo.com.br



territorializa no Brasil, o estudo das tessituras e composições referentes à identidade e a memória.

Por essa razão apresentamos algumas reflexões enfatizando o reconhecimento e a valorização dessa manifestação no âmbito das questões de memória e patrimônio intangível, bem como tecemos considerações sobre as questões de gênero que a permeiam.

Para isso, abordamos o Reisado, um bem que se configura como referência cultural na região do Cariri cearense, e tomamos como recorte para tais discussões as experiências e memórias de Tica, rainha trans do Reisado Santa Helena do Mestre Dedé.

2 ORIGENS, COMPOSIÇÕES E ESTRUTURA: cultura e memória no Reisado Caririense

Nos primeiros estudos sobre a manifestação realizada pelos folcloristas, tem-se o registro da forma e estrutura do Reisado como acontecia no século passado. Entretanto, essa era considerada enquanto uma dança de coreografia paupérrima, com simples instrumentos (sanfonas e vários pandeiros), na qual o Mestre seria apenas um orientador de cenas que não passariam de uma sucessão de atos sem ligação temática.

Apesar de importantes por seu registro, estes estudos requerem reflexões contemporâneas, que perceba a manifestação em sua complexidade e não como parte de uma cultura popular, e por isso subalterna e inferior como se convencionou nos estudos folclóricos. Como parte de uma nova perspectiva, Barroso (2008a, p. 1), nos contempla quando diz sobre o Reisado:

Ele é, a um só tempo, tiro, auto-épico, brincadeira de terreiro, cortejo de brincantes, ópera popular e teatro tradicional. É rito porque encena o mito de origem do mundo cristão popular, com o nascimento do Divino. Auto-épico porque se dá em roda, com a participaçãoativa da comunidade. Cortejo popular porque as diversas linguagens artísticas (música, teatro, dança, artes visuais – nos figurinos e adereços), numa só apresentação.

Com relação à origem da manifestação, Nunes (2011) coloca que há uma grande divergência, pois, certos autores a reconhecem como sendo indígena ou europeia, quando a história demonstra que essa manifestação tem na sua organização, matriz



COM A DIFERENÇA TECER A RESISTÊNCIA
3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero
10 a 13 de outubro de 2017
Campina Grande, Paraíba

africana, fazendo parte do teatro urbano africano e das danças de cortejo.

Já Sousa (2008) afirma que para se pensar as origens do Reisado, é preciso remeter às formas de comemorações natalinas, divididos em dois tipos de rituais: a liturgia oficial católica e os ritos e festas que são independentes dessa oficialidade.

O Reisado seria um desses ritos não oficiais, utilizado em suas origens como um meio para o ensino e divulgação da doutrina cristã pela Europa, que chega ao Brasil com esse objetivo, mas sofrendo modificações pela influência da cultura negra e indígena, e fazendo com que a manifestação tenha hoje as feições que conhecemos.

Nos detendo a essa manifestação no Nordeste brasileiro, especificamente no Ceará, temos de acordo com alguns registros³, que o Reisado se faz presente desde o século XVIII e no Cariri teria chegado provavelmente no final do século XIX (NUNES, 2011).

Hoje, tem-se notícia da existência de mais de duzentos grupos atuantes, na qual se destacam por suas várias modalidades: Reis de Congo, Reis de Careta (ou Reis de Couro), Reis de Caboclo, Reis de Bailes e Bois. Dessas, se manifestam no Cariri cearense:

Reis de Congo [...] um cortejo de peregrinos/guerreiros, liderados pelo Mestre, que se empenha numa guerra santa. Sua estrutura parodia a de uma corte, incluindo um Rei, Embaixadores, Guias, Coices e Bandeirinhas (as crianças). Por fora desta hierarquia, atuam os Mateus e a Catirina, como personagens cômicos, que invertem a ordem do mundo.

[...] *Reis de Careta (ou Reis de Couro)*: Reisado característico do sertão pecuário. Estruturado como uma família de Caretas (mascarados), encabeçada por um casal cômico de velhos (o Velho e a Velha careta) e composta de quatro ou mais filhos (o Caboclo do Boi ou Careta Vaqueiro, o Careta Magarefe, o Careta Poeta, o Careta Caçula etc.).

[...] São variações dos Reisados: os *Guerreiros*, que aparecem no Cariri e [...], aparecem ainda os *Quilombos*, encenações de batalhas travadas entre grupos de Reisados de Congo, em disputa por suas Rainhas, que se referem às lutas travadas pelos negros em defesa dos Quilombos dos Palmares e de outros quilombos (BARROSO, 2015, p. 23-24, grifo nosso).

³ “Sobre a origem desta dança neste estado, há registro de uma Festa de Reis de Congo, no século XVIII, feito por Dom José Tupinambá, em sua ‘História de Sobral’. A festa era celebrada no dia 27 de dezembro pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, recebendo a denominação de Reisado” (NUNES, 2011, p. 167). Para mais informações, ver também o livro: Irmandade e Festa: Rosário dos Pretos de Sobral (1854-1884) de Raimundo Nonato Rodrigues de Souza.



A presença ou ausência de alguma dessas figuras, pode variar de um Reisado de Congo para outro, a depender da maneira como o Mestre conduz a manifestação. Os personagens fixos, por exemplo, são denominados de figuras e se configuram como o ponto fundamental para a compreensão do tipo de Reisado em questão. Do Reisado de Congos podemos citar as seguintes figuras: Rei, Rainha, Príncipe, Princesa, Mestre, Contra-mestre, Embaixadores, Secretário de sala, Guias, Contra-guias, Guerreiros, Catirina e Mateus.

Percebemos sincretismos na manifestação ao analisarmos, por exemplo, sua estrutura, na qual Barroso (2008b) acredita que encontra inspiração para sua organização, nas cortes medievais europeias e na estrutura hierárquica dos engenhos de açúcar da sociedade canavieira do Brasil Colônia:

Assim é que o Rei pode ser comparado ao senhor de engenho, personagem um tanto quanto resguardado do conflito com o escravo, distante e com certa aura de justiça e bondade. Muitas vezes, os escravos perseguidos e castigados pelos feitores recorriam aos senhores de engenho, na esperança de deles obterem justiça. Também no Reisado, o Rei mantém-se distante e comunica-se com os brincantes através do Mestre (uma espécie de feitor) (BARROSO, 2008b, p.11).

Ainda de acordo com o autor, a Rainha guardaria semelhança com as senhoras de engenho, pois possuíam uma vida contemplativa e sedentária, cujas características existentes na brincadeira seriam a de possuir uma atitude passiva em que estão, a maior parte do tempo nas apresentações, sentadas em suas cadeiras ou paradas em pé.

É interessante pensar na representação feminina dentro desse folguedo, e problematizar de que forma esta representação se coloca. Para isso trazemos a afirmação de Vasconcelos (2006), que diz que historicamente as representações do feminino figuravam em torno da submissão (em que não exerciam o papel de sujeito em suas ações e práticas) e da seriedade (comportamento encarado como o que deveria ser desempenhado pelas mulheres que prezavam pelo respeito e honra da família), e que nos leva a concluir como tais concepções reverberam no imaginário e na cultura, na qual a figura feminina possui um papel notadamente passivo.

Ainda que essa questão extrapole os objetivos propostos para esse texto, salientamos tendo em vista chamar a atenção para expressões da opressão e da



heteronormatividade, dentro das tradições culturais.

Retomando a descrição acerca dos personagens que compõe a brincadeira, trazemos o Mateus que se destaca durante a apresentação, por ser o responsável pelo riso em sua figura cômica, e que pode ser compreendido como

uma mistura de vaqueiro, oficial e cangaceiro, sempre com versos e emboladas na ponta da língua. Desdentado e de cara preta [...] sua figura é um estandarte do sertão, estampando, não só a história do Brasil, mas a do mundo arcaico e medieval (SOUZA, 2008, p. 4).

Dessa forma essa manifestação nas explicações de seus mestres e brincantes, seria então uma criação divina que veio do começo do mundo (cristão), e que por isto, seu tempo seria um tempo sagrado e cíclico, que tem início todos os anos e periodicamente se renova, sendo para a maioria um começo no início do ano, no dia primeiro de janeiro e para outros, na noite de Natal (BARROSO, 2013).

Importante também destacar que no Reisado, cada ato, gesto ou acessório utilizado possui uma intenção e significado, que juntos constituem importantes elementos para dar o sentido à manifestação.

Tal assertiva pode ser percebida, quando pensamos as questões dos trajes utilizados durante as apresentações, que no caso da Tica ao passear por suas memórias de descobertas enquanto mulher Trans e brincante de reisado sobrelevam diversas afirmações acerca de sua identidade, como poderemos observar na seção abaixo.

3 TRANSGRESSÃO NA TRADIÇÃO

As questões e discursões de gênero vêm sendo alvo de diversos debates no meio acadêmico, e dentre as diversas correntes sobre o tema está a Teoria Queer “gestada no interior do movimento feminista como uma crítica radical às correntes em voga, seja as essencialistas ou as construcionistas” (COELHO, 2012, p. 40).

Com base nesta teoria, a filósofa Judith Butler nos propõe a pensar que “o Gênero é um processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que fazemos, e não algo que somos” (SALIN, 2013, p. 66), e nesse sentido segundo a ótica da pensadora declara ainda que o gênero:

não natural assim, não há uma relação necessária entre o corpo e o



COM A DIFERENÇA TECER A RESISTÊNCIA
3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero
10 a 13 de outubro de 2017
Campina Grande, Paraíba

seu gênero. Será assim possível existir um corpo designado como uma fêmea e que não exibe os traços geralmente considerados *femininos*. Em outras palavras *é possível ser uma fêmea masculina ou um macho feminino* (SALIN, 2013, p. 67, grifo nosso).

Estabelecendo relação com o pensamento da autora citada, apresentamos as memórias de Tica ou simplesmente “Lindona” como ela é conhecida pelos íntimos. Natural de Juazeiro do Norte, rainha do Reisado Santo Heleno do Mestre de DeDé, a brincante de 53 anos de idade, carrega a sua brincadeira desde os 11 anos, quando ainda brincava de:

Eu fui guerreira⁴, depois eu fui guerreiro. Eu sair sabe de que, sabe que foi? No reisado dela que eu me lembro, eu sair, eu sair de príncipe *[sic]*, eu era pequeno, eu era o que, eu tinha seus 11 anos. [...] Eu já sair de [...] Catirina⁵. [...] Só não sair de Mateu.

Tica conta ainda como se deu o processo de transgressão enquanto brincante, na qual deixa de se apresentar como personagens masculinos e passa a se apresentar como rainha reisado. Observamos que em tal processo não se deu sem embates e conflitos pessoais, pois ela sentia medo e vergonha das opiniões alheias.

Vale (2007, p. 55) comenta sobre esse fato, pautando acerca das diversas violências (físicas ou simbólicas) ao “ser travesti ou transgênero (dependendo da eficácia visual da transformação) designa 'estigmas visuais' [...] no momento em que os primeiros traços de efeminamento aparecem”.

Porém ao receber o convite de Bia, filha de Mestra Margarida (matriarca do Reisado em Juazeiro do Norte e mestra com a qual Tica se iniciou na brincadeira) para sair como rainha do Reisado, ela questionou se as pessoas não estranhariam e zombariam dela mas no final a recepção foi:

Eu disse *[sic]* madinha (Bia) será que o povo num vai mangar de mim não? Ela disse: ‘manga não *[sic]* muié, manga não. Tô dizendo a você

⁴ Fortemente presente no estado de Alagoas, o Guerreiro se assemelha muito ao Reisado com relação aos personagens do auto (o Rei; a Rainha, o índio, Embaixadores...), diferindo por ter episódios com origem no Caboclinho e no Pastoril, que não existem no reisado.

⁵ Segundo o site da FUNDAJ, antigamente era conhecida como Lica, hoje como Catirina, é a noiva do Mateus. Veste-se de preto, traz um pano amarrado na cabeça, o rosto pintado de preto e um chicote nas mãos, com o qual corre atrás das moças e crianças.



que não manga.' Aí eu peguei e vesti o vestido. Aí saí natal, primeiro ano que sair com ele, de rainha. Saí natal e dia de reis. Natal, dia de ano, dia de reis. Aí eu saí e ninguém mangava de mim. *[sic]* Nói entrava na casa, aí o povo oiava pra mim, só fazia assim: 'cê tá linda' e eu danada dançando (risos). Eu dançando e achando graça (risos).

Diante de sua fala, e pensando na afirmação de Zana & Perelson (2013) quando dizem que a relação afirmativa do sujeito consigo próprio, depende da existência de um reconhecimento confirmador por parte dos outros sujeitos, pois um indivíduo só está em condições de identificar-se integralmente consigo mesmo na medida em que ele encontra para suas peculiaridades e qualidades aprovação e apoio também de seus parceiros na interação.

Nesse sentido, ao encontrar reconhecimento e ainda ser elogiada por estar bonita enquanto estava trajada de rainha, Tica encontra legitimação pra se firmar no reisado enquanto a figura feminina que ela já se reconhecia e se identificava. Pois como ela mesmo diz “Eu toda vida fui uma pessoa que nunca fui de esconder nada de ninguém, só que eu nunca fui feliz de vestir roupa de homem, eu sempre eu era mais feliz vestindo roupa de *[sic]* muié”.

Nesse sentido, é bastante interessante perceber o espaço da cultura popular e das tradições, como um espaço de aceitação e legitimação não somente das diversas formas de expressão da cultura, como também das diferentes identidades de gênero e de orientação sexual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em memória é falar sobre recordar, esquecer, lembrar, pertencer. É, falar sobre aquilo que fornece as bases para nossa identidade, seja enquanto indivíduos, seja enquanto grupos e coletividade.

Compreendemos que na oralidade a memória exerce um papel fundamental, uma vez que é por meio dela que se garante que aquilo que é dito pela circularidade da voz e da improvisação, seja retido e repassado, incorporando novos elementos e fazendo parte de um sistema cíclico que revela a intrínseca relação existente entre ambos.

Destacamos então esse processo de constante (re) criação, em que o Reisado por ser parte das tradições de bases orais, está envolto, e em que se destacam questões como a voz, a musicalidade, a performance, a improvisação, a rima, mas sobretudo, a



memória.

O Reisado é uma manifestação cultural brasileira, que compõe os festejos do Dia de Reis, presentes no Brasil sob diferentes nomes e particularidades, oriundas dos diferentes contextos em que se constitui, além de ser uma referência às questões de cultura, memória, tradição oral e gênero, sobretudo no Cariri cearense, como aqui foi exposto.

Nesse lugar mítico, em que as lendas indígenas estão presentes no imaginário e nos diversos espaços da região, em que os milagres religiosos de um catolicismo popular movimentam milhares em romaria, em que o sagrado e o profano das festas populares congregam os mais diversos grupos, encontra-se o Reisado enquanto um bem cultural capaz de registrar e incorporar em sua prática os fatos, memórias e transformações do tempo em que se insere.

Sabendo então dos processos de exclusão e invisibilidade ao quais os travestis e transexuais são colocados nos diversos segmentos da sociedade, mostra-se então como fundamental, compreender os processos culturais que evidenciam sua participação como agentes ativos da cultura, como foi possível perceber no contexto do Cariri cearense, mais especificamente em Juazeiro do Norte, a partir das memórias de Tica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Oswald. **Reisado: Um Patrimônio da Humanidade**. Juazeiro do Norte: Banco do Nordeste, 2008a.

BARROSO, Oswald. **Reisado de Couro (Barbalha-CE) e Reisado Decolores de Dedé Luna (Crato-CE)**. Juazeiro do Norte, Banco do Nordeste, 2008b.

BARROSO, Oswald. **Teatro como encantamento**: bois e reisados de caretas. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

BARROSO, Oswald. Danças populares tradicionais no Ceará. In: SOUZA, Alysson Amâncio de; PINHEIRO, Elvis. (orgs). **Tradições e contemporaneidade nas artes**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

COELHO, Juliana Frota da Justa. **Ela é Show: Performances Trans Na Capital Cearense**. Editora Multifoco: [s.l], 2012.

NUNES, Cicera. **Reisado cearense**: uma proposta para o ensino das africanidades. Conhecimento: Fortaleza, 2011.



COM A DIFERENÇA TECER A RESISTÊNCIA
3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero
10 a 13 de outubro de 2017
Campina Grande, Paraíba

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOUSA, Kássia Mota de. **Reisado Discípulos de Mestre Pedro e Reisado Nossa Senhora de Fátima**. Juazeiro do Norte: Banco do Nordeste, 2008.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. **Evas e Marias em Serrolândia**: práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

VALE, Alexandre. O vôo da beleza: experiência transgênero e processo migratório. **Revista OPSIS**, vol. 7, nº 8, jan-jun 2007.

ZANA, Augusta Rodrigues de Oliveira. PERELSON, Simone. **Problemática identitária e reconhecimento da alteridade**: do encontro com o outro indivíduo ao confronto com o estranho. In: Clínica & Cultura. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/1018> Acesso em: 19/06/2017.



De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

**ENTRE PEÇAS, CANTOS E DANÇAS: O REISADO ENQUANTO
PATRIMÔNIO CULTURAL DO CARIRI CEARENSE**

Vitória Gomes Almeida¹
Gracy Kelli Martins²

Resumo

Retrata Juazeiro do Norte e o Cariri cearense como celeiro de manifestações religiosas, culturais e artísticas. Considera o Reisado como uma manifestação cultural reconhecendo-a como patrimônio. Discorre-se a partir do Reisado do Mestre Aldenir e das atividades realizadas no Centro de Formação e Apoio ao Reisado e Tradições Populares Mestre Aldenir sobre a reconstrução/recuperação de experiências sociais, trajetórias de vida e memórias no contexto da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Brasileiro. Patrimônio imaterial. Reisado - Cariri Cearense.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio segue por diversas vertentes e assume muitas categorias. Nas ciências sociais e humanas o patrimônio cultural expressa a tentativa de resgatar o passado e recuperar tudo que ele representa e valoriza diante da herança cultural, formando um elo entre as gerações (SÁ, 2005, p. 2). Patrimônio cultural promulga a memória individual e coletiva e a identidade do sujeito enquanto responsável pelos valores e significações expressos na realidade onde está inserido. Assim, a memória é a garantia das tradições do patrimônio, e é considerada por Duarte (2009, p. 305) como uma experiência social de difícil e delicada função “que garante, em toda sociedade, o domínio, a preservação, a transmissão e a continuidade do significado de todas as coisas”.

A formação do valor patrimonial tem bases na transferência e continuidade da tradição de um grupo social, onde a assimilação coletiva ocorre através da herança e manutenção das memórias e práticas desse grupo. Essa memória coletiva é a memória da sociedade, formada por micromemórias pessoais, sendo um elo de uma cadeia maior, a memória social, e onde ocorre uma totalidade significativa da representação do patrimônio (DUARTE, 2009, p. 306). Identifica-se aí a representação social de um grupo ou indivíduo através do patrimônio, no qual, o patrimônio torna-se um signo dotado de comunicação e conhecimento que irá

¹Graduanda em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri.

vitoria.gomes.almeida@yahoo.com.br.

² Professora Adjunta do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Doutora em Ciência da Informação. gracy@ufca.edu.br

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

mediar os objetos, práticas e/ou expressões culturais na compreensão do sujeito sob a sua identidade ali representada.

O Decreto de 1937 estabeleceu como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” Enquanto o artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, 2015, grifos do autor).

Entre os patrimônios reconhecidos como bens culturais no país, estão: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Estes estão agrupados de acordo com suas características e para acesso ao conhecimento dos bens nacionais e gestão do patrimônio, da seguinte forma: Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material e Patrimônio Mundial.

O patrimônio cultural imaterial, em especial, constituído de acordo com o IPHAN (2015), por bens culturais “que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”, teve seu reconhecimento institucional através do Decreto 3.551/2000, fazendo do Brasil, segundo diversos pesquisadores e instâncias, um dos países pioneiros em políticas patrimoniais.

Entretanto, é preciso ressaltar que Mário de Andrade décadas atrás, demonstrou por meio de suas viagens, pesquisas e olhar etnográfico, atenção com a cultura imaterial e apesar de ter sua autoria no anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, as políticas de preservação e conservação no país historicamente priorizaram o chamado patrimônio de pedra e cal.

Hoje, por meio de uma compreensão de patrimônio cultural vinculada a noções de desenvolvimento humano, pluralidade e diversidade, que existem e se manifestam de forma tangível e intangível, é que se faz reconhecer nesses bens de natureza imaterial, referência cultural de um povo.

Nesse sentido, emerge como discussão a potencialidade desses bens imateriais enquanto fontes primárias de informação, por meio da qual as

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

experiências, saberes e memórias neles contidos, possibilitam a construção de valores, identidades e a recuperação de tradições, dos diferentes grupos sociais (sobretudo daqueles grupos que por produzirem obras fora dos padrões consagrados ou fazerem parte de uma dita “cultura popular”, ficaram à margem ao longo do contexto histórico) que compõe a sociedade.

No Cariri cearense, especificamente na cidade de Juazeiro do Norte, lugar em que práticas coletivas diversas estão envolvidas, numa relação em que o passado e o presente se encontram e se ressignificam, conhecido por ser celeiro de manifestações religiosas, culturais e artísticas, destacamos o cordel, as cantorias, reisados, lapinhas, xilogravuras, esculturas, como algumas das diversas manifestações, formas de expressão e bens culturais que constituem parte da história, memória, identidade e cultura local. Dentre essas, citamos uma das manifestações que mais se sobressaem no contexto local,

Por sua longevidade, pela riqueza e a diversidade como se apresenta em vários continentes, o Reisado pode ser considerado patrimônio da humanidade, manifestação valiosa de sua cultura imaterial [...] o Reisado tomou feições as mais variadas, incorporando elementos das mais diferentes procedências e ganhando características locais, para refletir um universo multicultural em suas manifestações. No Brasil, ele se manifesta com diferentes nomes(Terno de Reis, Tiração de Reis, Folia de Reis, Reisado – de Congo, de Caretas ou de Couro, de Caboclos, de Bailes -, Boi, Rancho de Reis, Guerreiros, etc.), por todo o seu território. (BARROSO, 2008, p. 1).

Essa manifestação, de acordo com alguns registros está presente no Estado desde o século XVIII e no Cariri teria chegado provavelmente no final do século XIX, sendo hoje uma das festas mais populares do Brasil (NUNES, 2007). É a partir da percepção do Reisado enquanto um bem cultural, fortemente presente na vida social do Cariri cearense que delimitamos como objetivo deste trabalho, investigar as perspectivas de construção e preservação da memória no âmbito das peças de Reisado do Mestre Aldenir pelo fato de ele ser um dos Mestres da Cultura cearense, ícone reconhecido pela preservação dessa manifestação, cujas atividades desenvolvidas contam com mais de 50 anos de realização e que hoje se concentram na primeira escola de Reisado do estado do Ceará - o Centro de Formação e Apoio ao Reisado e Tradições Populares Mestre Aldenir.

Esta pesquisa configura-se como exploratória e foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, no qual, transcrevemos algumas das peças criadas pelo Mestre Aldenir, analisando-as a partir dos temas abordados em suas letras, que

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

vão do político ao religioso, das canções de amor a questões do dia a dia. As análises permitiram o reconhecimento das obras do Mestre como suporte para a reconstrução/recuperação de memórias, experiências sociais e trajetórias de vida no contexto do Cariri Cearense, como exposto nas próximas seções.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: Contexto histórico e políticas públicas

A preocupação em preservar a herança de um povo e seus bens e valores representativos é uma temática interdisciplinar surgida no Brasil a partir do trabalho do escritor Mário de Andrade e da sedimentação da estética modernista, na qual a necessidade de documentar os elementos que constituem a cultura brasileira é articulada, num momento seguinte, com a prática coletiva de um campo intelectual; neste contexto configura-se a ideia de inventário dos sentidos (NOGUEIRA, 2005).

Na década de 1930, Mário de Andrade redigiu um projeto de lei, a pedido na época do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, no qual o patrimônio era definido como "todas as obras de arte pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil" (CANANI, 2005, p. 170).

As primeiras medidas visando à salvaguarda do Patrimônio Cultural nacional e a construção da identidade brasileira foram concretizadas ainda em 1933, reconhecendo a cidade de Ouro Preto como monumento nacional. Getúlio Vargas, através do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, criou provisoriamente o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) com a finalidade de gerir e executar ações referentes ao patrimônio cultural do Brasil.

Castriota (2009, p. 74) lembra que "as primeiras ações do SPHAN (criado em 1937), derivam da 'narrativa ortodoxa': estabelece-se uma afinidade eletiva entre nosso passado barroco e colonial e a arquitetura moderna que então se fazia". Um rompimento com essa política patrimonial acontece com a Constituição Federal de 1988, que define a legislação referente ao patrimônio cultural, "e estabelece as competências de promoção, regulamentação e fiscalização das práticas de preservação, atribuindo um papel mais significativo para o âmbito da administração municipal, e a participação popular nos processos" (CANANI, 2005, p. 172).

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

Em 1990 foram extintos o SPHAN e o Instituto Pró-Memória³, e suas funções passaram a ser exercidas pelo IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Em dezembro de 1991, com Paulo Sergio Rouanet a frente do Ministério da Cultura, foi criada a Lei nº 8.313 que estimulava os investimentos da iniciativa privada em projetos culturais. É importante observar que nessa época, reflete no campo da cultura, a política neoliberal adotada pelo governo, cuja lógica girava em torno do fundamento ideológico que a “cultura é um bom negócio” tendo como principal suporte as leis de incentivo (BARBALHO, 2015) e repassando “aos financiadores privados o poder e a responsabilidade de decidir o que seria financiado através dos recursos públicos” (CALABRE, 2015, p.7).

Em 1995 o IBPC dá lugar ao IPHAN, mantendo a mesma estrutura existente, apesar dos diferentes nomes adotados. Assim, há mais de 60 anos o IPHAN vem realizando um trabalho permanente de identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro (MARQUES, 2008, p. 24). Atualmente tem como principal missão a preservação do patrimônio cultural brasileiro, e para cumprimento dessa incumbência desenvolve atividades que promovam iniciativas direcionadas para a conservação, recuperação e salvaguarda dos bens brasileiros, além de implementar investimentos e incentivar a produção cultural no país.

Para a realização dessas ações o IPHAN promove diversos programas como: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Preservação de Acervos; Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI); Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart); Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)- Fundo Nacional de Cultura (FNC); Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart); e, Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados (IPHAN, 2015).

É importante observar que as demandas de globalização e descentralização têm reforçado as diretrizes políticas de apoio e fomento à cultura e a promoção da inclusão social e preservação do patrimônio cultural. Tais medidas trabalham no sentido de promover a participação de grupos produtores e detentores de tradições e ampliar sua inserção a partir de dispositivos legais e institucionalizados que permitam a preservação e transmissão das manifestações culturais na execução de projetos de preservação e valorização desse patrimônio.

³ Nesse período, o Ministério da Cultura juntamente com diversos de seus órgãos foram extintos.

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

Diante dessa realidade, a conservação do patrimônio cultural requer estratégias de preservação e reconhecimento, exigindo não só ações de políticas públicas, mas a corresponsabilidade do cidadão e da sociedade em uma atuação compartilhada por meio do apoio de instituições e parceiros públicos e privados. Nas palavras de Pereira e Machado (2008, p. 15), é importante ressaltar que a criação de condições que ampliem o acesso aos benefícios gerados pela preservação e transmissão da memória são capazes de produzir “efeitos eficazes quando de sua implementação, e demonstra ser essencial responder com inventividade aos impasses da política de proteção do patrimônio, que torna-se inoperante sem a criação dos instrumentos e recursos necessários à sua viabilização”.

3 REISADO NO CARIRI CEARENSE

O Reisado, manifestação fortemente presente no estado do Ceará, “trata de uma manifestação cultural de cunho coletivo das mais complexas e sofisticadas [...] que podem ser úteis na compreensão não apenas do Ceará, como também da cultura brasileira” (BARROSO, 2013, p. 392), uma vez que permite, tendo em vista o contexto histórico em que se territorializa no Brasil, a compreensão deste enquanto referência cultural da região.

Ele é, a um só tempo, tiro, auto-épico, brincadeira de terreiro, cortejo de brincantes, ópera popular e teatro tradicional. É rito porque encena o mito de origem do mundo cristão popular, com o nascimento do Divino. Auto-épico porque se dá em roda, com a participaçãoativa da comunidade. Cortejo popular porque as diversas linguagens artísticas (música, teatro, dança, artes visuais – nos figurinos e adereços), numa só apresentação (BARROSO, 2008, p. 1).

Essa atual concepção, que reconhece a diversidade e pluralidade da manifestação, difere-se dos primeiros estudos iniciados com os folcloristas, que apesar de serem importantes por sua contribuição no que tange o registro da forma e estrutura em que o reisado aparecia naquele período, apresentam uma compreensão limitada⁴ do mesmo. Também é comum nesses estudos, a referência dessa manifestação no estado de Alagoas.

⁴Como exemplos, citamos as obras: Cultura Popular (1979) de Alceu Maynard Araújo, que afirma que o Reisado possui coreografia paupérrima e o Dicionário do Folclore Brasileiro (1954) de Câmara Cascudo, que também com relação à dança diz que sua coreografia era pobre, que os instrumentos consistiam apenas de sanfonas e vários pandeiros e que o Mestre, seria o orientador de cenas que não passariam de uma sucessão de atos sem ligação temática.

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

Nunes (2011) coloca que com relação à origem da manifestação, há uma grande divergência, pois certos autores a reconhecem como sendo indígena ou europeia, quando a história demonstra que essa manifestação tem na sua organização, matriz africana, fazendo parte do teatro urbano africano e das danças de cortejo.

Em nosso estudo, sem querer desconsiderar as origens, mas nos detendo a essa manifestação no Nordeste brasileiro, especificamente no Ceará, de acordo com alguns registros⁵, o Reisado se faz presente desde o século XVIII e no Cariri teria chegado provavelmente no final do século XIX (NUNES, 2011). Hoje, tem-se notícia da existência de mais de duzentos grupos atuantes, na qual se destacam por suas várias modalidades: Reis de Congo, Reis de Careta (ou Reis de Couro), Reis de Caboclo, Reis de Bailes e Bois. Desses, se manifestam no Cariri cearense:

Reis de Congo: que aparece no Cariri cearense. É um cortejo de peregrinos/guerreiros, liderados pelo Mestre, que se empenha numa guerra santa. Sua estrutura parodia a de uma corte, incluindo um Rei, Embaixadores, Guias, Coices e Bandeirinhas (as crianças). Por fora desta hierarquia, atuam os Mateus e a Catirina, como personagens cômicos, que invertem a ordem do mundo. [...] - Reis de Careta (ou Reis de Couro): É Reisado característico do sertão pecuário. Estruturado como uma família de Caretas (mascarados), encabeçada por um casal cômico de velhos (o Velho e a Velha careta) e composta de quatro ou mais filhos (o Caboclo do Boi ou Careta Vaqueiro, o Careta Magarefe, o Careta Poeta, o Careta Caçula etc.). [...] São variações dos Reisados: os Guerreiros, que aparecem no Cariri e somam aos personagens do Reisado, os do Pastoril; [...] No Cariri, aparecem ainda os Quilombos, encenações de batalhas travadas entre grupos de Reisados de Congo, em disputa por suas Rainhas, que se referem às lutas travadas pelos negros em defesa dos Quilombos dos Palmares e de outros quilombos (BARROSO, 2015, p. 23-24).

Como um dos Reisados de Congo da região, trazemos o Reisado do Mestre Aldenir que iniciou suas atividades no ano de 1955⁶, herança recebida de seu tio Chico Mouco, de quem aprendeu a tradição, e que hoje a perpetua através da primeira escola de Reisado do estado do Ceará - o Centro de Formação e Apoio ao Reisado e Tradições Populares Mestre Aldenir.

O mestre conta que para isso, teve de passar por cima das ordens dos pais, que não queriam que o filho brincasse reisado: “*Porque eles diziam que o Reisado*

⁵“Sobre a origem desta dança neste estado, há registro de uma Festa de Reis de Congo, no século XVIII, feito por Dom José Tupinambá, em sua ‘História de Sobral’. A festa era celebrada no dia 27 de dezembro pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, recebendo a denominação de Reisado” (NUNES, 2011, p. 167).

⁶Mestre Aldenir tem como referência o ano de 1955 como o ano que iniciou o reisado, por ter sido nesse ano a primeira vez que ele brincou trajado. Antes disso o mestre já brincava o reisado só que sendo “à paisana” como o próprio define.

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

era pra quem era, chamava, a palavra é meio grande, mas vocês desculpem, vagabundo, sabe? Diziam'nam [sic], que você vai virar vagabundo brincando de Reisado... Reisado num dá [sic] dinheiro a ninguém não...⁷. Mas eu como gostava, me apaixonei, fui brincar. Passei por cima da palavra dela⁷ e por cima da palavra de meu pai e hoje to aqui brincando até hoje⁸.

A “teimosia” do mestre levou ao reconhecimento pela preservação dessa manifestação, cujas atividades desenvolvidas contam com mais de 50 anos de realização, e ao recebimento dos títulos de Mestre do Saber e das Artes do Povo do Cariri pela Secretaria de Cultura do Município do Crato em 1997, e de Mestre da Cultura Cearense pela Secretaria de Cultura do Ceará no ano de 2004⁹.

Em seis de janeiro de 2014 foi inaugurado no Sítio da Bela Vista, situado no município do Crato, a Primeira Escola de Reisado do Estado do Ceará. A escola enquanto uma política pública da Secretaria de Cultura do referido município, tem como objetivo a manutenção da transmissão dos saberes da tradição do Reisado, despertando o interesse pela cultura entre crianças, adolescentes e adultos, se caracteriza como um local para aprendizado e troca de saberes e proporcionando a formação de novos grupos¹⁰.

3.1 MEMÓRIA NO REISADO DO MESTRE ALDENIR

No reisado, as peças e as embaixadas se referem à música cantada no contexto da apresentação, se configurando como um elemento indispensável, pois “no desenrolar da função, em seus vários momentos a música toma características e funções cênicas particulares” (BARROSO, 2013, p. 321), estando presente desde a caminhada do cortejo até o momento da despedida.

Barroso (2013), recordando o estudo de Brandão (1962), cita a classificação definida por este autor, que divide as peças de reisado nos seguintes temas: peças de negro (antigos cantos em língua africana), peças guerreiras (cantos que antevêem ou narram batalhas), peças líricas (canções de amor oriundas de xácaras

⁷Da mãe.

⁸Entrevista realizada com Mestre Aldenir, no dia 20 de março de 2015, pela autora Vitória Gomes Almeida.

⁹Ver <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/tesouros-vivos-da-cultura/43605>.

¹⁰Ver <http://www.crato.ce.gov.br/index.php/cultura-esporte-e-juventude/2000-crato-inaugura-a-primeira-escola-de-reisado-do-estado-do-ceara>

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

ou romances medievais), peças de elogio (exaltação ao dono da casa, autoridades ou ao próprio mestre) e peças crônicas (sobre notícias de feitos, acontecimentos ou algo extraordinário).

Mestre Aldenir é autor de várias peças criadas e mantidas apenas no âmbito de sua memória, na qual segundo ele: “*menino, tem tanta da peça na minha cabeça que se eu for lhe dizer é cinco noites e não dá pra cantar tudo*”¹¹. Tais peças refletem em suas letras, temas que abordam das questões religiosas às canções de amor e do cotidiano do mestre, como o que pode ser observado na peça abaixo, criada pelo Mestre Aldenir a pedido do seu primo monsenhor Murilo de Sá Barreto¹² e cantada pela primeira vez na Praça Padre Cícero, durante o período de romarias na cidade:

Ô dá viva ao Padre Murilo
Rezando um ofício e fazendo sermão
Meu coração abraça o Juazeiro
E viva os romeiros dessa união

Em outra peça, o mestre aborda o Padre Cícero como santo, que mesmo depois de ter partido continua a olhar e proteger Juazeiro do Norte e aos romeiros, juntamente com a padroeira da cidade, Nossa Senhora das Dores:

Juazeiro tem uma grande ciência
Que é a divina providência
Lá do céu pra aqui mandou
Meu Padre Cícero fez uma reunião
Ajuntou todos os romeiros
E aqui mesmo abençoou
Aquele padre santo
Que ele daqui se mudou
Vocês num fique pensando
Que ele nos se separou
É verdade que sua alma tá no céu
Mas tá olhando pra terra
Cobrindo tudo com um véu
Aquele véu é pra nos livrar do perigo
Nos livrar do inimigo

¹¹Entrevista com Mestre Aldenir, no dia 9 de agosto de 2015, registros de áudio realizados pela autora Vitória Gomes Almeida.

¹²Em vida foi vigário da Matriz de Nossa Senhora das Dores, liderando a campanha de reabilitação do Padre Cícero junto com as autoridades eclesiásticas em Roma. Ganhou carinho e respeito dos romeiros por sua forma de coordenar as romarias a Padre Cícero.

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

Que o Brasil quer tomar

É preciso nós ter muita fé em Deus

Em nossa Mãe das Dores

E o rosário rezar

Outras peças de Aldenir foram feitas em homenagem a celebridades e pessoas próximas, lembradas pelo próprio mestre, como aquelas que criou para Patativa do Assaré, para o papa e para amigos, como Mestre Elói que dentre suas diversas atribuições (radialista, escritor, advogado, jornalista e folclorista) ficou conhecido por suas ações em prol da cultura na região¹³:

Mestre Elói fez uma viagem
Adeus nunca mais ele aqui voltou
Ele ficou no reino da glória
Contando história pra nosso senhor
Sua luz ele mesmo conduz
Nos pés de Jesus ele confessou
Falou pra o Senhor, falou pra Maria
Que mais poesia nunca lhe faltou

Essa tradição tem sua transmissão pela oralidade. São heranças culturais, quem em meio a tantas tecnologias da informação e comunicação, ainda se mantém vivas em uma das mais antigas formas de preservação da memória da humanidade. Estas peças, algumas das muitas gravadas na memória do Mestre Aldenir, mostram a riqueza memorialística presente na tradição do Reisado Cearense que conta, enquanto canta, o passado, pessoas, histórias e lendas da região, que precisam da devida atenção para que em forma de registro, esse conhecimento seja preservado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mestre Aldenir ao cantar suas peças, fala também do tempo em que foram produzidas e entre uma peça e outra, canta a história da cidade, dos romeiros, prefeitos e seus amigos. Nesse sentido, encontramos aí uma memória individual, e ao nos depararmos com ela, encontramos também uma memória que é coletiva. Dessa forma, Mestre Aldenir, bem como os diversos mestres que atuam no estado, garantem a partir da transmissão oral a manutenção dos saberes relacionados à

¹³Foi o fundador e primeiro presidente da Academia de Cordelistas do Crato e um dos grandes incentivadores das manifestações da cultura popular do Cariri Cearense, como as bandas cabaçais, reisados, maneiro-pau e cordel.



De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

tradição do Reisado e a continuidade dessa cultura imaterial e das memórias tecidas em torno dela.

Lembramos aqui a importância e a necessidade de ações que objetivem o registro dessa manifestação, concordando que este possui limitações (uma vez que compreendemos não ser possível fixar integralmente em um suporte físico os fazeres de práticas coletivas tão dinâmicas), e, no entanto, sabemos que é no registro que encontramos um instrumento que possibilita a salvaguarda e preservação dessas memórias.

Pontuamos ainda, o processo de escolha dos mestres da cultura cearense¹⁴, nos questionando sobre interesses na política patrimonial da Secult – CE e a importância no fomento e investimento na preservação das manifestações culturais locais para além do reconhecimento quanto patrimônio.

Essa primeira análise parte da compreensão de que tal tradição simbolicamente traz em seus registros orais, um imenso valor memorialístico e evidencia a necessidade de ações que fomentem a preservação do Reisado através de investimentos e políticas públicas que garantam a manutenção de uma tradição, que em cada passo e em cada verso, expressa o Cariri.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural no Brasil – Perspectiva Histórica. In: Curso de Aperfeiçoamento para Gestores Públicos de Cultura. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri; Ministério da Cultura, 2015. Disponível em: <http://ead.ufca.edu.br/moodle/pluginfile.php/546/mod_resource/content/1/Poli_tica%20Cultural%20no%20Brasil%20_%20Perspectiva%20Histo_rica%20-%20%20Alexandre%20Barbalho.pdf> . Acesso em: 27 ago. 2015.

BARROSO, Oswald. **Danças populares tradicionais no Ceará**. In: SOUZA, Alysson Amâncio de; PINHEIRO, Elvis. (orgs). Tradições e contemporaneidade nas artes. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

BARROSO, Oswald. **Incorporação e memória na performance do ator brincante**. In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; GARCIA, Marcus Vinicius Carvalho; GUSMÃO, Rita. (Org.). Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização. Brasília: ICS-UnB, 2004.

¹⁴Compostos por pessoas ou grupos que conhecem sobre uma determinada tradição popular do Ceará. Para participar é preciso cumprir algumas regras presentes no edital e ser aprovados pela comissão avaliadora. Se selecionados, a elessão concedidos o título e um auxílio financeiro vitalício, no valor de um salário mínimo.

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

BARROSO, Oswald. **Reisado**: Um Patrimônio da Humanidade. Juazeiro do Norte: Banco do Nordeste, 2008.

BARROSO, Oswald. **Teatro como encantamento**: bois e reisados de caretas. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

CALABRE, Lia. **Introdução às Políticas Públicas**. In: Curso de Aperfeiçoamento para Gestores Públicos de Cultura. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri; Ministério da Cultura, 2015. Disponível em: <http://ead.ufca.edu.br/moodle/pluginfile.php/543/mod_resource/content/3/INTRODUCAO%20AS%20POLITICAS%20PUBLICAS%20_LIA%20CALABRE.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2015.

CANANI. Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n.23, jan. / jun., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100009&script=sci_arttext&tlang=en>. Acesso em: 25 ago. 2015.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória e reflexividade na cultura ocidental. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.) **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, Lamparina: 2009. p.305 – 316.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em 15 jul.2015.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**: Instituído pelo Decreto 3551, de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>>. Acesso em 10 ago. 2015.

MARQUES, Carlos Bittencourt Leite. **Alagoinha**: preservação e valorização do Patrimônio Cultural de Pernambuco. 2008. Monografia. (Curso de Graduação em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

NUNES, Cicera. **Reisado cearense**: uma proposta para o ensino das africanidades. Conhecimento: Fortaleza, 2011.

SÁ, Alberto. Reflexões sobre o patrimônio e a memória à luz da era tecnológica. In: Congresso Internacional de História: territórios, culturas e poderes, 1., 2005, Braga: Universidade do Minho, **Anais...** Braga: Universidade do Minho, 2005. Disponível em: <<http://repository.sdm.uminho.pt/handle/1822/4512>>. Acesso em: 16 set. 2015.

PEREIRA, Maria de Lourdes D.; MACHADO, Luciana Altavilla V. P.. As Políticas Públicas para a preservação do patrimônio. **Fórum Patrimônio**: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte, v.2, n. 1, jan. /abr. 2008. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/70/64>. Acesso em: 16 ago. 2015.

ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA

Educação afropensada: repensar o currículo e construir alternativas de combate ao racismo

ISSN: 2448-0495

PATRIMÔNIO CULTURAL DO CARIRI CEARENSE: CULTURA NEGRA E AFRO-BRASILEIRA NO REISADO DE CONGO

Vitória Gomes Almeida

Universidade Federal do Cariri

vitoria.gomealmeida@yahoo.com.br

Gracy Kelli Martins

Universidade Federal do Cariri

gracykelli@gmail.com

Francisca Pereira dos Santos

Universidade Federal do Cariri

teiadoato@gmail.com

RESUMO:

Juazeiro do Norte bem como o Cariri cearense, são lugares conhecidos como celeiro de manifestações religiosas, culturais e artísticas. No caso da cidade, se transformou de um pequeno vilarejo a um espaço de encontro de culturas onde as celebrações, ofícios e formas de expressão acontecem nas mais variadas linguagens. Dentre essas diversas manifestações, trazemos o Reisado como uma das que mais se destacam, sendo um dos elementos formadores da identidade e memória juazeirense. Considerando o Reisado como patrimônio cultural, cuja manifestação serve como suporte para reconstrução/recuperação de experiências sociais, trajetórias de vida e memórias no contexto da cidade, buscamos investigar a partir do Reisado de Congo do Mestre Aldenir, ícone reconhecido pela preservação dessa manifestação, cujas atividades desenvolvidas hoje se concentram no Centro de Formação e Apoio ao Reisado e Tradições Populares Mestre Aldenir, as perspectivas de construção e preservação da memória da cultura negra e afro-brasileira no âmbito das peças de Reisado criadas por ele.

Palavras-chave: Reisado, Patrimônio cultural, Cultura imaterial, Cultura negra e afro-brasileira.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA À MULHER: AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PODER PÚBLICO EM JUAZEIRO DO NORTE(CE)

Autor: Priscila Correia de Lima

Orientador: Joselina da Silva

Coautor(es): Vitória Gomes Almeida, Adriano Macêdo Duarte

Modalidade: oral

Área: sociologia

Violência Doméstica Contra à Mulher: ações desenvolvidas pelo poder público em Juazeiro do Norte(CE)

Devido a um número crescente de mulheres vitimadas, anunciadas na mídia e pelos órgãos competentes, vimos à necessidade de investigar o perfil dessas mulheres, de seus agressores, dos aparatos de apoio e qual a razão da permanência dessa problemática no contexto histórico da sociedade. Esta é uma pesquisa em andamento sobre os equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência, em Juazeiro do Norte. Diante destes e outros indicadores estabelecidos a partir das formulações citadas, vimos desenvolvendo quadros analíticos que possibilitam perceber algumas instituições públicas e o seu desempenho diante das mulheres que buscam atender. Assim, a pesquisa tem como principal objetivo promover a reflexão acerca de quais ações preventivas vem sendo desenvolvidas pelo poder público, na cidade de Juazeiro do Norte. Bem como mapear os locais que oferecem suporte às mulheres vitimadas e verificar as ações desenvolvidas pelos mesmos. Desejamos identificar se existe uma relação entre o aumento dos indicadores de violência e a qualidade do atendimento. Nossa campo de observação se estrutura a partir da análise dos dados relativos à violência na região, disponibilizados pelos setores públicos de apoio às vitimadas. Nossa atenção se volta para os documentos disponibilizados pelos órgãos públicos como também em entrevistas cedidas pelos (as) gestores (as) em posições hierárquicas, nos órgãos pesquisados. Para a realização deste trabalho investigativo, tem nos guiado perguntas iniciais tais como: Quando foram criados estes aparatos públicos? O que deflagrou seu surgimento? Que ações vêm desenvolvendo? Qual a estatística de casos atendidos? Qual o perfil de violências mais recorrentes? Qual o perfil das mulheres atendidas? Em algum período do ano há maior ocorrência de casos? O órgão conta com estrutura apropriada para o desempenho de suas funções precípuas? Há um treinamento e formação específica dos seus agentes quanto ao atendimento ao público? O universo do estudo tem como delimitação observar as ações e

atribuições dos diversos aparatos oficiais de apoio às mulheres vitimadas por violências e residentes na Região do Cariri, mais precisamente na cidade de Juazeiro do Norte. A pesquisa vem sendo desenvolvida nos locais oficiais instituídos na cidade e que se propõe a oferecer um suporte às mulheres vítimas de violência no ambiente doméstico. Esta é uma investigação em andamento, no âmbito do N'BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), da Universidade Federal do Ceará, campus avançado do Cariri. Este texto é parte integrante da pesquisa intitulada: Violência doméstica contra a mulher: Um olhar sobre o sistema de atendimento prestado em Juazeiro do Norte, que teve como conclusão a falta de estrutura física adequada no apoio às vítimas, além da falta de capacitação dos funcionários para atendimento a um público tão específico.

Palavras-Chave: Violência Doméstica. Gênero. Equipamentos Públicos.

OS ATENDIMENTOS PRESTADOS NOS ÂMBITOS GOVERNAMENTAIS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE (CE)

Priscila Correia de Lima¹
Vitória Gomes Almeida²
Adriano Macedo Duarte³
Joselina da Silva⁴

Resumo

Devido a um número crescente de mulheres vitimadas, anunciadas na mídia e pelos órgãos competentes, vimos à necessidade de investigar os equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência, em Juazeiro do Norte. A pesquisa tem como objetivo promover a reflexão acerca de quais ações preventivas vem sendo desenvolvidas pelo poder público. Bem como mapear os locais que oferecem suporte às mulheres vitimadas e verificar as ações desenvolvidas pelos mesmos. Nosso campo de observação se estrutura a partir da análise dos dados relativos à violência na região, disponibilizados pelos setores públicos de apoio às vitimadas. Nossa atenção se volta para os documentos disponibilizados pelos equipamentos como também em entrevistas cedidas pelos (as) gestores (as) em posições hierárquicas, nos órgãos pesquisados. O presente artigo faz parte de uma pesquisa em andamento no âmbito do N'BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), da Universidade Federal do Ceará, campus avançado do Cariri.

Palavras-Chave: Equipamentos Públicos. Gênero. Violência Doméstica.

1 INTRODUÇÃO

A permanência nos dias atuais da violência contra a mulher é explicada muitas vezes por estar arraigada no contexto histórico da sociedade, por exemplo: na Grécia antiga as mulheres eram confinadas em casa e eram tratadas como escravos ou estrangeiros, não sendo reconhecidas como cidadãs; no Egito eram obrigadas a trabalhar junto com os escravos na construção de pirâmides; em Roma somente os homens podiam pedir o divórcio, e quando isso acontecia a mulher perdia a guarda dos filhos e o status social; na Idade Média mais de 30 mil mulheres foram assassinadas sob a acusação de serem bruxas, todos os exemplos citados comprovam as situações em que as mulheres são excluídas jurídicas, política e socialmente tendo como único papel o de constituir família, procriar e viver em função do seu marido.

¹ Graduanda em Biblioteconomia, Universidade Federal do Ceará- campus Cariri.

² Graduando em Biblioteconomia, Universidade Federal do Ceará - campus Cariri.

³ Graduanda em administração pública, Universidade Federal do Ceará - campus Cariri.

⁴ Socióloga, Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará - campus Cariri

Gradualmente a partir de lutas feministas iniciadas ainda em 1792 e a constante urbanização e industrialização que transformaram a vida em sociedade, as mulheres passaram a trabalhar fora de casa, ter acesso à educação e a modificar seus hábitos e comportamentos e a protestar contra esse papel de submissão e obediência que sempre lhes foram impostos. Aqui no Brasil a partir da década de 1970 se tornou mais expressivo, além da emancipação feminina, foi- se discutido muito a respeito da sexualidade, aborto, o fim da ditadura e da censura. Como conquista mundial citamos a instituição do dia 8 de março pela ONU e nacional a criação da delegacia da mulher em 1985 na cidade de São Paulo, em Juazeiro do Norte nosso objeto de estudo.

A principal ferramenta nessa luta feminista e social pelos seus direitos é a criação de políticas públicas efetivas e eficazes de auxílio no tratamento das mulheres vítimas de violência. A mesma pode ser expressa por meio de atos agressivos, abusivos e de total falta de respeito para com o outro. Permeia o interior da sociedade desde sua formação, vivenciando deste modo um processo de desvalorização e preconceito com relação ao sexo feminino. Este problema vem aos poucos sendo trabalhado a fim de possibilitar igualdade e respeito entre todos, independentemente da raça, gênero ou condição financeira. Sendo esta uma situação que envolve todas as camadas da sociedade, sem distinções entre classe social ou raça, provocando sequelas profundas na pessoa que sofre as agressões.

Este é um problema presente nos mais diversos locais vindo sendo alvo constante da mídia e de campanhas do governo. Porém, sabemos que esse tema não é atual e que o homem vem ocupando ao longo da história um papel de prestígio e superioridade, enquanto a mulher coube o papel da submissão e opressão. Nessa sociedade patriarcalista e machista a mulher que apresentasse um comportamento diferente do “normal” era marginalizada e tida como fora dos padrões. A partir dos movimentos feministas que busca a igualdade de gênero e a emancipação feminina, iniciados na Revolução Francesa, ganhando força a partir da década de 60, é que começa a quebra de antigos tabus. De acordo com Bourdieu:

(...) a revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce têm em jogo, não como se diz a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder, sobretudo os princípios de construção e avaliação de sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se para se fazer reconhecer.(BORDIEU,1989)

As mulheres começaram a ter seus direitos quando passaram a reivindicá-los. No entanto ainda é longo o caminho a percorrer buscando o fim da desigualdade de gênero. O

presente artigo tem como objetivo analisar a violência doméstica e os equipamentos de apoio às mulheres na cidade de Juazeiro do Norte sabendo que estes têm uma grande importância no combate a violência e proteção às vitimas. E por fim identificar se existe uma relação entre o aumento dos indicadores de violência e a qualidade do atendimento.

O poder público tem trabalhado com o intuito de erradicar esse fenômeno social, que representa a perda dos direitos humanos da mulher. Neste sentido, foram criadas nas comarcas de Fortaleza e Juazeiro do Norte - com a aprovação da Lei Estadual N° 13.925, de 26 de julho de 2007 - os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para atender as exigências da Lei Federal N° 11.340, de 7 de agosto de 2006. O objetivo principal é prevenir e coibir à violência contra a mulher.

Entretanto, as políticas públicas aplicadas para dar suporte a este público tão específico, precisa além de tudo conhecer o território no qual será inserido. Se não houver o estudo da área onde o órgão irá atuar, por qual motivo vai atuar e se existe uma demanda no local, isso já mostra uma ineficiência na implantação deste equipamento público. Devido a um número crescente de mulheres vitimadas, anunciadas na mídia e pelos órgãos competentes, vimos à necessidade de investigar o perfil dessas mulheres, de seus agressores, dos aparatos de apoio e qual a razão da permanência dessa problemática no contexto histórico da sociedade.

Esta é uma investigação em andamento, no âmbito do N'BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), da Universidade Federal do Ceará, campus avançado do Cariri. Este texto é parte integrante da pesquisa intitulada: **Violência doméstica contra a mulher: Um olhar sobre o sistema de atendimento prestado em Juazeiro do Norte.**

2 DESENVOLVIMENTO

Nossa metodologia tem abrangido um levantamento biográfico da literatura específica sobre violência de gênero e violência doméstica. Paralelamente, temos voltado nossos estudos para os novos aspectos legais que circundam a temática analisada na pesquisa em tela. Outra estratégia metodológica tem sido visitar órgãos públicos voltados à defesa e proteção às mulheres vitimadas, localizados na cidade de Juazeiro do Norte Ceará. Trata-se, portanto, de uma pesquisa quantitativa com o apoio de metodologias qualitativas que permite entrevistas aos gestores dos equipamentos públicos.

O presente panorama refere-se a três visitas nos: CRRM, CREAS e o CONDEM. Onde entrevistamos funcionários de alto escalão e representatividade na hierarquia dos órgãos visitados. Ou seja, foram nossos informantes privilegiados, uma assistente social, uma psicóloga, uma coordenadora e uma advogada. Para a realização deste trabalho investigativo, temos guiado perguntas iniciais tais como: Quando foram criados estes aparatos públicos? O que deflagrou seu surgimento? Que ações vêm desenvolvendo? Qual a estatística de casos atendidos? Qual o perfil de violências mais recorrentes? Qual o perfil das mulheres atendidas? Em algum período do ano há maior ocorrência de casos? O órgão conta com estrutura apropriada para o desempenho de suas funções precípuas? Há um treinamento e formação específica dos seus agentes quanto ao atendimento ao público?

3 PANORAMA DAS VISITAS AOS APARATOS LEGAIS EM JUAZEIRO DO NORTE-CE

No dia 23/05/2012 por volta das 11 horas, foram efetuadas ligações para alguns órgãos legais de apoio às mulheres vítimas de violência, com o intuito de marcar uma data para analisarmos o seu funcionamento. Os referidos órgãos foram o (CREAS) Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Comissão da OAB Mulher, e o Núcleo de Gênero Pró-Mulher todos do município de Juazeiro do Norte. A primeira ligação foi feita à Comissão da OAB Mulher, constatamos depois de várias tentativas que o número de serviço disponibilizado não funcionava. A outra tentativa de ligação foi feita ao (CREAS). Fomos atendidos pela recepcionista, que nos informou que somente a Coordenadora do estabelecimento, uma pedagoga, não se encontrava. Somente ela poderia agendar a nossa visita. Ela também informou que o órgão conta com o apoio de três assistentes sociais e uma psicóloga.

Por último ligamos para o Núcleo de Gênero Pró-Mulher, onde na primeira tentativa a ligação foi atendida por outro órgão o Juizado de Violência Doméstica e familiar, pois o responsável pelo Núcleo e também atua no Juizado. Na tentativa seguinte fomos atendidos por uma pessoa que se identificou como sendo o motorista do estabelecimento. O mesmo nos informou que no momento a instituição contava com a presença da auxiliar de serviços gerais, o vigilante informou que não havia hora certa para a presença do titular no órgão. Com isso pode-se perceber que a partir de simples ligações, é possível ver a fragilidade do sistema de apoio às mulheres vítimas de violência, um público tão específico que na maioria das vezes

não procura ajuda aos órgãos públicos, por estes que deveriam ser de fácil acesso, não contarem com a estrutura adequada no atendimento às vítimas.

4 CRRM

O Centro Regional de Referência da Mulher - CRRM, localizado na Rua Odilon Gomes, 98, bairro Tiradentes, no município de Juazeiro do Norte. Desde a sua criação o centro já receberam 64 mulheres, mas nem todas estão sendo atendidas atualmente, segundo a assistente social em media seis mulheres são atendidas semanalmente por profissionais do equipamento. Levando em conta o número de mulheres já atendidas, nota-se que houve um aumento, desde a ultima visita feita no dia 24 de maio.

A equipe de atendimento consta com a psicóloga, advogada (que faz a orientação jurídica), assistente social (que encaminha a vítima para algum programa social), guarda municipal (segurança do local), recepcionista (que fornece às primeiras informações as vítimas), um motorista e a coordenadora que é responsável pela administração do local. Os meios de encaminhamento das vítimas até o centro ocorrem através do CRAS, CREAS, DEAM, Núcleo Pró-mulher, delegacia, postos de saúde, indicação de amigas ou por conta própria.

Segundo a assistente social o intuito do trabalho realizado pelos profissionais do centro é informar a mulher sobre todos seus direitos, para que reflita sobre sua atitude de denunciar o agressor. E em seguida deixa claro que o equipamento é destinado às mulheres em situação de violência, seja ela psicológica, física, sexual, patrimônio e moral, com um atendimento em pleno sigilo. De acordo com a psicóloga todas as mulheres apresentam um quadro de estado emocional abaladas, de medo, de vergonha, de vontade de retirar a queixa contra o agressor e que o trabalho busca reconstruir a autoestima das vítimas, reavivando nessas mulheres a condição de ser protagonistas de sua própria estória.

O processo de escolha do local do CRRM, segundo a psicóloga segue uma norma técnica elaborada e estabelecida pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, vinculadas ao Governo Federal, nessa norma está presente à política de manter o sigilo no atendimento e também da proibição da entrada de homens no local (com exceção de pessoas do judiciário ou funcionários), pois se acredita que a presença deles causaria desconforto, constrangimento e até mesmo medo por parte das vítimas. Ao questionar sobre ações de prevenção e divulgação sobre a violência contra a mulher e o serviço prestado pelo CRRM a advogada responde que essa divulgação existe e ocorre sempre que solicitada por alguma escola ou serviço de saúde

na comunidade e a ainda ressalta que elas prezam muito por esse tipo de ação, pois é parte da política do CRRM que isso seja feito, com o intuito de prevenir e informar as mulheres a respeito de seus direitos e dos locais de atendimento, porém a mesma afirma que não é uma prática que ocorre com muita frequência.

De acordo com as estatísticas elaboradas pela assistente o perfil socioeconômico das vítimas é de que 56% não possui renda, 24% entre um a dois salários, 12% mais de dois salários e 8% menos de um salário mínimo. Como a maioria dos casos de violência são praticados pelo o companheiro ou ex-companheiro, a vítima costuma ser dependente do agressor. É importante ressaltar que às vezes esse problema pode ser um dos motivos que impeça algumas mulheres de se separar do agressor.

Nota-se que 36% das mulheres que o centro atende tem idade de 18-24, a maioria como se observa são mulheres que assumiram cedo o papel na família. O nível de escolaridade das vítimas é de 44% não tem ensino fundamental completo, e a assistente social ainda ressalta que essa é uma das dificuldades de encaminhar as vítimas aos cursos que o centro disponibiliza em parceria com o SENAI e SENAC. Visto que os cursos exigem que o participante tenha pelo menos o certificado de conclusão do ensino fundamental.

A pergunta seguinte diz respeito ao o papel do serviço social junto às mulheres que sofrem violência. Que segundo a entrevistada, a profissional do serviço social é a primeira que observa a demanda da mulher, acolhe a vítima e em seguida encaminha aos profissionais do centro (advogada e psicóloga). É também responsável por encaminhar, se houver necessidade, para outros equipamentos de assistência a mulher. De acordo com a assistente social, o centro tem um projeto de visita domiciliar. Essa visita ocorre quando o centro tem a certeza que a vítima não está mais com o agressor. Para não correr risco de está colocando a vida da vítima em perigo.

Na explicação de como ocorre o processo de encaminhamento da vítima até os serviços, a assistente diz que o primeiro passo é identificar a necessidade da mulher. Se ela está desempregada, se possui renda, observar também questão da escolaridade, como o centro está encaminhado à vítima a algum curso. Sobre os cuidados do CRRM a vítima fica o tempo que for necessário.

Quanto aos serviços existentes conseguirem atender a mulher de forma integral. Segundo a assistente, não é integral, pois o serviço depende da vontade da vítima. Cita um exemplo que às vezes encaminha a vítima à delegacia e ela não quer ir ou às vezes nem procura o serviço. Ela confirma isso porque o centro possui o contra retorno que identifica se

a mulher foi realmente procurar o serviço encaminhado. Tem casos de mulheres que desistem. Em seguida o grupo pergunta quanto à questão da estrutura, se ela ajuda no desempenho da função dos profissionais.

A assistente social ressalta que em geral é boa a estrutura. Cada profissional tem a sua sala e materiais, o uso do veículo para encaminhar a vítima, a estrutura física garante segurança. E lembra que ainda têm certas dificuldades para desenvolver oficina, muitas vezes falta material e espaço para os filhos menores das possíveis vítimas. Continuando a próxima pergunta, a assistente social ressalta que ainda não é possível afirmar qual seria o bairro que se observa maior índice de violência. Visto que a demanda do centro ainda é pouca e os bairros são bem diversificados.

A penúltima pergunta se refere ao processo de escolha dos profissionais do CRRM. Segundo a assistente social, a escolha é feita pela diretora do departamento. Elas ainda revelam que não tiveram nenhuma capacitação de imediato, foram se aperfeiçoando ao longo do trabalho. A entrevistada finaliza o discurso afirmando que realmente ainda é muito preocupante o número de mulheres que são violentadas na região. E ressalta mais uma vez que a procura e a demanda do centro seja muito pouca. Se for comparar com a delegacia que na segunda feira é cheia de mulheres, ela alega que não atende nem 10% dessas mulheres que procuram a delegacia.

5 CREAS

CREAS- Centro de Referência Especializada da Assistência Social de Juazeiro do Norte, localizado no bairro Salesianos, na Rua Delmiro Gouveia. Segundo a coordenadora do CREAS, a equipe que integra o CREAS é multidisciplinar e formada por três assistentes sociais, psicopedagoga, quatro educadores, duas psicólogas, uma auxiliar de serviços gerais, uma recepcionista, um motorista e o advogado.

De acordo com a coordenadora o CREAS dá preferência aos profissionais que tem nível superior, seja da área da Pedagogia, História e Geografia. Esses educadores vão estar diretamente ligados aos técnicos (assistente sociais) que fazem o atendimento. Quando o usuário (vítima) chega ao equipamento, ela é atendida pela assistente social que faz a triagem para encaminhar caso haja a necessidade para o advogado, psicóloga. Longo o educador vai estar presente nesse momento de atendimento a vítima preenchendo a ficha que o CREAS chama de instrumental. O educador vai estar pegando todos os dados do usuário. O público alvo

muito diversificado, crianças, adolescente e o deficiente que sofre negligência.

Como se observa no âmbito doméstico os filhos também passa junto com a vítima pela situação de violência. Necessita de uma atenção especializada é o que nos relata a coordenadora do CREAS e ainda acrescenta que o foco é o acesso da família a direitos socioassistenciais, por meio de recursos e capacidade de proteção. O CREAS desenvolve o sistema de acompanhamento toda semana com essas vitima. Assim o como o CRRM, também é feito a visita domiciliar junto com os integrantes do equipamento. Também desenvolve projetos no sentido de ofertar curso com auxilio do instrutor.

De acordo com a coordenadora e a assistente social o inicio de propósito Centro era atender 80 famílias. Como o CREAS atende a mulher da zona urbana e zona rural juntando tudo já teve meses que o CREAS já atendeu mais de 400 famílias. O publico alvo geralmente são Famílias extremamente pobres. Mais isso não implica afirma que as outras mulheres de classe média ou alta estejam de fora do problema. Os Bairros: frei Damião, triângulo e João Cabral. É os bairros que o CREAS recebe com frequênciā famílias que estão passando por violência Doméstica.

A entrevista nos expõe que em 2007 houve uma grande polêmica. Existia o SOS criança que trabalhava só com um público específico a criança e o adolescente. E tinha o Conselho Tutelar que também tinha mesma função. Então não fazia sentido dois equipamentos trabalharem com o mesmo público. Ficava de fora o idoso, deficiente e a mulher. Um público que também sofre violência. A partir dessa necessidade de atender toda essa demanda que ficava de fora surgiu à instalação do CREAS para suprir essa necessidade.

Em seguida comenta que houve a necessidade de instalação de novos equipamentos. Como CRRM, CRI (Centro de Referencia ao Idoso), Centro Pop que cuida especificamente da população de rua. Tudo passou a melhorar nesse sentido, porque foi implantado instalações de equipamentos especializados em um determinado público. Até então só existia o CREAS para atender esse público.

6 CONDEM

Referindo-se ao Conselho Municipal de Defesa da Mulher (COMDEM) de Juazeiro do Norte, localizado no bairro Franciscanos, integra-se por representantes de órgãos governamentais e não governamentais num total de doze conselheiras. Entre os representantes de governo estão a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania; a

Secretaria Municipal de Educação e Esporte; a Secretaria Municipal de Saúde; a Secretaria Municipal de Administração; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Serviços Públicos e a Câmara Municipal.

O CONDEM funciona na sala de conselhos do CSU. Possui como objetivo discutir, elaborar, reivindicar e fiscalizar políticas públicas relativas aos direitos da mulher. Nas suas atribuições e competências tem como função fiscalizar o cumprimento de leis federais, estaduais e municipais que atendam aos interesses das mulheres. Propõe-se a promover a defesa dos direitos da mulher, eliminar as discriminações e promover a plena integração na vida socioeconômica, política e cultural, como informa nossa entrevistada.

A entrevistada está no cargo de coordenadora há dois anos e a 30 anos de luta no Movimento Feminismo. De acordo com a coordenadora o Conselho completou em maio de 2012 dezenove anos de luta em defesa à mulher. No contexto histórico de diretoria o Conselho teve a sua primeira diretoria eleita em 1998 junto com o presidente do Conselho da região do Cariri. O Conselho municipal de defesa da mulher foi instituído em 5 de março de 1993.

De acordo com a coordenadora do Conselho de Defesa da Mulher (CONDEM) se viu a necessidade de instalação desse conselho devido ao grande número de mulheres que são violentadas na cidade de Juazeiro do Norte. Em seguida diz que o CONDEM surge através da visão de defender os direitos da mulher e servir como referência aos outros municípios da região. Hoje na nossa região devido à luta do conselho municipal, a coordenadora afirma que temos uma Rede de Equipamentos que são referencia, como o Juizado Especializado, CREAS, CRRM e CRAS.

Ao questionarmos quais são as metas e os objetivos do Conselho da Mulher para que se possa tentar diminuir a incidência de violência. A entrevista nos fala de um sonho que é a implantação de uma casa de apoio a mulheres vítima de violência no município de Juazeiro do Norte. A mesma nos afirma que ainda existir uma grande dificuldade na instalação dessa casa de apoio. Visto o que se pensa é que a casa de apoio não pode ser Município, a mesma precisaria a ser Regionalizada. Então tudo que se pensa na política pública para as mulheres é preciso que se pense no macro região. Explica-nos por Juazeiro do Norte ser uma cidade Polo. E ainda acrescenta que há uma dificuldade muito grande por parte dos gestores.

Em seguida conta sobre as políticas públicas voltadas para a mulher e cita como exemplo a Rede Cegonha que visa tratar da mulher durante a gestação. Afirma que graças à luta travada pelo Movimento Feminista a mulher conseguiu ter acesso aos direitos que até

então não tinha. Finaliza a entrevista falando que o CONDEM é um órgão fiscalizador. Em cima das ações que os equipamentos tendem seguir perante a lei. O Conselho faz cobrar se realmente está sendo cumprida.

7 ASPECTOS CONCLUSIVOS

Com o advento da Lei Maria da Penha (Lei Federal N° 11.340 de 7 de agosto de 2006), houve um aumento considerável de denúncias contra os agressores, assim nós revelando uma maior confiança das mulheres na aplicação da lei, e consequentemente na punição do agressor. Contudo sabemos que mais propostas devem ser planejadas, elaboradas e implantadas a fim de promover maior proteção e uma vida digna, sem marcas de agressão, a todas as mulheres.

Compreende que cada vez mais esteja se formando um corpus de pensamento que equipa e alerta a sociedade sobre esse problema social, que é a violência contra as mulheres. No entanto, pouco se pode afirmar, por ausência de maiores dados, sobre os números e formato da violência perpetrada no âmbito doméstico na cidade de Juazeiro do Norte. Uma das hipóteses que subsidiam nossas constatações até o momento pauta-se na ausência de instituições públicas melhor solidificadas estrutural e economicamente para atender aos objetivos para os quais foram criadas.

A pesquisa vem sendo desenvolvida nos locais oficiais instituídos na cidade e que se propõem a oferecer um suporte às mulheres vítimas de violência no ambiente doméstico. Até o momento vimos observados o escasso número de funcionários habilitados ao desenvolvimento das funções às quais foram designados. Percebemos também ausência de estrutura física adequada e infraestrutura de equipamentos (móvels, computadores, arquivos, entre outros) para o efetivo desempenho da função a que se destina. Porém, cada uma destas ausências estruturais não se aplica a todos os órgãos. Temos observado que ainda faltam iniciativas públicas na construção de casa de apoio a essas mulheres vítimas de violência doméstica no município de Juazeiro do Norte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 262p.

BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. Lisboa: Difel. 1989;

FARAH, Marta Ferreira Santos: **Gênero e políticas públicas.** Estudos Feministas, Florianópolis, 2004, 25 p.

PINTO, Giselle: **Mulheres no Brasil: esboço analítico de um plano de políticas públicas para mulheres.** Minas Gerais, 2006, 19 p.

SILVA, Joselina da; CARMO, Nicácia Lima do; SILVA, Marta Benjamim da. **Os equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência: experiências no Cariri.** Caderno do espaço, 2009, 21 p;

SILVA, Albenício Lourenço da; Lucena, Marta Rosenaide: **Gênero e emancipação humana: uma reflexão sócio-cultural.** Londrina, 2011, 9 p.

SANTOS, Cecília Macdowell; AZUMINA,Wânia Pasinato. **Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estados feministas no Brasil.** São Paulo: Revista E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, da Universidade de Tel Aviv, em 2005;

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a Mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 314).



Grupo Temático 7: Sistemas e redes de instituições memoriais

CAMINHOS DO PATRIMÔNIO: Cartografia das instituições de memória em Juazeiro do Norte

RESUMO: Juazeiro do Norte, lugar conhecido como celeiro de manifestações religiosas, culturais e artísticas, localizado no Cariri Cearense, possui uma historiografia marcada pela presença de um Catolicismo popular desencadeado pelo “milagre da hóstia”, que proporcionou sua transformação, de um pequeno vilarejo, a um espaço de turismo religioso e encontro de culturas, onde as celebrações, ofícios e formas de expressão acontecem nas mais variadas linguagens. Sabendo da sua riqueza historiográfica e cultural, e que se faz objeto de estudo das mais diversas pesquisas, sentiu-se a necessidade de cartografar essas instituições de memória (museu, memorial, arquivos, bibliotecas, institutos), a fim de socializar seus acervos enquanto patrimônio cultural e fonte especializada de informação, que possibilita a (re)construção da memória social da cidade. Nesses lugares de memória, de acordo com Pierre Nora (1993), encontramos o resultado de uma construção histórica, que conta através de documentos e monumentos, os processos sociais ocorridos em um determinado período. Dessa maneira como resultado de uma pesquisa exploratória, trazemos essas instituições de memória e nos propomos a partir da perspectiva de cartografá-los, identificar as características e conteúdos de seus acervos, sejam eles oficiais ou não, e que permitem olhar e refletir Juazeiro do Norte, sob as mais diversas perspectivas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Instituições de Memória; Juazeiro do Norte.

ABSTRACT: Juazeiro do Norte, place known as Barn religious events, cultural and artistic, located in the CaririCearense, has a history marked by the presence of a popular Catholicism triggered by the "miracle of the host", which provided its transformation from a small village, the a religious tourism space and meeting of cultures, where the celebrations, crafts and forms of expression occur in many different languages. Knowing of his historiographical and cultural wealth, and that is the object of study from various surveys, felt the need to map these memory institutions (museum, memorial, archives, libraries, institutes) in order to socialize their collections while cultural heritage and expert source of information, which enables the (re)construction of the social memory of the city. In these places of memory, according to Pierre Nora (1993), we find the result of a historic building, which has through documents and monuments, the social processes occurring in a given period. This way as a result of exploratory research, we bring these memory institutions and we propose from the perspective of cartographer them, identify the features and contents of their collections, whether official or not, and which allow looking and reflect North Juazeiro, under different perspectives.

KEYWORDS: *Cultural heritage; Memory institutions; Juazeiro do Norte.*



INTRODUÇÃO

Juazeiro do Norte, município localizado no sul do Ceará, destaca-se entre as cidades no interior do estado, por ser um pólo religioso, turístico e industrial. A cidade transformou-se de um pequeno vilarejo pertencente à cidade do Crato, a uma das maiores economias do estado, bem como um lugar de encontro de culturas, onde as celebrações, ofícios e formas de expressão acontecem nas mais variadas linguagens.

Defendido por Paiva (2004), que o fato se deve a Padre Cícero, em cujos preceitos e conselhos ensinados a população e aos romeiros, estava o de fazer “em cada casa um altar, em cada casa uma oficina”, a cidade é hoje referência por sua efervescência/pluralidade cultural e pelo turismo religioso, possibilitado

[...] em decorrência da atribuição ao padre de um poder fazer milagres. Esta crença é oriunda, dentre outros fatores, do fenômeno da transformação de uma hóstia em sangue, em 1889, no momento em que o Padre Cícero oficiava a comunhão de uma jovem devota, conhecida como Beata Maria de Araújo [...] Estes fenômenos com todas as consequências posteriores, aliados a condições sócio-econômicas mais amplas, geraram um caldeirão cultural fervente e a história da cidade foi construída, em grande medida, com base em tais elementos. (GRANGEIRO, 2013, p. 23).

Dessa maneira, sob um pilar religioso (expresso através do catolicismo popular¹ e romarias), bem como artístico (expresso em diferentes linguagens de uma “cultura popular” como com o cordel, as cantorias, reisados, lapinhas, xilogravuras, esculturas...) é que a cultura e identidade local foram sendo construídos, na qual os mitos, discursos (oficiais e não-oficiais), documentos e memórias, contam a história da cidade.

Verifica-se a existência de diversas instituições em Juazeiro do Norte, cujos acervos de natureza heterogênea (documental, monumental, bibliográfico, imagético...) se revelam enquanto lugares de memória, uma vez que

¹ De acordo com Renata Marinho Paz (2003, p. 7), é caracterizado pela devoção aos santos e almas, pelo apego às promessas e milagres, o catolicismo popular é fortemente marcado por rituais coletivos e festivos, conduzidos por leigos. Frente a isso, a romanização encetou esforços no sentido de impor um catolicismo mais interiorizado espiritualmente, menos festivo e mais sacramental, menos coletivo e mais individual, onde a presença do sacerdote é fundamental.



Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Estes permitem compreender a complexidade existente na historiografia da cidade, uma vez que contribuem diretamente para a preservação da memória e se configuram enquanto fontes potenciais para realização de pesquisas científicas.

Partindo dessa constatação, percebemos uma lacuna no que tange o estudo dessas instituições enquanto lugares de memória da cidade de Juazeiro do Norte, e nos propomos a partir da perspectiva de cartografá-los, identificar as características e conteúdos de seus acervos, a fim de sistematizar e disseminá-los enquanto patrimônio cultural, potencializando-as enquanto fontes especializadas de informação.

Para isso, definimos a pesquisa como sendo exploratória descritiva, uma vez que esta permitirá uma maior familiaridade com o objetivo proposto (GIL, 2008) para posterior descrição. É caracterizada como uma pesquisa de campo, pois realiza a coleta de dados junto às instituições (FONSECA, 2002), acerca de sua memória e acervos, sendo essa etapa mediada através da realização de visitas aos respectivos locais. Para além da cartografia, o presente trabalho se propõe a refletir sobre a preservação da memória na cidade, indagando como se dá a atuação dessas instituições cujos acervos permitem a salvaguarda de documentos de memória, de onde se evocam as diversas vozes e discursos existentes na composição da história da cidade.

2 JUAZEIRO DO NORTE: terra da cultura e da fé

*Os Juazeiros eram então
o meio da encruzilhada
os feirantes que passavam
naquela rústica estrada
paravam pra se refazer
de sua vida cansada²*

A história da cidade de Juazeiro do Norte tem na figura do Padre Cícero Romão Batista, um imaginário criado ao longo do tempo. A história da primeira se (con)funde com a história do segundo, que hora aparece representado como figura

² Folheto “Quando o Padre Cícero chegou a Juazeiro do Norte” de Abraão Batista.



mística do sertão nordestino, um santo de devoção popular e, hora aparece como líder político gerador de polêmicas e debates.

Tais histórias se fazem presentes em todas as áreas e campos socioculturais, como saberes, religiosidades, romarias, ruas, praças, estabelecimentos comerciais, monumentos, monumentos históricos, entre outros tantos que compõe um acervo cultural material e imaterial.

A história oficial conta que na Fazenda de Tabuleiro Grande pertencente a Leandro Bezerra Monteiro, originária de sesmarias registradas ainda no século XVIII, foi o local de onde tudo começou na qual,

Juazeiro era à época um modesto e desconhecido povoado à distância de três horas a cavalo do próspero Crato. Lugarejo rude, originara-se, como tantos outros povoados da região hoje denominada Nordeste, duma pequena capela de fazenda, mandada construir em honra de Nossa Senhora das Dores em 1827 pelo fazendeiro e padre Ribeiro Silva. A população da vila e arredores em 1875 não passava de dois mil paupérrimos habitantes, muito dos quais trabalhando nas lavouras de cana-de-açúcar de cinco famílias latifundiárias locais. O lugarejo apresentava apenas dois pedaços de ruas, uma igrejinha, uma escola e 32 prédios de palha; constituía-se apenas uma pousada para os viajantes e comboieiros que se dirigiam para o Crato, os quais descansavam à sombra dos frondosos juazeiros. Não tinha nenhuma expressividade econômica (FARIAS, 2007, p. 174).

Quando (re)contada pelos poetas e pela tradição, a história assimilada e que se fez ecoar foi a da existência de três pés de juazeiro, que nas palavras de Carvalho (1998, p. 20-21) fazem com que a história da fundação da cidade apresente “uma conotação mística [...] que foram incorporados também pela iconografia e estão em todas as representações que são feitas da origem do povoado”.

Dentre essas representações trazemos a que é feita nos folhetos³, por ser uma expressiva manifestação entre as diversas que compõe o contexto artístico-cultural da cidade, e revela naqueles que testemunham a fundação da cidade, esse sentido lendário: “*Com esses três juazeiros/ Grande história teve início/ Escrita com*

³“[...] o folheto não é um livro escrito e impresso, ele não é ‘literatura’ no sentido moderno da palavra, mas um produto da primeira etapa da transição da oralidade para a escrita, uma fase de oralidade mista ou segunda, no sentido em que Paul Zumthor utiliza esses conceitos nos seus estudos de literatura medieval” (LEMAIRE, 2008, p. 297) que no contexto nordestino “optou pelo formato poético e se apropriou de todos os códigos da cantoria para conservar as marcas da oralidade em cada verso, em todas as estrofes” (CARVALHO, 1999, p. 264).



esperança/ Fé, trabalho e sacrifício/ Padre Cícero Romão/ Cumpriu a nobre missão/ Fez concreto benefício⁴.

Se a origem da cidade começa a ser contada em tons míticos, os fatos acontecidos posteriores a chegada do Padre Cícero no povoado, contribuem para a perpetuação desse imaginário preservado na memória coletiva, uma vez que

Na manhã do dia primeiro de março de 1889, quando o padre Cícero Romão Batista ministrou a comunhão a uma beata chamada Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo, a hóstia consagrada verteu sangue [...] O fenômeno provocou naquela época inúmeras discussões entre padres, bispos, médicos e jornalistas que se preocupavam com sua origem do fenômeno. Embuste, atuação divina ou obra do diabo? O sangramento da hóstia, que logo passaria a ser considerado como um milagre pela população local foi objeto de uma investigação empreendida pela Diocese cearense através de um processo episcopal (dividido em dois inquéritos) executado entre 1891 e 1893 (NOBRE, 2014, p. 16).

A autora coloca ainda, que a princípio esse acontecimento foi mantido em segredo, mas devido se repetir durante as quartas e sextas-feiras do mês da quaresma, foi ganhando popularidade e inaugurou uma nova fase na cidade: as romarias. Em decorrência da transmissão oral na difusão do milagre, uma vez que o povo exultava com o acontecimento desse fato, a fama do padre se espalhou sertão adentro, e instaurou a ideia do povoado como sendo a Nova Jerusalém (CARVALHO, 1999), e com isso

O milagre da hóstia atraiu profetas, beatos, beatas, poetas populares, repentistas, cantadores e romeiros que, chegados ao Juazeiro do Norte, passaram então a divulgar o seguinte veredicto sobre o padre: “Se ele não é o Pai, tão pouco o Filho misericordioso, só pode ser o Divino Espírito Santo” [...]É a partir das narrativas e falas dos romeiros e moradores do Juazeiro do Norte sobre a vida e morte do padre que se opera um jogo contínuo, entre a memória e o esquecimento, formador de todo um imaginário simbólico local (FARIAS, 2009, p.3-4).

Nesse contexto em que vigora a oralidade, os bens simbólicos (manifestações de uma dita cultura “popular”, a romaria, entre outros) juntamente com todo o patrimônio edificado da cidade “se constituiriam como fontes para a compreensão de todo o processo histórico e se apresentariam como valiosos reforços do mito”

⁴Folheto "Juazeiro do Norte um século de progresso e fé" de Josenir Lacerda.



(CARVALHO, 1999, p. 263), caminho pelo qual enveredamos, buscando os lugares de memória da cidade.

3 CAMINHOS DO PATRIMONIO: As instituições de memória em Juazeiro do Norte

A memória, habilidade humana de reter fatos, experiências e lembranças, é considerada por Nora (1993) como algo que não existe mais. Segundo o autor, devido à mundialização, massificação e mediatização, há um desmoronamento de nossa memória, que é substituída pela película efêmera da atualidade.

Como consequência, nossa sociedade passa a consagrar os chamados lugares de memória, que são antes de tudo restos. Essa conclusão vem da compreensão de Nora (1993) da memória enquanto algo dinâmico, uma vez que é carregado por grupos vivos e está aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, enquanto os espaços destinados à preservação da memória, que possuem uma função icônica, não conseguem abarcar a complexidade dinâmica da memória, e sendo assim são restos de um passado e de uma memória que não existe mais.

Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido (NORA, 1993, p. 8-9).

Com um triplo sentido, os lugares de memória são lugares materiais, simbólicos e funcionais:

são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória (NEVES, 2007).

Como parte do patrimônio, esses lugares de memória constituem-se de bens materiais, imateriais e naturais. Em Juazeiro do Norte, esses lugares enquanto espaços físicos cercam-nos a todo o momento através das praças, igrejas, memoriais, ruas e ambientes naturais.



Sabendo da amplitude do conceito e a fim de estabelecer um recorte neste trabalho, delimitaremos nossa cartografia às instituições de memória existentes na cidade, por sua intencional missão de preservar a história de uma sociedade, através dos documentos e monumentos de salvaguarda.

3.1 FUNDAÇÃO MEMORIAL PADRE CÍCERO

Inaugurado em 22 de julho de 1988 sob o nome de Fundação Juazeiro do Norte, foi construída onde antes se localizava a Praça do Cinquentenário⁵, local esse criado em comemoração aos cinquenta anos da cidade, mas destruído para dar lugar ao que seria posteriormente redenominado em 20 de março de 1993, para Fundação Memorial Padre Cícero.

Tendo em vista ser um ambiente de estudos, pesquisas e palestras sobre o Padre Cícero, abriga em seu interior um museu, uma biblioteca e um auditório,

com objetos que foram do uso pessoal do padre, como vestimentas e louças, além de fotografias e algumas obras de arte da época. Na biblioteca do mesmo, uma vasta bibliografia reunindo as muitas obras de quem escreveu a favor e as poucas dos que pensavam diferente sobre o padre. O auditório tem capacidade para 400 pessoas e o Memorial foi construído no largo da Capela do Socorro, onde o sacerdote foi sepultado (FUNDAÇÃO MEMORIAL PADRE CICERO, 2015).

Entre os objetos que constituem o acervo estão acessórios religiosos utilizados pelo Padre Cícero, desde o ano de 1889, bem como lenços, aparelho de jantar em porcelana com o monograma “Pe. Cícero” gravado em ouro; talheres e peças em prata portuguesa, além dos três volumes do seu testamento; a biblioteca conta com livros, biografias, cordéis, documentos e uma coleção de fotografias, em sua maioria doados por pesquisadores da região (PINHEIRO; PEREIRA; CARNEIRO, 2012).

Apesar dos saques e furtos⁶ a que o Memorial foi submetido, o lugar permanece como uma referência na cidade e um ponto altamente procurado por

⁵ A praça destruída era um ponto de referência para as famílias da cidade, que nos tempos das romarias e festas religiosas tinham parques de diversão instalados no espaço. Esse espaço foi quase totalmente demolido para a construção do Memorial Padre Cícero, restando apenas o prédio do antigo Grupo Padre Cícero e algumas casas residenciais localizadas no lado da rua da Conceição, entre elas a de Seu Lunga (BEZERRA; XAVIER, 2011).

⁶ Ver matéria <http://tvdiario.verdesmares.com.br/noticias/regional/pecas-do-memorial-de-padre-cicero-em-juazeiro-do-norte-estao-desaparecidas-1.1060722>.



pesquisadores, visitantes e turistas, sobretudo desses últimos, no período das romarias.

3.2 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DR. POSSIDÔNIO DA SILVA BEM

A biblioteca pública da cidade foi idealizada no ano de 1965, pelo então prefeito de Juazeiro do Norte Capitão Humberto Bezerra, que teve o nome de Biblioteca Dr. Possidônio da Silva Bem a partir de uma homenagem do vice-prefeito da cidade a um amigo. Seu primeiro bibliotecário foi o advogado José Carlos Pimentel.

Desde então, a biblioteca passou por mudanças de instalações e gestão, ganhando sua sede própria no ano de 1978. Hoje, como Biblioteca Pólo da macrorregião Cariri⁷ e sendo assim tem sob sua responsabilidade vinte e oito municípios da região, comporta um acervo mais de onze mil títulos que contemplam publicações como atlas, periódicos, obras raras e até um setor de braile (BEZERRA; XAVIER, 2011), além de uma sessão infantil, sala de informática e realização periódica de eventos como rodas de conversa, contação de histórias e do Projeto Memória Viva⁸.

Esse ano a Biblioteca que completou cinquenta anos e enfrenta problemas na estrutura física de suas instalações. Configura-se como um dos patrimônios históricos da cidade, no entanto, passa por reformas paliativas, possui quadro insuficiente de funcionários (incluindo o bibliotecário) que faz com que um grande quantidade de livros, permaneçam parados por falta de processamento técnico.

3.3 CENTRO DE CULTURA POPULAR DE JUAZEIRO DO NORTE – MESTRE NOZA

Em 1º de março de 1986, o poeta e na época secretário de cultura da cidade, Abraão Batista cria um centro de cultura popular tendo em vista atender as

⁷ O projeto das bibliotecas pólos foi implantado através do Decreto nº 26.658, de 11 de julho de 2002 (RODRIGUES, 2013) na qual as bibliotecas deveriam contar com “um profissional bibliotecário ou de nível superior com conhecimentos em administração de biblioteca, além de três auxiliares, de preferência com 2º grau” (LYRA, 2001, p. 31).

⁸ O projeto tem por finalidade discutir o contexto histórico que deu origem ao município, a partir de encontros e rodas de conversa entre pesquisadores, estudiosos, memorialistas e alunos do ensino fundamental e médio da cidade.



necessidades dos artesãos da cidade e homenageia colocando o nome, de Mestre Noza, artesão pernambucano que se mudou ainda criança para Juazeiro do Norte, atraído pela fama do Padre Cícero, e hoje é conhecido mundialmente por seus trabalhos com escultura e xilogravura (BEZERRA; XAVIER, 2011).

O centro, que funciona como um espaço para produção do artesanato local, garante a continuidade dos saberes relacionados à produção de manufaturas em madeira, barro, flandre, palha de carnaúba além de vender cordéis e xilogravuras para manutenção do espaço e ser a sede da Associação dos Artesãos do Padre Cícero.

3.4 MUSEU CASA PADRE CÍCERO

Sediada à Rua São José – nº 242, no Centro da Cidade de Juazeiro do Norte, a casa onde residiu Padre Cícero nos seus últimos anos de vida é hoje um local de memória. A edificação guarda e expõe objetos pessoais do Padre, uma sala de ex-votos⁹⁹, uma capela e sua biblioteca particular, com aproximadamente 600 exemplares. Ponto turístico e um dos principais roteiros dos romeiros, a casa foi cenário de um dos momentos mais desoladores da história para os religiosos da cidade. No dia 20 de julho de 1934, fora invadida por uma massa polvorosa que entrava pelas janelas e forçava as portas, para fazer sua última homenagem por ocasião da morte do Padre Cícero (LIRA NETO, 2009).

Para Scarpeline (2012), a reconstrução de cenários históricos em sua essência original resignifica esses espaços e transforma seus objetos cotidianos em objetos testemunhas, transformando a residência de um personagem histórico em um monumento histórico.

As formas de morar que encontramos em móveis e acessórios, refletem um passado que traz referências aos lares dos ancestrais, a domesticidade sólida, que quando não existe, é inventada por uma comunidade em busca de referências que lhes desenvolvem o sentimento de pertencimento e empoderamento com o local habitado (SCARPELI, 2012, p.81).

⁹⁹ Peças que simbolizam o agradecimento de uma graça alcançada, ou pedido de proteção, seja ele referente à cura de uma doença ou outra coisa [...] podem se apresentar de formas diversas: réplicas de partes do corpo, quadros, fotos, vestimentas, etc. (BRITO, 2012, p.9).



Nos cômodos da casa a história é recriada pela permanência de objetos como a cama onde falecera o sacerdote, móveis de sua rotina, sua biblioteca e a maquete de uma Igreja que trouxera de Roma, a qual desejava ver construída na cidade. Deixada em testamento aos Padres Salesianos, a Casa-Museu é mantida por doações e voluntariado de fiéis e instituições públicas (SOUSA et al, 2012), porém sofre com a falta de técnicas adequadas para preservação e conservação das peças expostas, além de ser constante em seu acervo o sumiço de peças e objetos.

3.5 MUSEU VIVO DE PADRE CÍCERO

Localizado no Geossítio Colina do Horto¹⁰, o Museu Vivo do Padre Cícero faz parte de um complexo turístico religioso composto pela estátua do Padre Cícero, a Igreja do Senhor Bom Jesus do Horto e a trilha de acesso ao Santo Sepulcro. O antigo casarão também é reconhecidamente uma Casa-museu por ter abrigado o Padre em seus退iros espirituais e no ano de 1894 serviu como refúgio após sua condenação pela Santa Sé, com a suspensão *a divinis*¹¹, dado o fenômeno ocorrido com a Beata Maria de Araújo no Sangramento da hóstia (NOBRE, 2014).

O Casarão do Horto, como é conhecido, foi transformado em Museu no ano de 1999. O imóvel possui uma capela, a reconstituição de espaços da rotina do Padre Cícero, como seu quarto, o escritório e a sala onde recebia as autoridades e muitos ambientes que abrigam ex-votos de fiéis que sobem a colina para pagarem promessas. Os espaços como o quarto, escritório, sala de jantar e altar são reproduzidos com imagens de cera do Padre e figuras políticas da época. Muitos dos seus pertences estão expostos, bem como cartas que escreveu e recebeu e objetos de sua rotina. Nesse ambiente a vida do Padre se amalgama-se à vida das pessoas que ali passam.

Nas paredes, histórias que retratam agradecimentos de graças alcançadas e se misturam entre passado e o presente. “A casa como lugar de memória será capaz de revelar os mistérios de seu proprietário, tão cuidadosamente arrumados e

¹⁰ O Geossítio Colina do Horto compreende as rochas mais antigas da região do Cariri cearense, originadas no interior da Terra, há aproximadamente 650 milhões de anos. Essas rochas são o substrato das rochas sedimentares que constituem a Bacia do Araripe, tendo ainda fornecido grande parte dos seus sedimentos. Disponível em: <http://geoparkararipe.org.br/colina-do-horto/>

¹¹ Sanção penal de suspensão —suspensão ‘a divinis’ — proíbe um sacerdote católico de realizar certas funções sacerdotais (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, Cân.1321, 1983, p. 228). Disponível em: http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonicus/portuguese/codex-iuris-canonicus_po.pdf



conservados em seu interior. Visitá-la é penetrar nesse mundo particular, como um intruso pairando sob seu cotidiano íntimo” (SCARPELINE, 2012, P.89). O ambiente não só (re)apresenta a memória do sacerdote, como reescreve sua memória com relatos cotidianos de uma memória produzida coletivamente.

3.6 TEATRO MARQUISE BRANCA

Um dos prédios mais antigos da Cidade de Juazeiro, construído ao lado dos trilhos da antiga estrada de ferro, foi elevado de Matadouro Público Municipal a Teatro Público da Cidade. O Teatro Marquise Branca está localizado no bairro dos Salesianos e há duas décadas, o imóvel que estava abandonado, passou por reformas e restruturação para que desse vida ao Teatro da cidade.

Ganhou esse nome em homenagem “à primeira Companhia de Teatro de Juazeiro do Norte, criada por Albertina Brasileiro, cujo nome artístico era Marquise Branca e esse também era o nome de sua companhia teatral” (BEZERRA; XAVIER, 2011, p. 53).

Parte de sua estrutura arquitetônica foi mantida, mas mesmo diante de sua importância há relatos de descaso e poucos investimentos por parte dos órgãos públicos. Constitui-se como um prédio histórico e sua arquitetura muito relata sobre as primeiras construções públicas da cidade, na qual

trata-se de um espaço tipo teatro de bolso , palco elizabetano e auditório climatizado com cinquenta e sete lugares, além de um fúier com quinze poltronas. O espaço cênico é constituído por um palco com quatro cochias, uma rotunda (telão preto), um ciclorama (telão branco) e vinte e cinco refletores. Há também um camarim, dois banheiros com espelhos e ainda uma cabine de som (BEZERRA; XAVIER, 2011, p. 53).

3.7 LIRA NORDESTINA

Resultado da venda da Tipografia São Francisco¹², o que na época foi considerado “o fim da última grande editora da literatura de cordel nordestina”¹³, a

¹² Tipografia criada por José Bernardo da Silva em Juazeiro do Norte no início do século passado. Para mais informações ver: Arcanos do Verso: trajetórias da Tipografia São Francisco em Juazeiro do Norte, 1926-1982 de Rosilene Alves de Melo.



Lira Nordestina ganha esse nome a partir de uma sugestão de Patativa do Assaré, na qual foi adquirida pelo Governo do Estado do Ceará no ano de 1982, pelo valor de 8 milhões de cruzeiros, que incluía maquinário, clichês, xilogravuras e os direitos de publicação de uma média de 300 títulos.

Poucas esperanças eram depositadas na aquisição da editora pelo Governo do Ceará, já que o fato da editora continuar a funcionar por si só não impulsionaria as vendas de folhetos, principal problema de todas as editoras tradicionais. A promessa feita pelo Governo do Ceará de que nada seria modificado com a venda da empresa foi recebida com um certo ceticismo, sobretudo, porque a administração do negócio foi entregue a uma inexpressiva instituição, a Academia Brasileira de Cordel - ABC, sediada em Fortaleza, distante cerca de 500 quilômetros de Juazeiro (MELO, 2010, p. 166-167).

Após diversas mudanças em relação as suas instalações físicas, ocorre em 1988 um convênio entre a Academia Brasileira de Cordel e Universidade Regional do Cariri – URCA e a Secretaria de Cultura Turismo e Desporto do Ceará, tendo em vista a criação de um Centro de Literatura de Cordel.

Todavia, apesar das promessas, projetos, e festividades, a situação concreta da Lira Nordestina se deteriorou cada vez mais, uma prova de que a estatização por si só, não garante a preservação do patrimônio cultural [...] sobrevive pela teimosia dos homens que ali trabalham e lutam para manter o processo artesanal de edição de folhetos de cordel. Até quando, não se sabe (MELO, 2010, p. 170-171).

4 CONCLUSÃO

Juazeiro do Norte é uma cidade cuja história e identidade foi construída e mitificada, por meio dos fatos e experiências acontecidos, nas quais moradores e posteriormente romeiros desempenharam nesse processo um papel decisivo. Dessa maneira,

a memória de Juazeiro do Norte é a soma de várias camadas que se superpõe, como tecido vivo e se interpenetram, na tessitura de um texto maior, que compreende todas as experiências e vivências que têm-se acumulado, ao longo do tempo, num delicado e dialético processo de sedimentação e erosão (CARVALHO, 1998, p. 263).

¹³Matéria digitalizada de Ricardo Noblat, "Mudam de dono as obras primas do mundo do cordel: <http://docvirt.no-ip.com/doctoreader.net/DocReader.aspx?bib=cdu&pagfis=11469&pesq=>



Consideramos que as instituições mencionadas ao longo do trabalho, consistem em fontes para a recuperação e entendimento do processo histórico da cidade, através de sua atuação enquanto lugares de memória, conceito que se legitima através da ritualização da memória em espaços físicos na cidade de Juazeiro do Norte, e que nos faz evocar o pensamento de Nora (1993, p. 14) quando diz que: "menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas".

Tal fato fica evidente quando consideramos tanto a política de preservação da memória da cidade (uma vez que foram criados através da ação do poder público, que acredita ser esse, um meio para preservação da memória coletiva) como também quando consideramos os grupos sociais (pesquisadores, romeiros, moradores da cidade), que se utilizam desse espaço como um meio de acesso a memória - que para Nora, não seria memória, mas sim história – (NORA, 1993), uma vez que "o que nós chamamos de memória, é de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável aquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar" (BORGES, 1990, p. 15).

Ressaltamos ainda, a omissão referente à representação memorialística da Beata Maria de Araújo na cidade, uma vez que sua importância histórica é tão importante quanto ao de Padre Cícero e, entretanto o que se observou foi a existência de uma "memória" que privilegia o segundo.

Fica perceptível que os poucos lugares, já não representam atualidade e a multiplicidade da cidade, uma vez que "a memória de Juazeiro do Norte seria a soma de todas as memórias individuais, em uma projeção fantástica, em que as evocações e os relatos se acumulariam sem um contorno definido" (CARVALHO, 1998, p. 263), o que reforça que a representação da história da cidade nos lugares de memória é construída em sua maioria, sob a égide religiosa e evidencia a necessidade de futuras pesquisas para registro de seus muitos outros espaços de memória.

REFERÊNCIAS



BEZERRA, Brigida de Sousa; XAVIER, Flaith Bezerra Sales. **Memória e Patrimônio Cultural de Juazeiro do Norte**. Juazeiro do Norte, 2011.

Biblioteca Pública de Juazeiro do Norte

Disponível em: <<http://bibliotecapublicadejuzeirodonorte.blogspot.com.br/>>

Acesso em: 05 de set. de 2015.

BORGES, Jorge Luis. **História das Noites**. In: Obras completas. Buenos Aires: EMECE, 1990.

BRITO, Carla Façanha de. **Proposta de categorização dos ex-votos do casarão**: o museu vivo do Padre Cícero em Juazeiro do Norte-CE. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

CARVALHO, Gilmar de. **Cultura e Memória**. São Paulo: Annablume, 1998.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007. 2^a Edição.

FARIAS, Rafael Rolim. Cantos do imaginário: a construção cênica no reisado Discípulos de Mestre Pedro. In: V Reunião Científica de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2010, São Paulo. A Pesquisa Teórica nos processos Criativos da Cena Contemporânea, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Fundação Memorial Padre Cícero

Disponível em: <<http://www.juazeiro.ce.gov.br/Cidade/Memorial-Padre-Cicero/>>

Acesso em: 15 de ago. de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANGEIRO, Claudia Rejanne Pinheiro. **Discurso político no folheto de cordel**. São Paulo: Annablume, 2013.

NETO, Lira. **Padre Cícero**: Poder, Fé e Guerra no Sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Lugares de Memória na PUC-Rio.

Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site/lugaresmargarida.htm>>

Acesso em: 10 de ago. de 2015.

MELO, Rosilene Alves de. Arcanos do Verso: trajetórias da literatura de cordel. Rio de Janeiro, 7Letras, 2010.



NOBRE, Edianne dos Santos. Incêndios da alma: a beata Maria de Araújo e a experiência mística no Brasil do Oitocentos. Tese (Doutorado) – UFRJ/ Instituto de História/ Programa de Pós-graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PAIVA, Olga. Patrimônio Cultural e turismo em Juazeiro do Norte. In: III Simpósio Internacional sobre o Padre Cícero do Juazeiro: e... quem é ele? **Anais...** Juazeiro do Norte (CE): Gráfica Tiprogresso, 2004. p. 186.

PINHEIRO, Ana Cristina Lucio; PEREIRA, Deusimarla Dantas; CARNEIRO, Gracione Batista. A importância do museu para a preservação da memória cultural: uma análise no Memorial Padre Cícero em Juazeiro do Norte. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**- ISSN 2237-6658, v. 3, n. 2, 2014.

SCARPELINE, Rosaelena. Lugar de morada versus lugar de memória: a construção museológica de uma Casa Museu. **Revista Musear**, v.1, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.museologia.ufop.br/musear/wp-content/uploads/2012/06/8-Lugar-de-morada-versus-lugar-de-mem%C3%BCria-a-constru%C3%A7%C3%A3o-museol%C3%B3gica-de-uma-Casa-Museu.pdf>>. Acesso em: 01 de set 2015.

SOUZA, MariluciaAntonia de; et al. **Um olhar sobre a preservação da Casa-Museu do Padre Cícero**. Disponível em:
<http://www.eneqi.com.br/anais/edicoes/iiienegi/artigos/gt7/Artigo_7_GT_07.pdf>.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA
PROJETO CORAL DA UFCA / MÚSICA - LICENCIATURA**

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que **Vitória Gomes Almeida**, matrícula **345993**, discente do curso de **Biblioteconomia**, inscrita sob o CPF nº 053.070.683-01, realizou **288 horas de trabalho voluntário na organização das partituras do Projeto Coral da Universidade Federal do Cariri - UFCA**. Dentre as atividades desenvolvidas pela discente, citamos: higienização, organização (classificação, catalogação e indexação) e digitalização das partituras.

Juazeiro do Norte, 21 de Março de 2016

Márcio M.A. Madeira

Prof. Dr. Márcio Mattos Aragão Madeira

Coordenador do Projeto junto à Pró-reitoria de Cultura-PROCULT

*Prof. Márcio Mattos Aragão Madeira
Universidade Federal do Cariri
Curso de Música - SIAPE 2317905*

Certificado

Orgulhosamente concedido ao(à) convidado(a)

VITÓRIA GOMES ALMEIDA

Pela participação no XII Seminário Saberes e Vivências, com o tema “Perspectivas e desafios da Ciência da Informação: um olhar sobre a era da desinformação”, realizado pelos estudantes da disciplina Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação, no dia 8 de maio de 2019, na Universidade Federal do Ceará, com carga horária de 4 (quatro) horas.



Prof. Dr. Jefferson Nunes Veras
Responsável pela disciplina Metodologia
da Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência
da Informação



XII
Saberes &
Vivências



**X Semana Acadêmica de
Biblioteconomia e Ciência da Informação**
Biblioteconomia e Diversidade: diálogos étnico-raciais e de gênero

CERTIFICADO

Certificamos que **VITÓRIA GOMES ALMEIDA** participou como Mediadora da Mesa Redonda: “Por uma Biblioteconomia Progressista” na **X SEMANA ACADÊMICA DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO** realizada no período de 19 a 23 de novembro de 2018, contabilizando carga horária total de 4 horas.

Juazeiro do Norte, 20 de novembro de 2018.

Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Coordenadora Geral da X SEABI-UFCA

CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho: **INSTITUIÇÕES DE CULTURA E MEMÓRIA RELIGIOSA: REFLEXÕES A PARTIR DO CENTRO DE PSICOLOGIA DA RELIGIÃO - JUAZEIRO DO NORTE (CE)** de autoria de **ELIANARA KELLY SANTOS BEZERRA, VITÓRIA GOMES ALMEIDA** foi apresentado no XXII Encontro de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação, realizado no período de 13 à 19 de Janeiro de 2019.

Maceió, 26 de Fevereiro de 2019.



Jusmenne Jasão Melo Da Silva

Coordenador Geral

XXII EREBD



CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho: **BIBLIOTECA ESCOLAR EM DEBATE: reflexões no âmbito da escola pública João de Alencar Figueiredo** de autoria de **CLARA SILMARA GONÇALVES SENA, STEPHANI LINARD ALVES LIMA, VITÓRIA GOMES ALMEIDA** foi apresentado no XXII Encontro de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação, realizado no período de 13 à 19 de Janeiro de 2019.

Maceió, 26 de Fevereiro de 2019.




Jusmenne Jasão Melo Da Silva
Coordenador Geral
XXII EREBD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

CERTIFICADO

Certificamos que **MARIA FURTADO DE SOUZA, Vitória Gomes Almeida** apresentaram o trabalho na modalidade Relatos de Pesquisa, intitulado: "BIBLIOTECAS E ACESSIBILIDADE: reflexões contemporâneas", apresentado durante a V Mostra UFCA, ocorrida nos dia 05 a 09 de novembro de 2018.



Irma Graciele Carvalho de Oliveira Souza
Irma Graciele Carvalho de Oliveira Souza
Chefia do Cerimonial e Apoio a Eventos



X Semana Acadêmica de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Biblioteconomia e Diversidade: diálogos étnico-raciais e de gênero

CERTIFICADO

Certificamos que os autores CLARA SILMARA GONÇALVES SENA, STEPHANI LINARD ALVES LIMA e VITÓRIA GOMES ALMEIDA, apresentaram o trabalho intitulado: “Biblioteca escolar em debate: reflexões no âmbito da escola pública João de Alencar Figueiredo” na X SEMANA ACADÊMICA DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO realizada no período de 19 a 23 de novembro de 2018, contabilizando carga horária total de 4 horas, em 21 de novembro de 2018.

Juazeiro do Norte, 21 de novembro de 2018.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Cleide".

Profa. Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Coordenadora Geral da X SEABI-UFCA



X Semana Acadêmica de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Biblioteconomia e Diversidade: diálogos étnico-raciais e de gênero

CERTIFICADO

Certificamos que as autoras MARIA DANIELY SOUZA LIMA e VITÓRIA GOMES ALMEIDA apresentaram o trabalho intitulado: “Mercado editorial brasileiro e literatura afrodescendente: visibilidade de autores(as) negros(as) e incentivo a leitura” na X SEMANA ACADÊMICA DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO realizada no período de 19 a 23 de novembro de 2018, contabilizando carga horária total de 4 horas, em 21 de novembro de 2018.

Juazeiro do Norte, 21 de novembro de 2018.

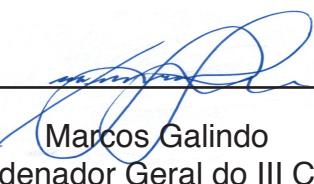
Profa. Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Coordenadora Geral da X SEABI-UFCA



CONFERÊNCIA SOBRE TECNOLOGIA, CULTURA E MEMÓRIA

CERTIFICADO

A Coordenação Científica da Conferência para Tecnologia, Cultura e Memória - CTCM, declara para os devidos fins, que o trabalho **CAMINHOS DO PATRIMÔNIO: Cartografia das instituições de memória em Juazeiro do Norte**, cuja autoria de **Vitória Gomes Almeida e Gracy Kelli Martins**, foi aceito para publicação nos Anais do CTCM, 2015.



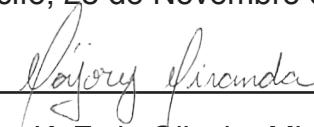
Marcos Galindo
Coordenador Geral do III CTCM



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Recife, 25 de Novembro de 2015



Májory K. F. de Oliveira Miranda
Presidente da Comissão Científica



CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado VOZES DA TRADIÇÃO: INFORMAÇÃO, ORALIDADE E MEMÓRIA EM JUAZEIRO DO NORTE do(s) autor(es) Vitória Gomes Almeida e Izabel França De Lima foi apresentado no XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVIII ENANCIB), realizado de 23 e 27 de outubro de 2017, na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Campus de

Marta Lígia Poim Valentim
Presidente do XVIII ENANCIB

Marília, 27 de outubro de 2017.

Henriette Ferreira Gomes
Presidente do XVIII ENANCIB

Realização:



Promoção:



Patrocínio:

